

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



1993 — PORTO ALEGRE — RS — BRASIL

129

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

1993 — PORTO ALEGRE — RS — BRASIL

129

Selo
Stamp

Ao

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
— IHGRGS —

Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal, 359

90010-271 — PORTO ALEGRE-RS
BRASIL

Rementente
Sender

.....
nome *name*

.....
endereço *address*

.....
cidade e Estado *city and State*

.....
País *Country*

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte de sua Revista.

Please complete the requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS.

1. Recebemos e agradecemos: Revista do IHGRGS — N° 129-1993
We have received:
2. Faltam-nos:
We are in want of:
3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange:

Local e data:
City and date:

Assinatura:
Signature:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4.373, de 24/11/1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15/4/1964 e Decreto Municipal nº 2.464, de 10/12/1962).

Sede Social: Rua Riachuelo, 1317 — Caixa Postal 359
Telefone: 224-3760
90010-271 — Porto Alegre-RS — Brasil.

Diretoria (Biênio 1992-1994)

Presidente — Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente — Earle Diniz Macarthy Moreira

2º Vice-Presidente — Francisco Riopardense de Macedo

Secretário-Geral — Moacyr Flores

Secretário — Braz Augusto Aquino Brancato

Tesoureiro-Geral — Lothar Francisco Hessel

Tesoureiro — Paulo Xavier

Orador — Tarcísio A. Costa Taborda

Responsável pela Biblioteca — Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Moraes

Carlos Reverbel

Moacyr Domingues

Comissão da Revista

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Helio Moro Mariante

Sérgio da Costa Franco

MEMBROS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RGS

Arno Alvarez Kern
Arthur Ferreira Filho
Arthur Rabuske
Braz Augusto Aquino Brancato
Carlos de Souza Moraes
Carlos Reverbel
Coralio Bragança Pardo Cabeda
Dante de Laytano
Earle Diniz Macarthy Moreira
Fernando O.M. O'Donnell
Francisco Riopardense de Macedo
Gervásio Rodrigo Neves
Guilhermino Cesar da Silva
Helio Moro Mariante
Laudelino Teixeira de Medeiros
Lothar Francisco Hessel
Luis Alberto Cibils
Luiz Carlos Barbosa Lessa
Moacyr Domingues
Moacyr Flores
Mozart Pereira Soares
Paulo J.P. Xavier
Raphael Copstein
Ruben Neis
Sérgio da Costa Franco
Tarcísio Antônio Costa Taborda
Vicente Scherer

SUMÁRIO

Primeira Parte — Revolução de 1893

Pe. Arthur Rabuske, S.J.

“Cartas Ânuas” Latinas: Uma Fonte para a História da Revolução Federalista de 1893-95	11
---	----

Francisco Riopardense de Macedo

Saraiva e os Filhos da Terra	33
------------------------------------	----

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Combate do Cerro do Ouro	37
--------------------------------	----

Luis Alberto Cibils

A Revolução de 1893, às margens da Lagoa dos Patos	42
--	----

Lothar Hessel

1893 — Vivências Humanas	70
--------------------------------	----

Segunda Parte — Comunicações

Raphael Copstein

A Incorporação do Sul	78
-----------------------------	----

Helio Moro Mariante

Cartas de Sesmaria	88
--------------------------	----

Sérgio da Costa Franco

Saudação ao Professor Gervásio Rodrigo Neves	99
--	----

Gervásio Rodrigo Neves

Os Olhares ao Rio Grande do Sul	101
---------------------------------------	-----

Earle Diniz Macarthy Moreira

Aproximação a Souza Docca através de sua correspondência	131
--	-----

Sérgio da Costa Franco

Panorama Sócio-Cultural da Fronteira Brasil-Uruguaí	139
---	-----

Davis Ribeiro de Sena

A Guerra das Caatingas	152
------------------------------	-----

Terceira Parte — Documentação

Plano de Ação Revolucionária — 1892	177
---	-----

Arquivo Visconde de Pelotas	183
-----------------------------------	-----

Arquivo Visconde de São Leopoldo	195
--	-----

PRIMEIRA PARTE

“CARTAS ÂNUAS” LATINAS: UMA FONTE PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893-95

Pe. Arthur Rabuske, S.J.

Introdução aos Textos Traduzidos

A expressão “carta ânuia”, do “*pluralia tantum*” “*litterae annuae*”, é conhecida sem mais pelos historiadores dos diversos Continentes como fonte típica do mundo jesuítico. Como praxis epistolar revela-se a mesma tão antiga como a própria Ordem da Companhia de Jesus, somando, pois, na atualidade, mais de 450 anos de existência contínua. Coincide ela em geral com o conteúdo principal da “*historia domus*” (história da casa), que todo ano cabe elaborar a cada comunidade religiosa dos jesuítas.

Tem-se assim anualmente toda uma série de “cartas ânuas”, e esta a partir das divisões territoriais jurídicas desta Ordem, como seriam as de Províncias, Vice-Províncias — agora não mais existentes! — e “Missões”. Reúnem-se elas então sob o título de uma única “carta ânuia” para determinado ano e segundo a expressão latina “*litterae annuae*”, embora de fato conste de muitas cartas anuais. O idioma de que seus elaboradores se serviam até o Vaticano II, era o latino, pois este como que era a língua oficial da Ordem espalhada pelos cinco continentes de nosso planeta.

Os textos que aqui se oferecem em tradução vernácula, acham-se “perdidos” quanto à Revolução Federalista na fonte latina “*Litterae Annuae Provinciae Germaniae Societatis Jesu*” (Carta ânuia da Província Alemã da Companhia de Jesus), anos 1892/1893, 1893/1894 e 1894/1895, então com a sede de seu Provincial na Holanda, pois todos os jesuítas teutos, desde o “*Kulturkampf*” de Bismarck, estavam banidos da Alemanha, de 1872 a 1917. Os jesuítas, geralmente ditos “alemães”, do Rio Grande do Sul brasileiro formavam então, ou seja, nos anos de 1893-95, bem como antes a partir de 1869 e depois até 1924, uma “Missão” dependente de sua Província da Alemanha. Sua correspondência epistolar, elaborada aqui no Brasil Meridional, remetia-se pois à Holanda, onde era transcrita de novo e multiplicada pelo sistema mimeográfico, bem como enviada para os diversos pontos da terra, onde precisamente se achavam representantes daquela Província nas Missões da Índia, dos Estados Unidos e do Brasil. Dava-se isso naturalmente junto com as cartas ânuas procedentes das demais comunidades jesuítas teutas no desterro.

De passagem observamos aqui que a presente documentação por nós coletada e traduzida não seja a única fonte latina a vir em questão para o histórico da Revolução Federalista, ora centenária. Neste sentido, embora não o façamos neste trabalho, seria necessário percorrer o “diário”, redigido outrossim na língua de Lácio, das diversas residências, paróquias, colégios e seminários, que nos anos em foco os jesuítas possuíam no Rio Grande do Sul, sobretudo na assim chamada “Colônia Alemã”, em Porto Alegre, RS e em Pelotas, RS. Neste caso, a safra, ao menos hipoteticamente, se haveria de mostrar compensadora para o investigador que souber latim, e se dedicar à nossa microistória.

Aqui, no entanto, nos restringimos à fonte latina acima citada, a qual talvez ainda poderia completar-se com as diversas “historiae domus”, visto que na Europa nem sempre, por uma razão ou outra, se copiavam na íntegra as “Cartas ânuas” enviadas do extremo sul brasileiro para lá. Na medida do possível omitimo-nos em fazer qualquer comentário exegetico, pois queremos que os textos “fa-lem por si mesmos”.

Resta-nos agradecer, antes de passarmos à apresentação propriamente dita dos textos, ao Pe. Leo Zeno Etges, S.J., que é o arquivista atual dos jesuítas no extremo Sul Brasileiro e que, gentilmente, ofereceu em boa parte o texto traduzido das “Cartas Ânuas” em questão. Faz ele, aliás, um trabalho digno de menção e futuros historiadores vão agradecer-lhe, que é o da tradução luso-brasileira das cartas ânuas latinas de nosso passado jesuítico, bem como de outros documentos importantes do mesmo histórico. Gerações futuras, que não mais saberão o latim, ser-lhe-ão reconhecidas sem mais.

Mesmo assim o nosso texto vernáculo há de diferenciar-se um tanto daquele apresentado por Leo Z. Etges, uma vez que, para certos efeitos, ele se serviu outrossim de outras fontes e porque nossa própria tradução nalguns pontos se mostra mais literal e/ou completa. Além disso havemos por bem indicar invariavelmente com algarismos os respectivos cabeçalhos — isto por nossa conta! — e, ao final dos textos aduzidos, a paginação da fonte alemã das “Litterae Annuae Provinciae Germaniae Societatis Jesu”. E vale o mesmo dos nomes geográficos alterados, cuja onomástica nova está entre parênteses.

I. CARTA ÂNUA DE 1892/93

Observações Prévias

1ª. Abrange esta carta ainda algo do ano de 1892, sendo o principal de 1893. Sua elaboração deve ter ocorrido pelo mês de setembro ou outubro, devido aos costumes, sobretudo escolares, do outro hemisfério, bem como às mudanças de pessoal.

2ª. Do contrário das duas cartas seguintes, aparece esta sob o único título geral de “Missão Brasileira no Estado do Rio Grande do Sul”. Nas outras duas aparecem os diversos subcabeçalhos das “Casas”, Residências ou Colégios e Seminários. Parece que se trata de uma “ânua” condensada ou geral.

3ª. Óbvio que esta carta, assim como as outras, não se restrinja com exclusividade à Rev. Federalista, mas, mesmo assim, é este um dos seus assuntos obrigatórios.

“Durante este ano, a parte da República Brasileira que nossa Missão aceitou para o cultivo, foi agitada como que por uma tempestade contínua. Depois de haverem sido depostos no ano passado três Presidentes (!) Rio-grandenses pelo ódio dos partidos políticos, rebentou, finalmente, neste ano, uma guerra civil nos confins respeitantes à região austral. Em nosso prejuízo sentimos nitidamente durante todo este tempo quão verdadeira seja a frase latina “*nihil perniciosius esse in civitate seditione atque discordia*” (nada ser mais pernicioso numa cidade ou república do que a revolta e a discórdia). Pois mal se pode descrever a atrocidade com que esta guerra (civil) esteja sendo feita, quão exaltados sejam os ânimos, quão profundos os ódios e quão grande a insolência, a crueldade e o furor dos soldados.

Foram, assim, inumeráveis as casas reduzidas à cinza, em muitos lugares a segurança se perdeu, os cidadãos foram mortos indistintamente, as transações comerciais se interromperam, os bois por mera diversão foram mortos nas pastagens, as tropas de cavalos se viram roubadas e, por fim, os preços de todos os gêneros, indispensáveis ao sustento da vida, se aumentaram de forma totalmente incrível.

E esta região, que antes apresentava uma imagem mais que alegre e oferecia a esperança de um progresso feliz, certamente não só ficou imóvel em seu passo, mas também decaiu de seu posto e, a não ser que após muitos anos e trabalhos, poderá recuperar o estado florescente em que anteriormente se encontrou.

Nós (os jesuítas) devemos contudo dar graças muito grandes e afetuosas a Deus, que, num mar tão proceloso, sempre conduziu a nave de nossa Missão de modo salutar e incólume. Pois nada sofremos de mal (pior), nem em nossa vida, nem em nossos bens, excetuando-se o que é comum a todos os cidadãos, uma vez que os preços do que é precioso para a vida e culto aumentaram de forma considerável em todos os sentidos.

Importa, porém, que já apresentemos de modo sucinto a ordem e seqüência dos eventos políticos!

O exército contrário ao Governo, o dos “federalistas”, que se havia formado na fronteira deste Estado do RGS e que, durante muito tempo, ameaçara nossa terra como uma nuvem sinistra, invadiu, em incios de fevereiro, nosso chão de modo hostil e nem ainda, passados 6 meses, foi vencido de todo pelas tropas governamentais.

É também singular de todo o modo de se guerrear, sendo que parte dos inimigos do Estado, estando dispersa pela luta ou posta em apertos pelos nossos soldados, retira-se de imediato para o território da vizinha República Oriental (Uruguiaia) como que a uma fortaleza inexpugnável, fica tranqüilamente ali e depois, quando de novo os caminhos se acham abertos e seguros, sai do esconderijo e novamente agride a nossa região.

Devido a esta perturbação nosso bispo, não podendo prosseguir a sua visita pastoral, ao menos não nas localidades mais afastadas, resolveu recorrer a um estratagema semelhante e passou a percorrer e visitar as paróquias dos teutos, entregues elas aos cuidados dos padres da Companhia. São as que quase circundam a cidade episcopal (de Porto Alegre, RS) em círculo não muito grande.

Seria longo e fastidioso demais narrar e descrever as solenidades havidas então em cada lugar, e girar de posto em posto.

Da cidade leopoldense o bispo avançou para a paróquia que leva o nome de Novo Hamburgo (em si “Hamburgo Velho” então!), de onde, após três dias, partiu para outra, que se chama “Baumschneis” (Picada do Baum, hoje Dois Irmãos). De lá, passando pelas paróquias de Bom Jardim (hoje Ivoti, RS) e São José do Hortênsio, continuou à cidadezinha de S. Sebastião do Caí, onde, como nas demais paróquias, apenas se demorou por alguns dias.

Desta localidade dirigiu-se a Bom Princípio e, via Residência Santo Inácio (da Feliz), que não dista muito do Rio Caí, entrou nas Colônias Italianas, que se assinalam por seu número de habitantes e sua extensão. Tendo-as percorrido, visitou as duas vilas (!) de Santa Cruz (hoje do Sul) e de Estrela. A única Paróquia (no original está “estação”!) que ele nesta sua viagem deixou de lado, foi a de São João (do Montenegro), localizada perto do morro com o mesmo nome. A seu respeito se falará o que for preciso abaixo...

Permita-se-nos, pois, referir aqui com brevidade o que ocorreu a um dos nossos padres (Estêvão Kiefer), que foi o companheiro especial do Revmo. Sr. Bispo na visita pastoral que este fez. Recolhera-se ele, em inícios do mês de dezembro, por sentir-se cansado da viagem e dos trabalhos, à Residência Paroquial de Montenegro, para ficar ali algumas semanas e reunir novas forças, até que o Sr. Bispo novamente o convocasse para ser seu companheiro e auxiliar, depois de visitadas as Colônias e Paróquias Italianas, em prol dos alemães e dos luso-brasileiros.

Dispôs, porém, Deus as coisas de outra forma. Pois, em atenção da situação política, muito insegura, e da guerra civil, feita muito séria, o bispo se viu forçado a transferir a visita pastoral para outros tempos, e estes mais oportunos, voltando pois à sua residência porto-alegrense. Por sua vez, o bom do padre não mais o pôde acompanhar, visto que, já no começo do novo ano, achava-se muito aflito por tantas feridas nas pernas e nos pés, que se via impossibilitado de caminhar por mais tempo e até de celebrar a missa...

Apraz-nos relatar também aqui o que de insólito aconteceu na Vila de Estrela. Já a partir do mês de fevereiro, como acima se disse, o estrépito das armas como que se ouvia de longe. Mas, no dia 27 de maio, homens descarados e impudentes, mais ou menos 30 quanto ao número, em parte lusos, em parte alemães, em sua maioria acatólicos e apoiados, ao que parece, em tumultos falsamente supostos, havidos na capital, penetram armados naquela vila, onde os cidadãos de nada suspeitam, e começam uma matança cruel na guarda militar, bastante diminuta. Isso ocorrido, e mesmo tendo vindo soldados da vizinha cidade

taquariense, nossos colonos, por espalharem-se outrossim rumores falsos, tomaram-se de grande medo e não mais se atreveram a aparecer na igreja paroquial, para ali freqüentarem os sacramentos.

Mas, na própria agressão que fora tristíssima, o coadjutor do pároco deu uma prova insigne de zelo e coragem, metendo-se como que no meio das fileiras combatentes, para assistir aos moribundos, dos quais apenas pôde munir alguns dos santos sacramentos (santos óleos e absolvição dos pecados).

Depois dos funerais aproveitamos o bom ensejo de provar que para nós, face à Igreja, não há distinção entre facções políticas, visto que ela abraça de modo igual a todos os seus filhos diletos. Até o próprio magistrado (prefeito?) e o poder civil, "separado" da Igreja, entenderam naqueles cinco dias com muita clareza que os ministros eclesiásticos tinham bastante peso e autoridade, para apaziguarem o povo" (Op. cit., p. 28-34, passim).

II. CARTA ÂNUA DE 1893-94

Nota: Tudo que segue está sob o título geral "Missio Brasiliensis" (Missão Brasileira), após o qual se acha de imediato o seguinte cabeçalho aqui assinado pelo número "1"

1. Colégio e Internato Imaculada Conceição da Bem-Aventurada Virgem Maria, em São Leopoldo, RS.

"Elaborando a história anual (da casa), achamos acertado seguir a cronologia (do tempo) na recensão do que neste ano ocorreu.

A guerra civil que já se estendera por seis meses, em nada nos havia prejudicado, até que, no mês de outubro, apontou uma tropa numerosa (de soldados republicanos) em defesa desta região. Não se trata, pois, de inimigos, mas eles desde logo se puseram a levar manadas de cavalos.

Coube-nos esta desgraça também a nós, porque todos os sete cavalos que tínhamos foram-nos tirados à força e sob ameaças. Logo mais alguns padres vão ter com o comandante do "exército", solicitando-lhe que afastasse de nós essa violação de nossos direitos (no original está a palavra "injuria"). Atende o militar este pedido e nos devolve cinco (dos sete) cavalos. Os dois restantes tinham sido conduzidos, porém, a uma região distante e ficaram sujeitos aos duros azares da guerra (civil). Certo é que um deles morreu coberto de feridas ("aerumnis confectus"), mas o outro tornou à casa sete meses depois.

Até agora ainda não tivemos de lamentar incômodos maiores neste tempo de revolução bélica. São, sem dúvida, pequenos os nossos prejuízos, se os compararmos com os de outrem. Importa, pois, que neste sentido sejamos gratos à Bondade Divina.

Devido a esta guerra civil não apenas aumentou o preço do trigo (dos cereais), mas também diminuiu o número de nossos alunos, sendo aliás da mesma forma como já ocorrera no ano passado. É que os pais, principalmente os de re-

giões distantes, não ousavam ou não podiam enviar seus filhos para cá, e assim tivemos de 40 a 50 alunos a menos que antes. Mas nem por isso as coisas andaram menos bem, visto que todos continuaram os seus estudos com aplicação bastante grande, como o provam os exames feitos no final do ano.

Dado que neste ano se deu a última demão ao prédio do colégio, foi-nos possível realizar, no fim do mês de novembro, a entrega solene dos prêmios, e isto no vastíssimo salão novo, que possui 15 janelas em ambos os lados. Nesta solenidade estiveram presentes muitos pais e amigos dos alunos.

Na ocasião se representou a tragédia “Júlio César”, escrita pelo notabilíssimo Shakespeare. Omitiram-se, contudo, os papéis femininos e certas cenas menos convenientes para a tenra idade. Esta representação cênica agradou em cheio aos espectadores presentes e nos animou a levantarmos vãos mais altos, desprezando, pois, gêneros mais comuns da arte dramática.

A única coisa que todos os moradores do Colégio lastimam em extremo é a de serem pouquíssimos os alunos que se dedicam a estudos superiores. Nenhum deles fez estudos filosóficos, e apenas uns poucos escolheram “Humanidades” (Estudos de Línguas Clássicas). Mas escondemos nos refolhos da alma (“alta mente”, no original) a esperança de tempos melhores, para que os 16 “cubículos” (quartinhos), reservados na nova ala do Colégio para o uso de estudantes de Filosofia não fiquem vazios (no futuro). Durante o 1º semestre foram apenas três os que se consagraram ao estudo da Filosofia, sendo que dois deles, depois de alguns meses, disseram adeus ao Colégio, para que, pospondo a Filosofia, aprendam a arte farmacêutica.

Animou-nos, porém, e nos veio fortificar a nova Lei (Disposição) dos Estudos, promulgada pelo Governo e imposta a todos os ginásios (!) da República Brasileira, sendo que entrará em vigor a partir do ano de 1896. Originou-se ela de homens que seguem as novas idéias, chamadas “positivistas”, mas contém assim mesmo muita coisa em nosso favor.

Assim não só prescreve o estudo da língua latina, mas também a do grego, e determina um currículo de estudos, terminado o qual se deve fazer o exame final. Pode então conceder-se (ao aprovado) um diploma, que confere o direito de entrada nos estudos superiores da Universidade (aliás então ainda não existente no Brasil). E, como tal privilégio também se dá a pessoas particulares e a corporações, de cuja aptidão e ciência consta, esperamos por boas razões que também a nós se vá outorgar esse direito.

Não há ninguém que deixe de ver quão proveitoso isso nos seja. Pois é mais do que claro que aqui, neste país, somente haja pouquíssimos que conheçam tão bem como nós esses idiomas e que esta disposição futura dos estudos se encontre muito mais perto das nossas próprias leis (o “Ratio Studiorum”), do que a que esteve em vigor até o ano em curso. E nada mais agradável nos podia ocorrer do que uma lei, que obriga os alunos a ficarem mais tempo conosco para a sua formação em letras e virtudes. Queira a Bondade Divina que este piedoso desejo venha a ter um bom êxito!...” (Op. cit., p. 42-43)

2. Residência de Sto. Antônio, em Estrela, RS.

“Devido à guerra civil que ainda não terminou, o ano foi mais do que triste. De toda a forma nela estiveram e estão imersos os nossos moradores: em parte por coacção, em parte, mas poucos, por interesses partidários. Os nossos jovens foram forçados a servir, pelo espaço de bastantes meses, ora nas tropas dos federalistas, como se chamam os rebeldes, ora nas do Governo. Muito poucos, contudo, foram mortos.

De resto mal se fez possível prestar auxílio espiritual aos combatentes, exceptuando-se o fato de que uma vez, em situação mais grave, se desse a absolvição geral e que, algo mais tarde, fossem ouvidas as confissões de jovens teutos, acampados num mato.

Deve lastimar-se, indubitavelmente, a sorte dos lusos, que morreram no campo da luta sem qualquer assistência religiosa e talvez sem haverem confessado uma única vez em sua vida. Entre os letalmente feridos apenas uns poucos puderam ser preparados para a morte.

Além disso, achando-se os caminhos cortados, a excursão a paróquianos mais distantes com freqüência se acha impedida, de modo que nem sequer pudéssemos ser chamados a moribundos.

Estavam fechadas as escolas, aterrorizados os habitantes, e raro era com isso a freqüência do povo aos ofícios divinos. Tratamos de ajudar, do melhor modo possível, com o nosso conselho e a nossa ação. Em suas angústias os católicos e até mesmo os acatólicos buscavam em nossa casa algo assim como um refúgio comum a todos: seja pedindo orientação, seja insistindo para que em seu favor intercedêssemos junto aos chefes militares, seja solicitando para que, na falta do magistrado, lhes prestássemos os mais diversos serviços públicos, aliás em absoluto contrários ao nosso Instituto.

Mesmo assim não estávamos nós mesmos fora do perigo de vida e, não raras vezes, chegamos a deliberar sobre nossa fuga. Pois, embora nos ativéssemos às nossas normas religiosas e nos negássemos a tomar qualquer posição partidária, não nos era lícito desobedecer ao Governo constituído nem fomentar a rebelião.

Desta forma, estando-nos mal-afeiçoados os revoltosos, o Rev. Pe. Superior (da Residência), durante a noite após a comemoração de Todos os Fieis Defuntos, veio a ser despertado do sono e foi levado embora pelos soldados, que tinham posto cerco à nossa Residência. E era com a finalidade, clareada depois, de ele ser morto junto com o Superior da Residência de Santo Inácio, de Lajeado, RS. Protegendo-o, porém o Bom Deus, no dia seguinte foi posto em liberdade e pôde voltar para casa.

O outro padre da paróquia viu-se interceptado em sua excursão aos paróquianos afastados e foi coberto de acusações falsas e ridículas. Ileso, foi, porém, solto ao depois.

De resto, enquanto nô-lo permitiam as premuras do tempo, trabalhamos na vinha do Senhor. Demonstram-no estas obras “pias” (piedosos) das quais segue a estatística detalhada...” (Op. cit., p. 44-45, passim).

3. Residência de Bom Princípio, RS

“...Depois de outras coisas devemos lembrar, com ânimo agradecido a Deus, que todas as nossas Colônias ficaram inteiramente intactas das calamidades e devastações da guerra civil, em que também arderam durante todo este ano as regiões coloniais, que hoje se acham calmas em toda a linha.

Conseguimo-lo, sobretudo, através da proteção e tutela peculiar de nosso Deus, assediado por orações insistentes, tanto em público como no seio das famílias.

Mas devemos-lo, outrossim, à egrégia concórdia dos nossos próprios católicos, bem como à das paróquias vizinhas, que repeliram, desde o início, com vigor e através de forças unidas a audácia dos turbulentos e as tentativas escusas de alguns poucos...” (Op. cit., p. 46, passim)

4. Residência de Santa Cruz (do Sul)

“...Muito de madrugada, no dia 10 de fevereiro, a caterva dos sediciosos armados, que chamam de “federalistas” — terão sido uns 700 homens — para além de toda a expectativa conquistou nossa cidadezinha e dela se apoderou. Protegendo-nos, porém, a Bondade Suprema de Deus a quem devemos infindas ações de graças — nestas lutas, discórdias, perigos e outros males, que se seguem à guerra (civil), ficamos salvos e incólumes” (Op. cit., p. 47)

5. Residência de Santo Inácio da Feliz, RS

“...Em começos de dezembro (de 1893) veio-nos um 3º padre (Max von Lassberg), o qual, adscrito a esta Casa, dará um atendimento especial aos italianos...

Sendo que os trabalhos entre os teutos foram os mesmos que em anos anteriores, aqui não se faz preciso dizer a esse respeito muita coisa. Refere-se, contudo, algo a propósito dos trabalhos daquele padre, que merecidamente se pode chamar de “missionário dos italianos”. Pois se confiou a ele não somente o cuidado espiritual dos numerosos italianos desta paróquia, mas se lhe conferiram também os moradores da Paróquia de Bom Princípio, RS, e algumas partes daquela de São Sebastião do Caí, RS, cujo coadjutor se achava sobrecarregado de tarefas, e até mesmo da Paróquia de Caxias (do Sul), onde agora, após a retirada dos Padres Palotinos, está um único sacerdote.

Para satisfazer às necessidades espirituais de todos esses moradores, o padre citado como que de contínuo anda viajando e percorre um território extensíssimo, que é do comprimento de dez a doze léguas e se mostra sumamente áspero devido às montanhas e matas.

Dedica ele seus cuidados a umas 740 famílias, isto é, a quatro ou cinco mil pessoas, que se acham distribuídas em 20 capelas e “estações”. Em tamanha multidão muitíssimos são os que até agora viviam em grande miséria espiritual.

Pela graça de Deus não poucos, porém, voltaram à prática sacramental, depois de haverem abandonado os seus deveres religiosos por longo tempo, em parte por negligência, em parte por dificuldades.

Como facilmente se pode imaginar, não lhe faltam perigos e percalços. Assim, por exemplo, o padre em sua excursão muitas vezes teve de enfrentar os soldados revolucionários. Nesta condição foi cercado certa vez por eles de tal forma, que seu companheiro (italiano), o qual queria conduzir o padre até outra estação, fugisse sem mais de medo, deixando o sacerdote sozinho..." (Op. cit., p. 47-48).

Nota: Mais tarde, este mesmo padre, feito o patriarca da Colônia de "Serro Azul", hoje Cerro Largo, RS, descreveu em seu livro "Allerlei aus meinem Leben" (As coisas mais várias de minha vida) diversas das peripécias, que ele de 1893-95 teve com revolucionários e bandidos. Vejam-se, na 2.^a edição da obra pela Tipografia do Centro, Porto Alegre, RS, os títulos dos números 38, 41, 42 e 45.

6. Residência de Santo Inácio de Estrela, hoje Lajeado, RS.

"Já por cinco anos contínuos, moravam nesta Residência distanciada sozinho três companheiros, sendo dois deles padres e um religioso leigo ou Irmão. Nosso Revmo. Pe. Geral chegou a considerar esta paróquia ou freguesia realmente amplíssima. E ainda acrescentou que mal podia entender como apenas dois "operários" (padres) pudessem fazer sozinho tamanho trabalho, que lhe parecia superar as forças de muitos.

No início do mês 3.^o de fevereiro deste ano, os Superiores por isso nos enviaram um terceiro padre (Roberto Meyer), que é robusto em questão de saúde e forças. Alternadamente ajuda ele um mês aqui e outro mês aos padres vizinhos de Estrela, RS. Auxiliam-nos estes mesmos sacerdotes "estrelenses" na administração da parte setentrional da paróquia, cujos moradores vêm a ser alguns milhares de colonos italianos. Mas, durante toda a quaresma, o próprio Rev. Pe. Superior da Missão (Guilherme Dörlemann) se dignou socorrer-nos, seja trabalhando nesta extensa vinha do Senhor, seja consolando-nos aqui em casa.

Pois estas regiões, aliás florescentes, há muito tempo se acham perturbadas por enormes desolações. Embora as partes montanhosas vizinhas, que chamam de "Serra", há tempos estivessem ardendo em guerra civil, os nossos colonos, por terem repugnância a qualquer afeição partidária, até agora gozaram de paz. Finalmente, porém, alguns homens cobiçosos, mais ávidos de novidades e não menos de bens alheios, turbaram de tal modo os moradores pacíficos por meio de mentiras desavergonhadas e atroz, difundidas por toda a parte, que toda essa região se visse privada de qualquer ordem e estremecesse à vista de sedições e matanças cruentas. Repugna referir todos os horrores abomináveis e ingentes, que se seguiram.

Nós, os padres, que nos mantemos neutros face aos dois partidos, tentamos a todo o custo afastar as calamidades da guerra civil do nosso caríssimo povo. Recomendamos a eles que não se intrometessem nos problemas políticos, mas honrassem a autoridade vigente, seja ela qual fosse. Por isso os rebeldes nos têm votado um ódio mortal, chegando até a ameaçar-nos (aos padres!) de morte.

Mas intensamente imploramos, outrossim, a ajuda divina em nosso favor e pela salvação de nosso povo. Não pouco se propagou o culto ao Sacratíssimo Coração de Jesus. Em quatro das colônias mais importantes se expôs solenemente a imagem do mesmo Coração Divino à veneração popular.

Mesmo depois de começada a guerra civil, o padre coadjutor tratava de visitar uma colônia ou picada após outra, para preparar também os fiéis a uma boa morte: o que os próprios colonos estavam desejando espontaneamente em atenção do iminente perigo geral de uma morte atroz. Receberam eles também os sacramentos com muito fervor.

Na verdade fomos protegidos de modo admirável pelo Sagradíssimo Coração de Jesus e pela Bem-aventurada Virgem Maria do Perpétuo Socorro. Embora nossa cidadezinha fosse ocupada quatro vezes sucessivas por ambas as partes, melhor duas vezes pelos federalistas e duas vezes pelos republicanos, nenhuma casa veio a destruir-se e nem sequer uma única janela a se quebrar.

Os filhos dos colonos que por muito tempo tiveram de lutar, por fim voltaram, todos eles ilesos, para a casa paterna: o que de certo se terá de atribuir a uma proteção especial do alto. Pois participaram os mesmos de bastantes combates e se viram em não poucos perigos extremos. Um dos jovens foi interceptado em estreita picada silvestre pelo inimigo, achou-se preso traiçoeiramente pelas costas por um dos adversários e acabou jogado no chão. Enquanto aquele tratava de puxar a faca, para degolar o coitado (como é seu costume), o jovem, metido em apuros extremos, se lhe antecipou e conseguiu matá-lo. Outros se salvaram de outros perigos de forma inesperada.

Experimentamos também nós mesmos o auxílio divino. Um dos padres, a quem os federalistas tinham ameaçado de morte, veio a cair no meio do exército invasor da cidade. Mas estes, em vez de lhe causarem qualquer mal, até se puseram a conversar afavelmente com ele.

Quis ir falar o mesmo padre com o comandante federalista, de nome Palmira. E, como não encontrasse companheiro, foi sozinho e teve uma recepção mais que humana. Esse mesmo chefe até chegou a mandar um mensageiro à nossa Residência, para nos informar de que ele queria proteger-nos.

Outro dos nossos padres, chamado a um jovem mortalmente ferido (em São Caetano), viu-se obrigado a avançar por desvios da duração de três horas e isso através de matas e descampados. Depois deixou o cavalo para trás e andou a pé o resto do caminho, para escapar da guarda federalista. Enterrado o jovem, voltou pelo mesmo trilho, mas foi interceptado e conduzido ao chefe do acampamento. Tratou-o este com suma aspereza, submeteu-o a um longo interrogatório e, tendo-o por inocente, despachou-o. Chegou à casa altas horas da noite. Pode ver-se nisso quão verdadeiro seja “que Deus de fato mandou a seus Anjos a teu respeito, para que te guardem em todos os teus caminhos”.

Mudada a fortuna da guerra (civil), o próprio pároco se dirigiu súplice, por duas vezes, aos republicanos vencedores, que tinham ingressado duas vezes na cidadezinha, rogando-lhes que poupassem a vida e os bens dos moradores. Os comandantes Machado e Santos Filhos anuíram a isso de boa-vontade. Assim, com a ajuda divina, fez-se nos possível afastar bastantes males e salvar do perigo certo da morte e da prisão a muita gente.

Vê-se facilmente que isso fosse levado a mal pelos inimigos da Campanha de Jesus, sobretudo os franco-maçãos. Tomados de ódio e raiva inseriram eles mentiras numa folha pública (o jornal de Kozériz), como esta:

“Como outrora por culpa dos jesuítas os índios caíram em miséria extrema, assim agora os jesuítas introduziram todas estas calamidades na pátria”.

Mas, indignados com esta inverdade, o próprio magistrado (prefeito) e os principais cidadãos rejeitaram e tiveram em nenhuma conta essas calúnias insensatas. Fizeram-no através do jornal e ali subscreveram os seus nomes” (Op. cit., p. 49-51).

7. Residência S. João Batista, em Montenegro-RS.

“... O que também neste ano conferia aos domingos e dias festivos à nossa igreja paroquial um aspecto bastante triste, diminuindo em parte a recepção sacramental, parece-me dever atribuir-se antes de tudo ao fato de esta sede paroquial ter sido também, por quase dois anos, uma das sedes da revolução a ser feita. Desta forma os colonos não podiam assistir às missas sem enorme vexação militar e sem correrem o risco de perder os cavalos e a liberdade. Graças sejam dadas contudo aos céus, pois, afastado pelo Governo o autor da contínua perturbação, a paz e tranqüilidade finalmente se parecem ter restituído a esta paróquia!” (Op. cit., p. 52-52)

8. Residência de S. José do Hortênsio-RS.

“... No último ano, nenhuma mudança houve no estado pacífico de nossa paróquia... De repente, porém, a guerra civil ameaçou alvoroçar a serenidade, pacatez e tranqüilidade deste povo, que é bom. Espalham-se rumores de que os inimigos ou, para ser mais verdadeiro, os ladrões, os quais nestes tempos se costumam gerar em tanta abundância, estavam na proximidade. Todos começam a tremer, e surgem os temores mais diversos. A paróquia, antes tão pacífica e amena, mudou-se de forma súbita, após ter sido como um lago plácido e belamente quieto, em superfície totalmente outra. Acorrem e se aglomeram as nuvens, os ventos se tornam impetuosos, a luz do firmamento se obscurece, as ondas afloram ferozes e enormes, pondo tudo de alto abaixo. Aos fiéis da capela do Santo Rosário, benta neste ano, é assim que se traz a notícia de os inimigos estarem atacando, quando eles se achavam reunidos e na hora assistiam aos ofícios divinos.

Mas não havia nada disso, pois a Suprema Bondade de Deus protegia com mão poderosa este seu povo! Em breve o medo se apagou nos ouvidos, ou seja quando se descobriu a falsidade do rumor espalhado.

Assim até agora o povo não sofreu, durante toda a guerra civil, mal nenhum, a não ser que talvez se queira considerar como tal o fato de que cada família houvesse de ceder um cavalo para os serviços bélicos..." (Op. cit., p. 53-54).

9. Residência de S. Miguel dos Dois Irmãos-RS.

"... Seja-nos permitido, por fim, relatar uns poucos casos importantes tirados da vida ativa (quotidiana). Demonstram eles que os cidadãos de nossa paróquia, mesmo em tempo difficilimo, deram prova de uma obediência louvável e robusta ao Governo Republicano. Não apenas às ocultas, mas também de público, até agora os cidadãos católicos se mostraram dotados de uma probidade sólida, observando a paz e ordem ou as leis do Governo vigente.

Dela, a saber da probabilidade dos cidadãos católicos, não duvidaram nem o regime público nem os adeptos dos partidos contrários, entre os quais se contam bastantes teutos luteranos, que mesmo assim até este momento não se portaram hostis em público.

Por causa de seu comprimento — a extensão de nossa paróquia é de 6 léguas, vindo a somar os seus moradores quase 5.500 almas, das quais 2.000 vêm a ser luteranos, —, a paróquia de São Miguel se chama de "Linha Grande" (em si "Linha Grande de S. Miguel dos Dois Irmãos").

Nas regiões, tão próximas de nossos confins, que mais vezes ao ano se ouvisse o fragor dos projéteis bélicos à hora dos combates ferozes, chegaram a morrer 300 colonos.

Mais vezes enxergamos durante o ano, ao termos de excursionar para os nossos cantões, homens armados, que se juntaram aos revolucionários ou então fugiam de lutas infelizmente travadas. Até agora, contudo — devemos-lo ao auxílio divino — todas as "Picadas" de nossa paróquia gozaram verdadeira paz. Certamente isso não teria ocorrido, se também os nossos cidadãos, tal como se dava em algumas paróquias, tivessem dado seus nomes àquela famosa sociedade colonial, chamada "Deutscher Kolonie-Verein" (Sociedade Colonial Alemã), que continha em seu bojo, à semelhança do cavalo de Tróia, muitos sócios bem-armados.

Na verdade, nossos cidadãos, embora convidados com freqüência insistente a entrarem na dita Sociedade, não confiaram no cavalo troiano, pois diziam eles: "Temos a nossa sociedade, que se chama Centro, e este nos prestará tudo quanto for preciso à nossa condição de cidadãos".

Assim eles se portaram efetivamente de forma legal, mostrando-se prudentes, fortes e confiantes no auxílio divino. Excitou deveras o Coração Divino de Jesus as preces contínuas deste povo, atendeu as intercessões do Castíssimo Esposo da Beatíssima Virgem Maria, apresentadas por nossos paroquianos, e aceitou o Coração de Nosso Salvador o preço propiciatório de tantos sacrifícios que, através de missas encomendadas, era oferecido pelos nossos piedosos colonos ao próprio Deus" (Op. cit., p.57-58).

10. Residência de S. Pedro do Bom Jardim (hoje Ivoti, RS).

“... Enquanto em outras partes de nossa Missão as turbas excitadas pelos rebeldes muito deram de fazer, a nós — graças a Deus! — elas não nos causaram nenhuma moléstia. Somente uma vez as tropas do Governo requisitaram cavalos, que os nossos colonos cederam (apresentaram) de bom grado. E nosso ministério sacerdotal não se revelou impedido de forma nenhuma. Exerceu-se este na igreja matriz e por intermédio de excursões ordinárias — três vezes cada mês — às capelas filiais, bem como uma vez por semana a alguma escola, distante uma légua, para fins de instrução religioso-catequética” (Op. cit., p. 59).

11. Residência de São Salvador, hoje Tupandi-RS.

“... Visto que já por um biênio inteiro todo o Estado Rio-grandense se achasse devastado pela guerra civil, e as tropas inimigas de vez em quando já estivessem mais próximas de nossas paróquias de São Salvador e de Harmonia, bem como aterrozisassem em toda a parte os colonos, aparecessem para roubar cavalos e outros animais (gado) e destruíssem ao mesmo tempo casas e campos a ferro e fogo, os homens adscritos às paróquias mencionadas, depois de se haverem consultado entre si e terem ouvido o conselho de seu pároco, fundaram uma sociedade civil e se comprometeram a uma defesa enérgica de si mesmos, dos seus e de toda a sua propriedade.

Além disso, sendo necessário, colocariam eles guardas em substituição a soldados nos mais diversos lugares. Imitariam, neste sentido nossos paroquianos de Bom Princípio e de São Vendelino.

Assim ocorreu que os litigantes, tomados de medo, nunca ousassem onerar de estorsões ou depredar estas Colônias florescentes.

Até se deu que não poucos, que moravam em outras paróquias, como nas de Montenegro, Santo Antônio de Estrela ou Santo Inácio de Lajeado, ao serem acossados pela guerra civil, abandonassem as suas casas e fossem colocar aqui seu domicílio, para gozarem ao menos a paz com os seus em nosso meio” (O. cit., p. 62-63).

12. Residência de São Sebastião do Caí-RS.

“... Por uma Providência Divina especial, a nossa paróquia também neste ano como que ficou intacta de todo das misérias da guerra civil, que já no terceiro ano vem assolando esta Província (Estado). Desse jeito não nos vimos impedidos de modo nenhum a exercermos o nosso múnus apostólico” (Op. cit., p. 63).

Nota: Curiosamente as cartas anuais deste ano e as do ano seguinte deixam de fazer menções especiais à Revolução Federalista, em suas respectivas histórias domésticas nas comunidades de Porto Alegre-RS e Pelotas-RS.

III. CARTA ÂNUA DE 1894/95.

1. Colégio e Internato Imaculada Conceição, em São Leopoldo-RS.

“Os fatos ocorridos no ano passado parecem ter de reduzir-se a dois capítulos ou itens, a saber, à guerra civil, que até ao presentê dia ainda continua e como tal de vários modos nos prejudicou; e tendo ela afrouxado, aos novos ataques e insultos, que se nos fizeram pela imprensa periódica e que talvez nos causaram danos maiores que a própria revolução deferalista.

Vamos percorrer as coisas singulares de acordo com a sua ordem (cronológica).

No ano precedente já perdemos, ao ensejo da guerra civil, dois cavalos, mas, por mais vezes, sofremos perturbações de ânimo. Contudo, durante este ano, mais de perto no mês de janeiro, as tropas hostis se aproximaram bastante de nossa cidade, fazendo depredações inauditas. O rumor relativo à sua chegada espalhou-se de imediato, e de Porto Alegre-RS, a capital, não tardaram de vir soldados, para socorrer-nos.

Enxerga-se de nosso Colégio a ponte (hoje dita “antiga”) sobre o rio dos Sinos, que circunda nossa cidade. Por causa do perigo tiraram-se dela alguns pranchões, e assim ela mostra como estorvo uma grande abertura ou fenda, que haja de engolir qual sorvedouro os bandos inimigos.

Não nos poudé valer, contudo, de forma nenhuma essa tentativa generosa e esse apresto engenhoso, uma vez que, por causa da seca, as águas fluviais em absoluto impediram a passagem, pois facilmente elas se podiam atravessar a vau.

O Colégio e a cidade curtiram uma noite repleta de angústias, mesmo que não se chegasse a ver um só inimigo. No dia posterior, felizmente veio socorrer-nos uma chuva torrencial, pois de tanto que fez crescer o rio, ela tirou aos inimigos toda a vontade da travessia.

Ainda não chegara, contudo, o fim dos males. Ladrões, acostumados a colocarem por mais tempos os seus acampamentos na vizinhança devastaram a região em todos os sentidos, espoliando sobretudo as casas dos comerciantes e degolar a estes no caso de se oporem. Mas para nós, visto que tínhamos recebido em nossa proteção determinada força militar, as ameaças repetidas deles não mais nos assustaram de forma nenhuma.

Entretanto, se nada sofremos nem nos bens nem no sustento alimentício, nem por isso o Colégio deixou de sentir profundamente e de maneira vária os incômodos da guerra civil. Pois assim o número de nossos alunos não foi tão grande como o dos tempos de paz e sossego, nem a concórdia e alegria dos estudantes se revelou semelhante ao ardor com que, em tempos tranqüilos, eles se dedicavam ao cultivo das letras.

É que sua atenção se desviava dos estudos nos diversos momentos críticos das lutas políticas e, no próprio seio dos alunos, chegou a haver como que dois acampamentos de ânimo, suspeito um em relação ao outro.

Ainda teve a guerra civil para nós outro efeito não menos deplorável, a saber, o do alto preço ou custo da vitualha, com que o Colégio se viu bastante onerado.

Muito mais triste foi, sem dúvida, outro tipo de guerra, isto é, aquele pelo qual a boa fama do Colégio, da Companhia (de Jesus) e da Religião (Católica) se viu desfeita. Tinham-se fundado, na cidade capital de Porto Alegre-RS, algumas 'efemérides' (folhas públicas ou jornais), como que, no mês de abril, não apenas se atacou, com fúria infernal e com uma audácia mais que impudente, o nome de nossa Companhia, mas até a nossa permanência neste país..." (Op. cit., p. 43-44).

2. Residência de Santo Antônio, em Estrela-RS.

"... De acordo com as nossas possibilidades, esforçamo-nos o ano inteiro, no sentido de promovermos a salvação das almas imortais. E deu-se isso não obstante as dificuldades e perigos que, por toda a parte, se originavam da guerra civil, ainda não adormecida por inteiro.

Em seguimento às ordens de seus Superiores, o Rev. Pe. Superior desta residência fez uma excursão para os lugares mais remotos da diocese durante os meses de setembro, outubro e novembro. Foi com a finalidade de levar a esperança espiritual aos teutos, italianos e lusos, numa hora, em que as lutas partidárias quase já se achavam apagadas. Infelizmente, porém, seus esforços não adiantaram muito!

Entre os italianos de Encantado — chama-se assim o lugarejo — havia surgido a febre tifóide e nela sucumbiram não poucos sem poderem munir-se dos sacramentos, porque os soldados dos rebeldes simplesmente o impediram.

Pelo fim do mês de junho terminou a doença contagiosa, e nossas visitas ordinárias puderam ser recomeçadas...

Nossos cidadãos ainda não gozam de uma tranqüilidade plena. Apenas lembro para tanto este único fato: — Pela festa pascal determinado senhor, filho dum professor benemérito da causa católica, foi arrancado secretamente de sua casa à noite do dia 8 de abril e, ao longo do caminho, teve sua morte a partir da cabeça cortada. O corpo do defunto, que graças a Deus, oito dias antes se havia munido dos santos sacramentos, foi encontrado num riozinho e teve um enterro concurridíssimo no cemitério de nossa vila na "parasceve" (sexta-feira santa).

Outros, para evitarem o perigo de vida, venderam as suas coisas, e ainda outros se viram privados de seus cavalos e bens. Nota-se que diminui o temor do Senhor Deus, o amor à Religião e a prática sacramental, aumentando por isso nossas dificuldades. Mas está em Deus a nossa salvação e glória. É o Senhor o nosso auxílio e está a nossa esperança no próprio Deus. A ele a honra e glória!..." (Op. cit., p. 47).

3. Residência de Santa Cruz (do Sul).

“Quanto aos nossos trabalhos na vinha do Senhor, tem de observar-se que eles quase foram os mesmos que nos anos passados. Devido à proteção de Deus neste ano sofremos pouco a partir da guerra civil. Cresceu, outrossim, a frequência dos sacramentos entre os fiéis, sobretudo entre os nossos jovens...”

Entre as muitas e diversas excursões, feitas pelos Nossos (jesuítas), mostra-se digna de lembrada aquela que, no mês de maio, realizou um dos padres para a região montanhosa, que chama de “Serra”, e é lá onde os rebeldes, apelidados de “federalistas”, tinham os seus acampamentos. Dito padre voltou ileso dali, após haver feito em apenas dez dias, 217 “batizados” e ter conferido a bênção a 58 matrimônios” (Op. cit., p. 39).

4. Residência de Santo Inácio do Caí, (hoje da Feliz-RS).

“... Graças igualmente grandes devemos dá-las ao Deus Ótimo e Máximo, e é pelo fato de também neste ano não termos sofrido mal algum da guerra civil, que infelizmente ainda está perdurando. Apenas aquele padre que excursiona aos italianos, foi vexado algumas vezes. Isso porque uma das facções, sabendo o dia em que ele visitava suas capelas, aproveitou-se da ocasião para fazer assaltos inesperados, dizendo: “Hoje vamos assistir à missa! “Desta forma não estorvavam eles a própria função sagrada, mas conseguiam tirar do povo a tranquilidade e a segurança no culto como tal.

Esse mesmo padre sempre foi recebido com muita benevolência pelos próprios rebeldes. Excetue-se, porém, uma única vez, quando se espalhou em seu meio o boato de que o padre era um traidor, que havia chamado os soldados de outra facção partidária.

De resto renderam frutos muito abundantes os trabalhos desse sacerdote junto as colonos italianos... (Segue-se, mais abaixo, a estatística das obras piedosas, atribuídas nesse ano a ele ou sejam:

— Confissões 4180; Primeiras Comunhões 76; Sermões 182; Catequeses 115; Enfermos atendidos ou sacramentados 31; Excursões maiores a partir da Residência e por tempo mais longo 19; Excursões numerosas de uma estação à outra no mesmo caminho 110; os Batizados e os Matrimônios aparecem inseridos na catálogo geral da Paróquia)... (Op. cit. p. 50, passim).

5. Residência de Santo Inácio, em Lajeado-RS.

“... Também no decurso de todo este ano nos coube estar imersos nas procelas civis e nos terrores da grande guerra civil. Mas o Coração Santíssimo de Jesus, que já em hora anterior tão paternalmente nos protegeu e íntegros nos conservou, mais uma vez providenciou para que nada de mal nos acontecesse...”

Com tríduos e Comunhão Geral celebramos a festa do 40º aniversário do Apostolado da Oração. Em Santa Clara houve 233 Santas Comunhões. Lembramo-las, para comprovarmos com um exemplo o fervor dos fiéis.

Encerramos o ano civil com um ato muito solene. Pois no dia 30 de dezembro ali (em Santa Clara) abençoou solenemente o pároco a pedra fundamental da nova igreja — ela é de 80 pés de comprimento e 40 pés de largura! — em honra de São Francisco Xavier, (padroeiro dessa comunidade católica).

Esta igreja está sendo construída por essa gente de ânimo tão concorde, como se todos fossem irmãos. Já estão eles a ponto de colocarem o telhado. Desta maneira constatamos terem-se já verificado as palavras postas na pedra fundamental:

“In fide Jesu Christi collocamus lapidem istum primarium, ut vigeat fraternitas dilectio” (Na fé de Jesus Cristo colocamos esta primeira pedra, para que reine o amor fraterno).

Como já sugerimos acima, trabalhamos aqui, postos em meio a angústias e, com a bênção dos Superiores, seguimos as pegadas dos nossos maiores, pensando que o bom deste povo não devia ser abandonado em suas calamidades.

Dia horrível foi o de 17 de dezembro. Antes dele os soldados do Governo, i, é, seus chefes, tinham realizado, quase cada domingo, bailes. Como, porém, os moradores não queriam que isso se fizesse no tempo do Advento, organizaram os militares uma enorme corrida de cavalos, coisa muito do agrado da população. Na segunda-feira, contudo, quando todos ainda se achavam concentrados na “carreira”, de súbito os inimigos invadiram a cidade-vila. Quantos de fato fossem, ninguém o sabia dizer ao certo. Talvez se tratasse de 500 homens armados, enquanto outros se viam sem armas e como que desnudos. Com as mulheres e crianças, todos somados como que importaram em 1.000 pessoas. Na verdade tencionavam todos ficar sedeados aqui, (naturalmente) depois de mortos os habitantes.

A guarda militar, colocada aqui pelo Governo, constava apenas de 25 homens, em cujo socorro vieram mais 25 procedentes da cidade vizinha (de Estrela-RS). Ajudou-os, além disso, um grupo de homens e jovens desta cidade, de modo que o número total chegou a perto de 70 defensores.

E o que aconteceu de fato? — Caindo os chefes inimigos, os outros foram desbaratados. Conta-se que, tanto no lugar de combate como na fuga, morreram uns 60 homens. Da parte dos republicanos foram mortos 4 homens, e apenas uns poucos resultaram feridos.

Um mês mais tarde, já enraivecidos por causa da última chacina, os inimigos invadiram uma Picada assaz distante (Travesseiro), que é católica, e ali trucidaram oito homens entre os colonos, que nem sequer haviam resistido. Entre lágrimas enterrou o coadjutor a cinco homens casados, conquanto ainda jovens, numa só sepultura comum.

No dia 28 de maio, muito de madrugada, uns 200 revoltosos invadiram a Picada de Santa Clara. Fizeram-no aos gritos alçando uma bandeira branca, em que estava grafado “Viva Santos Filho!”, que é chefe dos republicanos. Resistiram-lhes cerca de 50 colonos. Depois de já haver-se lutado, em ambos os lados, com sumo ardor por diversas horas, um dos colonos, rezando, exclamou:

“Coração Divino de Jesus, Nossa Senhora Auxiliadora e São Francisco Xavier, valei-nos! “(Está isso em alemão no meio do original latino ou seja: “(Göttliches Herz Jesu, Maria Hilf und Heiliger Franz Xaver, stehet uns bei!’’).

Depois disso os inimigos ainda deram alguns tiros contra os colonos, mas em seguida lhes mostraram as costas e se precipitaram numa fuga desordenada. Perderam eles 35 cavalos, roupa, armas e cerca de 27 homens, os quais ou foram mortos no local ou, quando feridos na debandada, vieram a falecer mais tarde.

Todos (em Santa Clara-RS) intimamente se acham convencidos de que Deus, i. é, o Sacratíssimo Coração de Jesus, tanto protegeu no mês de dezembro a gente desta cidade, como também tirou os moradores da aldeia de Santa Clara nesse dia (de 28 de maios) terrível da perdição evidente, pois ali apenas saíu ferido um homem e nenhum veio a falecer.

Já no dia 5 de abril os rebeldes tinham feito uma pequena invasão em Santa Clara. Foi ela, porém, o suficiente, para que também estes colonos, a exemplo de outros lugares (Conventos, “Neu-Berlim” ou Nova Berlim da Forqueta e Arroio Grande) se preparassem para a luta em prol dos “lares e altares”, tratando de comprar armas novas e de ótima qualidade, bem como tomando-as unânimes em sua própria defesa. Pois já em ocasião anterior, como acima se mencionou, os rebeldes tinham invadido aldeias, sem que os colonos se houvessem intrometido em coisas políticas, onde até chegaram a roubar as próprias roupinhas das crianças, como o haviam feito nas Picadas de “Neu-Berlin” da Forqueta, Sampaio e Encantado.

Para que a carta ânua desta casa seja mais completa, deve ser lembrada aos menos uma contrariedade e em algo solene. Pois, quando gente desejosa de inovações não conseguiu o seu intento e quando os colonos em boa parte retivessem e defendessem com as armas os seus bens, ela se inflamou de ira contra o pároco e divulgou na imprensa que este era o dominador de toda a região e, mentindo de forma igual, o considerou o autor de todos os males. Mostrou, porém, a pena de um simples colono que o padre não era nenhum tirano, mas amigo sincero do povo. E foi isso suficiente para a calúnia achar-se desfeita. Deste modo outras respostas, que também haviam sido preparadas pelo magistrado e por outrem, não mais necessitaram de publicação” (Op. cit., p. 51-53, passim).

5. Residência de São José do Hortênsio-RS.

“... Neste ano não há muitas coisas novas a serem relatadas com respeito a esta Casa. É que tudo correu bem. Houve apenas um fato insólito, ou seja a invasão de nossa pacata colônia por um punhado de homens malvados, que saquearam nossa gente sob o pretexto de facção política. Deu-se essa do seguinte modo:

— De manhã, bastante cedo e antes do sol nascer, ladrões armados até os dentes e montados a cavalo entraram nesta aldeia pela longa estrada que, por quase uma légua, divide as casas dos colonos isolados, percorrendo-a ou

“medindo-a” de uma extremidade à outra. Mal alguém veio a suspeitar do perigo iminente. Acrescente-se, além disso, que então a maioria dos colonos (agricultores) já havia saído de casa, para entregar-se aos trabalhos habituais da roça. Os ladrões, contudo, ao alcançarem os confins de nossa paróquia e virem estar tudo tranqüilo, principiaram sem demora sua obra nefasta.

De início entraram eles na casa de um oficial da República, para extorquir-lhe o que houvesse em questão de dinheiro. Mas ele, ao enxergar a hóspedes tão insólitos, pôs-se em fuga dali. Mesmo assim estes se metem a virar tudo de alto a baixo e o que lhes é de agrado, sobretudo armas e cavalos, levam-no consigo.

Fez-se tudo isso com tanta tranqüilidade, que nem sequer os vizinhos o perceberam. Isto porque, segundo a praxe de residir da terra, as casas distam bastante umas das outras. Devido a isso também elas sofreram algo depois e subitamente a mesma sorte do saqueio.

Assim os ladrões despojaram, em questão de 1/4 de hora, um bom número de casas e depois se dirigiram em paz a uma bodega, indo refazer com um lauto café as forças após o “trabalho”.

Por ora nada se havia espalhado entre os demais moradores a respeito da incursão inimiga, seja porque os colonos “saqueados”, por temerem coisa pior, se omitissem em avisar os demais, seja porque até lhes desejassem fortuna igual à experimentada por eles.

Depois do “Frühstük” (desjejum) os rebeldes se meteram de imediato na prossecução de seu ímpio negócio e já haviam reunido uma boa quantidade de cavalos e jumentos, quando se aproximaram da casa do mestre-escola da própria aldeia, o Sr. Matias Steffens. Este, estando a atrelar as mulas na carroça, viu-se cercado de súbito por esses homens celerados, que o obrigaram a redimir-se dos seus possíveis vexames pelo preço de 200\$000 rs. Felicidade foi a de que os ladrões não soubessem quem ele era, pois neste caso por despeito mal teriam poupado a vida, uma vez que se tratava do chefe da “sociedade católica”, tida por não pouco hostil aos rebeldes.

De modo tão brutal trataram eles a quase todos os moradores de nossa aldeia, que estes sem exceção se viram forçados à entrega ou do dinheiro, ou dos cavalos e das mulas, ou das duas coisas juntas, salvando-se porém, os que tinham fugido com os seus bens.

Numa palavra, somente maltrataram eles a um dos cidadãos com furor bastante cruel, sendo o mesmo comerciante. Ameaçando-lhe a cabeça e o peito com faca e pistola, levaram dele ao depois, para além de quase todo o dinheiro, 22 mulas e toda a espécie de gêneros existentes em sua casa (comercial), como fazendas (de pano), relógios e os petrechos próprios de selar os cavalos.

Por fim, quando haviam reunido cerca de 100 cavalos e jumentos, os bandidos se retiraram em movimento rápido da aldeia, deixando após si uma grande confusão e inquietude de ânimos. Por um favor todo especial de Deus, eles não visitaram a nossa Residência Paroquial nem nos causaram mal nenhum. Até mesmo só chegamos a saber de sua chegada e devastação, passadas algumas horas sobre o ocorrido ou quando todo o perigo já se esvaíra.

Para que semelhante fato não se repetisse, os colonos se puseram a escalar guardas e vigias, que estão alerta de dia e de noite, para cuidarem de que ninguém volte a sofrer dano. Tornados mais fortes, eles até partiram certa vez “em auxílio” de outras Picadas, indo, por ex., ao lugar chamado Nova Petrópolis. Foi, porém, inútil, pois não recuperaram nenhum dos bens perdidos.

Mesmo assim vivemos cercados por vários meses de medo contínuo, sendo em atenção dos rumores, freqüentemente espalhados, de que os ladrões de novo estavam chegando. Revelaram-se, porém, falsos esses boatos, como ao depois o comprovaram os acontecimentos. Mas nem por isso podemos respirar de modo tranqüilo, embora haja bastante esperança de que se faça a paz entre os partidos políticos, os quais já vêm dilacerando nosso Estado no 3º ano consecutivo” (Op. cit., p. 53-54).

6. Residência de São Miguel dos Dois Irmãos-RS.

“... Pelo que diz repeito aos homens e às mulheres mais avançados em idade, no decurso deste ano foram inscritos quase 300 nomes na Irmandade da Bem-aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo. É para que sejam salvos, apoiados no poderoso presídio dessa Mãe piedosa, durante a grande perturbação aqui surgida pela guerra civil, das balas e das facas dos bandidos, que sobretudo infestavam as Colônias para fins de assassinatos e latrocínios. Seja como for, ao menos nos consta que aqueles ladrões, enquanto alhures como que “limpassem” a não poucas casas e cometessem o roubo de muito gado, nesta paróquia, como que afugentados daqui por uma espécie de modo admirável ou misterioso, apenas conseguissem levar consigo uns poucos animais.

Além disso, ajuntou a Divina Bondade a essas incursões o fruto de nossos colonos se virem impelidos a imploraram com mais insistência o auxílio celeste, tanto por meio de preces comunitárias, como através da recepção mais freqüente dos sacramentos: o que já o comprova também um número maior de Sagradas Comunhões...” (Op. cit., p. 55-56).

7. Residência de São Pedro do Bom Jardim (hoje Ivoti-RS).

“... Nosso ministério apostólico em absoluto se viu impedido pela guerra civil, como se deu alhures. Somente uma e ou outra vez os homens entregues ao latrocínio invadiram de súbito os últimos confins de nossa paróquia, roubando animais e aquilo que além disso lhes interessava. Mas, uma vez que os colonos se tinham preparado para a defesa e os repeliam, deixaram de aparecer.

Numa dessas ocasiões, certo jovem foi salvo pela proteção admirável de seu Anjo da Guarda. Pois, quando os ladrões o acharam gravemente ferido, bem como deitado no chão, e já estavam a ponto de cortar-lhe o pescoço, ele se fingiu de morto de tal modo, que de fato o julgassem falecido, e assim se retirassem. Mas o bom do jovem se arrastou ao depois, com grande dificuldade, até sua casa bastante afastada, onde, munido dos Santos Sacramentos, em breve se recuperou” (Op. cit., p. 61).

8. Residência do SSmo. Salvador (Tupandi-RS).

“... Também no decurso deste ano os bandos revoltosos — chamam-nos de federalistas — algumas vezes estiveram na vizinhança de nossas paróquias de São Salvador e de Harmonia, de modo que nossa gente de São Pedro (hoje São Pedro da Serra-RS) teve roubados cavalos, mulas e ainda umas armas de suas casas. Mas, como em vários pontos dessa Picada, a fim de se amedrontarem os inimigos, cada noite houvesse a guarda constante de 4 homens armados à moda militar, aqueles não se atreveram a causar prejuízo de monta às casas e famílias” (Op. cit., p. 63).

A TÍTULO CONCLUSIVO

Termina aqui nossa coleta de textos relativos à Revolução Federalista, encontradiços nas “cartas ânuas” dos nossos antigos jesuítas teutos de 1893-95. Tornamo-los acessíveis através de sua singela tradução vernácula de seu latim, que não é ruim e de contínuo, lembra, apesar do anonimato dos cronistas, autores familiarizados com a prosa ciceroniana. Salvo melior juízo, seus depoimentos se constituem no mínimo em fonte subsidiária para o assunto histórico da revolução em foco. E, por tratar-se de gente culta, posta grandemente no próprio palco parcial dessa ação “bélica”, suas constatações em absoluto se nos revelam desprezíveis. É possível que até apresentem por suas “cartas ânuas”, de circulação internacional, uma tal e qual faceta de surpresa e originalidade ou um enfoque difícil de encontrar em outras fontes coetâneas.

Como se vê, esses cronistas qualificam essa revolução federalista invariavelmente de “guerra civil”, em que o latrocínio ocupa um lugar preponderante. Curioso é que não se sirvam do nome de “Revolução dos Maragatos”, que, enquanto nos consta, em vez do de “Revolução Federalista”, foi o mais usado no seio da assim-chamada “Colônia Alemã”, cujas paróquias católicas então estiveram como que todas, ao menos nos vales do Sinos, Caí, Taquari e Rio Pardo, mais Rio Pardo, sob a sua administração, bem, como boa parte das capelas da zona limítrofe com a “Colônia Italiana”.

Tivemos a curiosidade de examinar, outrossim, a carta anual de 1895-96, pois suspeitávamos encontrar ainda ali ao menos algum eco tardio dessa triste revolução. Eis, neste sentido, os seguintes dois exemplos, sendo o 1º para Estrela e o 2º para Lajeado:

(1º) “Ouvimos agora que os chefes dos federalistas estão sendo mortos às escondidas, e isto não por magistrados, mas por particulares que sofreram danos e incômodos durante a revolução”.

(2º) “A revolução, acabada há pouco, causou-nos não pouco prejuízo, tendo ela como consequência um espírito adverso à autoridade e aos costumes cristãos... No dia 28 de maio de 1896 houve uma festa extraordinária em Santa Clara-RS, agradecendo a comunidade inteira pelas preces atendidas ao Sagrado Coração de Jesus, a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a São Francisco Xavier,

padroeiro este de sua igreja. Comemora ela nessa data o aniversário da libertação de sua localidade da invasão e devastação, que uns 600 revolucionários, melhor dito ladrões, haviam tentado. Resistiram-lhes somente uns 60 (!) colonos, armados de espingardas, por quatro horas, e de forma vitoriosa. Começando o combate, invocaram eles em alta voz a proteção do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora (do Perpétuo Socorro) e de São Francisco Xavier. Dita festa possuiu as condições de aumentar a fé dos fiéis na Providência Divina, porque foi ela que conservou salvas e incólumes não poucas famílias e as preservou das maiores angústias, tendo sido depredadas apenas algumas casas, cujos moradores haviam fugido, e encontrando-se somente dois colonos feridos. Dos inimigos morreram muitos, e uns 30 resultaram vulnerados de forma letal, morrendo alguns dias mais tarde. Favoreceram os piedosos sentimentos do povo a missa cantada, os cânticos do Coral de Santa Cecília e as canções populares, bem como a prática bastante adaptada à ocasião e sobretudo o espetáculo; muito do agrado de Deus e dos seus Anjos, de 90 (!) homens, que haviam lutado por seus lares e agora comungaram com toda a devoção''.

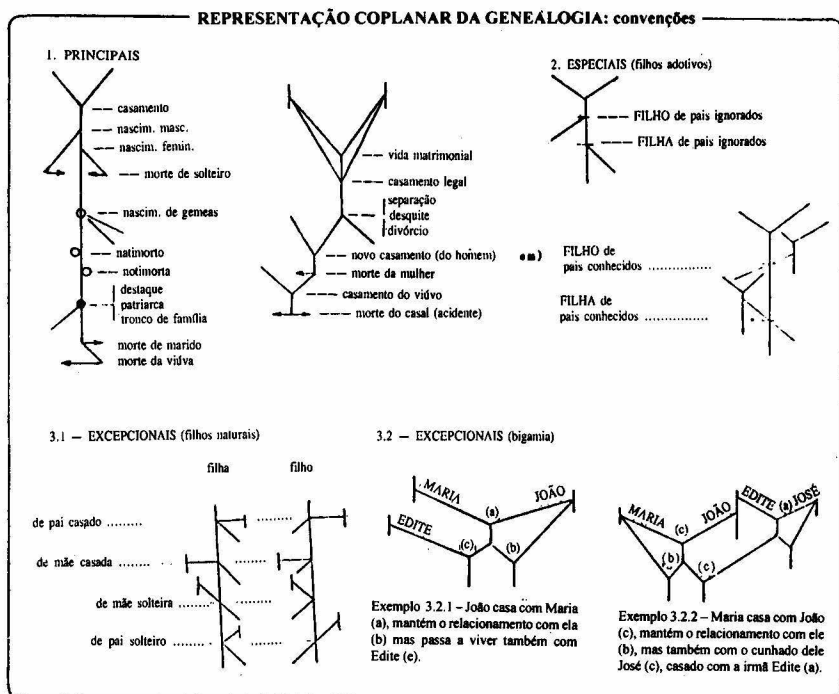
SARAIVA E OS FILHOS DA TERRA

Francisco Riopardense de Macedo

Os combatentes da região do Prata foram freqüentemente de uma objetividade notável ao escolher o lado em que se posicionaram. Às vezes era o interesse imediato em defesa de suas instalações produtivas, outras era o “compromisso assumido” com o vizinho na preservação dos valores fundiários deste, que, afinal eram seus também.

Ao evocar a revolução de 93, cujo centenário este ano se comemora, vem a propósito lembrar um destes proprietários combatentes — APARÍCIO SARAIVA — e a trajetória de seus ascendentes desde o início do século XVIII.

REPRESENTAÇÃO COPLANAR DA GENEALOGIA: convenções
Registrada em reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul de 7 de novembro de 1984



Mesmo havendo um processo de colonização é possível detectar na evolução demográfica de uma região a existência de pessoas, famílias e grupos sem grande preocupação com a bandeira ou, dizendo de outra forma, de tão preocupadas com o dia-a-dia, com a luta pela sobrevivência colocam em segundo ou último plano a nacionalidade de origem, a “pátria” a que devem atender. São pessoas que embora não sendo aborígenes são legítimos filhos da terra, no sentido de que é a terra, manancial da riqueza da sobrevivência, que orienta suas decisões e guia seus passos. Inconscientemente, geração após geração as decisões são tomadas na direção da menor oposição à exploração daqueles bens vitais.

Na área do Prata onde surgirão, durante o final do século XVII e todo o século XIII, a República Oriental do Uruguai e o Rio Grande de São Pedro do Sul, isto se verificou, sem dúvida. Quando se diz que o Rio Grande é brasileiro por opção deve-se entender nestas palavras não uma “Patriótica figura de pensamento” e sim, antes de mais nada, a parte de um processo antropológico definidor natural de fronteiras, através da livre escolha dos filhos da terra.

O caso da família Saraiva, antecessores de Gumerindo, e Aparício, é exemplar. A revista *Hoy es Historia*, em seu número 22 — julho/agosto de 1987 — publica trabalho de John Charles Chesteen, da Universidade da Califórnia do Norte (EEUU) que nos permite elaborar curiosa representação coplanar (a duas dimensões) que facilita a visão do processo dentro da cronologia da história rio-grandense.* Vejamos:

Um dos avós de Aparício, Antonio Rodrigues Sardinha, o quarto, nascido em torno de 1705 no Rio de Janeiro, estava na Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, onde se casara com Juana Rodrigues, dez anos mais moça que ele. Deste casal nasceram três filhos.

Quando José da Silva Paes vai acudir a Colônia do Sacramento, em 1737, esta família o acompanha e vem se instalar no Rio Grande, presídio recém-fundado com a participação de Christóvão Pereira de Abreu, na entrada da Lagoa dos Patos. Ali nasceu Bárbara Isabel de Santa Rosa, tataravó de Aparício Saraiva, que aos dezoito anos casou com Bernardo José Ferreira, o boticário, nascido em Guarda, Portugal, próximo da fronteira espanhola, filho de Manoel Saraiva Tavares e Maria do Amaral Ferreira.

Ali se desenvolveu a família de Bárbara Isabel e Bernardo, até que os espanhóis atacaram e ocuparam as povoações do canal (1763), obrigando seus moradores a fugir para Viamão, o socorro mais próximo. O terceiro de seus filhos, Manoel Saraiva do Amaral (1759-1835) tinha, então, apenas quatro anos de idade. Casou com Ana Joaquina de Jesus, açoriana já residente no Estreito e o casal, bisavós de Aparício Saraiva, viveu por mais de dez anos em Viamão.

Expulsos os espanhóis um dos irmãos de Manoel Saraiva volta para o Rio Grande, outro estava em Rio Pardo e ele vai de Viamão residir no Estreito onde se dedica à plantação de trigo, à época principal ocupação dos açorianos, origem da família de sua mulher Ana Joaquina.

* (Registrado em reunião do IHGRGS, em 7 de novembro de 1984)

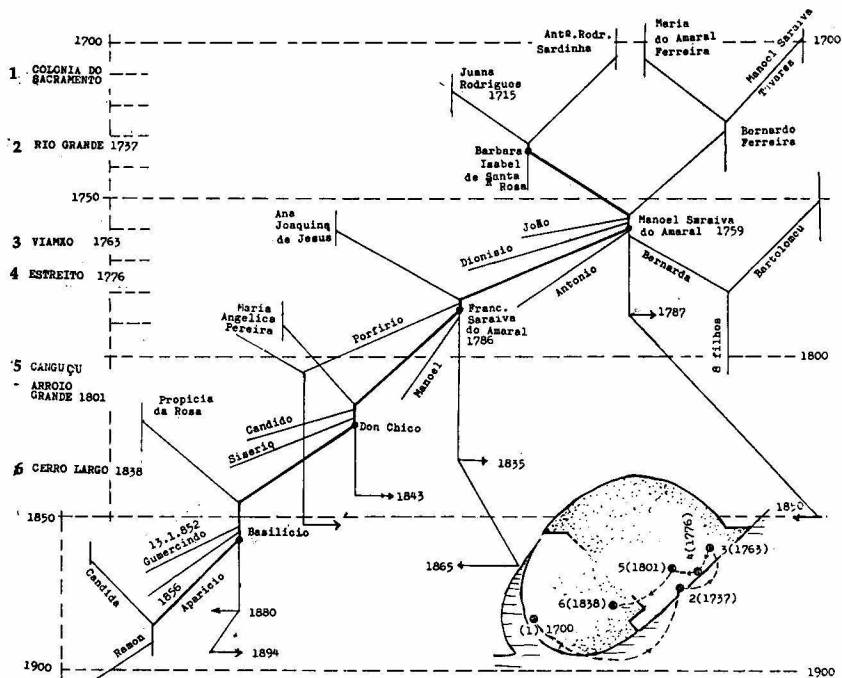
A ocupação das margens de Jacuí até Rio Pardo, durante o fracasso do Tratado de Madri (1750-1756) e a expulsão dos espanhóis do canal do Rio Grande (1776), facilitou a ocupação do outro lado da lagoa. Por volta de 1806 o casal passa-se para Cangussu onde se dedicarão à pecuária. O quarto filho, Francisco Saraiva do Amaral (1786-1843) casa-se com Maria Angélica Pereira em 1815 e serão os avós de Aparício. Em 1901 já estão em Arroio Grande, em terras conquistadas da Espanha.

Por ocasião da Revolução Farroupilha, Francisco Saraiva afasta-se da área da luta, adquirindo propriedades em Cerro Largo (1838), terras de melhor qualidade e baixo preço. Naquela área se instalam vários membros da família. Irmãos, cunhados, primos, na zona do Cerro Largo e Melo, formarão uma comunidade significativa onde um dos filhos, Don Chico, mais tarde se destacará pela fortuna, casará com Propícia da Costa e será o pai de Aparício.

Conforme diz John Chesteen, com muita propriedade: “Convinha aos estancieiros brasileiros subtrair-se às lutas políticas orientais, o que implicava também alienar-se do governo de partidos para não comprometer-se... mas havia outra forma de ficar bem com a autoridade, era apoderar-se dela. Foi o que fizeram os Saraivas”. E continua: “Os Saraivas eram numerosos e solidários, os maiores (que eram os proprietários) tinham vistos de neutralidade como brasileiros, e por meio dos filhos a família tinha representação em ambos partidos políticos...”

Assim, um ramo da família portuguesa, instalado na Colônia do Sacramento no início do século XVIII, em menos de dois séculos de contato com a terra em busca da sobrevivência, decide-se pela nacionalidade uruguaia. Aparício, que acompanhou seu irmão Gumercindo na revolução rio-grandense de 1893 não nega isto e escreve a sua esposa Candida: “Não acredites que vou à revolução por interesses de postos, vou pelos compromissos assumidos, sou oriental não sou brasileiro, concluída a missão a teu lado estarei”.

Outros aqui vivendo, de andanças semelhantes, hão de ter-se decidido pela nacionalidade brasileira. Em um e outro caso estas séries genealógicas poderão ajudar a compreender a história que se desenvolveu nesta área, criando uma fronteira onde as semelhanças somam mais do que as nacionalidades conseguem separar.



COMBATE DO CERRO DO OURO

Coralio Bragança Pardo Cabeda

No domingo 27 de agosto de 1893, os federalistas, sob o comando de Gumercindo Saraiva, obtiveram significativa vitória que, além de reavivar-lhes o ânimo, bastante abalado desde o Inhanduí, proporcionou-lhes os recursos de que tanto necessitavam para o prosseguimento da luta.

As repercussões dessa vitória, alcançada no combate do Cerro do Ouro, município de São Gabriel (RS), foram de molde a aumentar o prestígio daquele chefe, inegavelmente o mais famoso dos caudilhos maragatos.

A ameaça que representava mobilizou todos os esforços governistas para a sua eliminação, que só seria concretizada um ano depois, no Carovi.

Cerro do Ouro foi uma vitória tática e estratégica, na qual se frustrou manobra de cerco, batendo-se o inimigo em campo raso antes que pudesse realizar a junção planejada. A decisão foi obtida pelas cargas de cavalaria, explorando-se o defeituoso dispositivo do adversário. Por tudo isso, torna-se merecedor de uma reconstituição comentada.

Antecedentes

Razões até hoje controvertidas levaram os federalistas a retirarem-se do campo do Inhanduí, quando muitos imaginavam ter a vitória ao alcance da mão, mantendo o inimigo sob cerco e com recursos escasseando. Essa retirada (04.05.93), somada à pressão das colunas governistas de Hipólito Ribeiro, Rodrigues Lima Xavier da Câmara e João Telles, obrigou-os a buscar a proteção da linha fronteira. Embora, às duras penas, tenham conseguido furtar-se à manobra de aniquilamento, não puderam evitar o combate com a vanguarda de João Telles na travessia do Upamaroti (12.05.93) Ali, destacou-se a 4.^a Brigada do Cel. Francisco Rodrigues Portugal, cujas unidades deram impetuosa carga de cavalaria. As forças de Joca Tavares foram salvas pela Divisão de Gumercindo Saraiva, que sustentou a retirada dos companheiros.

Na Ordem do Dia do Gen. Telles sobram elogios para Portugal e seus comandantes, José Narciso Antunes, Eduardo Ferreira Bica Filho, Antônio Cândido Vaz de Oliveira e Fabrício Batista de Oliveira Pilar.

No dia seguinte, à sombra do famoso umbu, tão citado pelos historiadores, reuniram-se os chefes federalistas para decidir o futuro da revolução. Tamanhas eram as dificuldades, que tudo poderia terminar por ali. Mas, Gumerindo Saraiva e alguns poucos recusaram-se à emigração. O caudilho manteria viva a rebelião, internando-se na campanha e fazendo a guerra de movimento. Com isso, daria tempo ao exército federalista para refazer-se e reequipar-se em território uruguaio.

Levantando quanta cavalaria pudesse, recurso fundamental para esse tipo de guerra, e movendo-se com a habilidade e a rapidez de quem está em seu elemento, Gumerindo saberia como ninguém fazê-la à gaúcha, negaceando, retirando e caindo de surpresa sobre o inimigo desprevenido.

Esquivando-se dos engajamentos a fundo, que lhe pudessem comprometer o armamento e a munição, sempre escassos e de difícil reposição, escaramuçou com a Brigada Portugal nas pontas do Jaguari (17.06.93), com Menna Barreto no Pirai (20.06.93) e na Serrilhada (23.06.93), com Elias Amaro e Manuel Pedroso no Cerrito (18.07.93), e incursionou por Pedras Alta Herval, Arroio Grande e Jaguarão. Mas não foi tolo para deixar-se enfiar fundo de saco que é a cidade do Rio Grande, onde o aguardava o Almirante Wandenkolk. Retornando sobre seus passos, foi fazer junção com o General Salgado às margens do Santa Maria (03.08.93).

A Marcha de Gumerindo e Salgado

Salgado voltara a invadir o Rio Grande, surgindo no Ponche Verde, em 17 de julho, à frente de 800 homens, “mal armados, mal equipados e mal montados”, segundo Antônio Augusto de Carvalho, seu chefe de Estado Maior. São apenas 150 clavinhas, 9.000 tiros, uma centena de lanças e simulacros falquejados. Mas, traz o título de General Comandante-em-Chefe do Exército Libertador Rio-Grandense, em papel passado por Joca Tavares...

Gumerindo aceitou, pelo menos aparentemente, a chefia do outro, coronel de infantaria que comandara o 6º BI em Uruguaiana.

Agora, são uns 2.000 homens com a responsabilidade de reavivar as brasas da revolução, dependentes quase que só dos recursos capturados ao inimigo. Entretanto, é mister marchar, pois o Mar Isidoro Fernandes, em Santana do Livramento, e o Gen. Antonio Joaquim Bacellar, na Coxilha de São Sebastião, aprestam-se para dar-lhes combate. A disparidade de forças e de meios sinaliza a marcha para o norte, passando entre as forças oponentes, no rumo de Caçapava e da Encruzilhada. Lá, aguardariam os ativadores pedidos a Rafael Cabeda, supostamente disponíveis e armados, mas que nunca chegariam. Salgado e Gumerindo marcham em colunas paralelas, de modo a se protegerem e cobrirem a maior área com seus potreadores. Arrebanham 6.000 cavalos, facilitando a sua remonta e privando-a ao inimigo. As armas e munições, sempre tão carentes e sem as quais não se poderá prolongar a guerra por muito tempo, são afanosamente buscadas por colunas expedicionárias, enviadas aos quatro cantos, Dom Pedrito, Lavras, Caçapava, São Sepé, Cachoeira, Encruzilhada, Alegrete e Quaraí,

a cargo dos melhores e mais vaqueanos chefes. A um deles, o Cel. Gaspar Barreto, também é confiada a missão de cortar os trilhos entre Cachoeira e Santa Maria, a fim de embaraçar o deslocamento rápido das tropas governistas, não sendo entretanto, bem sucedido.

O Plano Governista

A 22 de agosto, acampados no arroio Santa Bárbara, tiveram as forças de Salgado notícias da presença do General Portugal nas pontas do Camaquã, imediações da Serra do Acampamento Velho. Portugal era uma das peças-chaves da operação de cerco montada pelo governo. As outras, a guarnição federal de São Gabriel, comandada pelo Cel. Jorge Diniz Santiago, a Divisão do Norte, forte de 3.000 homens, ao mando do Gen. Rodrigues Lima e do Senador Pinheiro Machado, e a coluna do Gen. Bacellar, com 1.000 homens aproximadamente. Lima e Pinheiro Machado marchariam de Capela de Saicã; Portugal, apoiado por Diniz Santiago, de São Gabriel; e Bacellar, do Piraizinho. Reunidos, seriam mais de 5.000 homens das três armas. Efetivos e meios muito superiores a tudo o que Salgado e Gumerindo poderiam opor. Para tanto, era necessário, além do plano, boa coordenação de ações entre os comandos governistas. Aos revolucionários, restavam duas alternativas: iludir o cerco ou bater aquela força antes da junção. Veremos que esta última foi a preferida.

As Forças em Confronto

A Brigada do Gen. Francisco Rodrigues Portugal contava com 900 homens aproximadamente, formada de corpos de cavalaria da Guarda Nacional de São Gabriel e um de Santa Maria. Vale dizer, unidades de civis ou "patriotas" militarizadas. Corresponhia a pouco menos da metade do efetivo adversário, embora melhor armada e municada. Por razões desconhecidas, a guarnição federal daquela cidade, dotada de artilharia, que deveria acompanhá-la permaneceu nos quartéis. Documentos capturados posteriormente pelos federalistas falavam das queixas e Portugal à inação do Cel. Diniz Santiago e do Gen. Bacellar, este último acampado no Tabuleiro (Lavras) localidade relativamente próxima àquela em que se feriu o combate.

A Brigada Portugal (algumas fontes tratam-na impropriamente de Divisão) estava dividida em duas colunas, comandadas pelos Tenentes-Coronéis Hermenegildo Laureano da Silva e João Fernandes Barbosa. Levava, ainda, como espécie de "comisário político", o Dr. Fernando Abbott, político de prestígio, republicano histórico e que, até recentemente, exercera o governo do Estado. Era uma força que estava em operações desde o início da revolução e que já se batera com os mesmos adversários em outras ocasiões. A tropa federalista, ou "Exército Libertador Rio-Grandense", estava dividida em dois "Corpos de Exército", o 1º sob o comando de Gumerindo Saraiva e o 2º, do próprio General-em-Chefe, Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado. Com efetivo aproximado de 2.000 homens, dos quais uns 500 dotados de armas de fogo (clavinas e fuzis de vários

tipos) e pouca munição, tinha o seu forte na cavalaria, comandada por chefes como Aparício Saraiva e Torquato Severo, que conquistaram justificado renome durante a guerra civil.

O Combate

No sábado 26 de agosto, a vanguarda de Gumercindo tiroteava com a força do Ten.-Cel. Hermenegildo, postada no Passo dos Carros, sobre o arroio do Salso. A uma légua do local, no Cerro do Ouro, permanecia em reserva o restante da Brigada, sob o comando do Gen. Portugal. Ao cair da noite, deixando fogueiras acesas nas alturas em frente ao passo, Gumercindo contornou a posição inimiga e mandou abrir uma picada na mata do arroio, quase em frente à posição de Portugal. De madrugada, aproveitando-se da cerração, vadeou o Salso com o 1.º Corpo, surpreendendo o adversário, que o imaginava mais acima, no Passo dos Carros. Após curto e cerrado tiroteio, foi dado o toque de carga, pois a força revolucionária, como de hábito, não dispunha de munição suficiente. A pouca profundidade do dispositivo de Portugal, duas linhas extensas e rarefeitas de atiradores, facilitou a tarefa dos lanceiros maragatos. As cargas de cavalaria em forrageadores destroçaram-nas uma após outra. Todos os quadrados formados foram rompidos. O Ten.-Cel. Hermenegildo, que continha o 2.º Corpo do Gen. Salgado no Passo dos Carros, procurou reunir-se a Portugal, cuja força vacilava e começava a retirar. Em pouco tempo, a retirada transformou-se em debandada. O engarrafamento de homens, animais e viaturas no “Apertado”, estreita passagem entre dois cerros, aumentou a confusão e o morticínio. O aproveitamento do êxito levou os lanceiros federalistas às portas de São Gabriel, a cinco léguas do campo da luta! Ao aproximarem-se da ponte do Vacacaí, receberam dois tiros das peças da guarnição. A tanto se reduziu o apoio do Cel. Diniz Santiago...

O número de mortos foi avultado entre os vencidos, chegando as estimativas a 300, ou seja, 30% do efetivo da Brigada! Entre eles, o Ten.-Cel. João Fernandes Barbosa, lanceado antes de poder montar a cavalo. Prisioneiros, poucos, considerando-se a catástrofe, algo mais de meia centena, dos quais o mais graduado foi o venerando Ten.-Cel. Manuel João Marinho, comandante de um dos corpos. O butim foi importante e o carcheio permitiu vestir muito soldado mal de roupa... A parte oficial de Gumercindo relaciona 221 Comblains, 5 Spencers, 3 Remingtons, 1 Mauser, 124.250 tiros de Comblain, espadas, lanças, barracas, ponchos, carretas, carroças, cargueiros, arreios, víveres, etc. O suficiente para reabastecer os federalistas e permitir o prosseguimento da campanha.

Cerro do Ouro foi uma desforra, com juro, de Upamaroti, alcançada praticamente só por Gumercindo e seu 1.º Corpo. Salgado, detido no Passo dos Carros, participou apenas da perseguição. Apenas o Ten.-Cel. Isidoro Dias Lopes, da sua força, com o 7.º Regimento, tomou parte no combate, formando à direita do dispositivo de Gumercindo. Seu depoimento, meio século depois, ainda é peça importante para a história da revolução.

Consequências do Combate

O esmagamento da Brigada Portugal deixou quase à mercê dos vencedores a praça de São Gabriel. Como vimos, a inexplicável inatividade da sua guarnição, que deveria ter apoiado Portugal, facilitou a tarefa de Gumerindo. Nunca se soube ao certo as razões dessa atitude. Segundo fontes federalistas, soldados aprisionados no combate informaram da recusa da tropa federal em marchar para a luta, o que é difícil confirmar. O antigo Chefe do Estado Maior de Salgado afirmou que era intenção atacar a cidade no dia seguinte, 28 de agosto, o que não se concretizou pela aproximação da Divisão do Norte e da coluna Bacellar. Salgado aspirava a incorporar a artilharia e os demais recursos da guarnição. Ângelo Dourado, chefe do serviço de saúde federalista, teria proposto, com apoio de Gumerindo, convidar a guarnição a aderir. Salgado ter-se-ia oposto, preferindo uma demonstração de força. Seja como for, São Gabriel não foi tomada, nem os seus recursos incorporados aos federalistas, o que os deixaria em situação bélica invejável. Entretanto, reabastecidos com os despojos da Brigada Portugal, puderam marchar em direção ao Ibicuí e iniciar a grande marcha que chegaria às portas de São Paulo.

A estrela de Gumerindo começava a refulgir, fazendo sombra ao comando do General Salgado. Talvez, por essa razão, ainda quentes as cinzas do Cerro do Ouro, começaram os atritos entre os dois chefes...

Isidoro Dias Lopes considera nulos os conhecimentos táticos e estratégicos de Gumerindo, reconhecendo-lhe, entretanto, a coragem, a astúcia e a aptidão de guerrilheiro. Quanto a Salgado, foi mais severo. Inapto à guerra de guerrilhas pela sua formação, teve a sua conduta na campanha considerada "altamente medíocre". Apesar desses juízos pouco abonadores, o certo é que ambos se constituíram em séria ameaça para Castilhos e Floriano, pondo em evidência as deficiências militares do país que, poucos anos mais tarde, em Canudos, atingiriam o seu ponto mais crítico em termos de doutrina, organização e operacionalidade.

Ironicamente, ao marcharem do Cerro do Ouro, avistaram os maragatos a coluna do General Bacellar, que chegava com um dia de atraso...

Fontes

Carvalho, Antonio Augusto de — "Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul. O General Salgado", Montevideo, Imprensa El Siglo Ilustrado, 1895
Guasina, Luiz de Senna — "Diário da revolução de 1893", (manuscrito) Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Dourado, Angelo — "Voluntários do Martírio", Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1979, 3ª edição fac-similada da edição de 1896.

Lopes, Isidoro Dias — depoimento, in Magalhães, Cel. J.B., "A Consolidação da República", ed. da Biblioteca Militar, Rio, 1947.

Escobar, Wenceslau — "Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893", Porto Alegre, Of. G. da Livraria do Globo, 1920.

A REVOLUÇÃO DE 1893, ÀS MARGENS DA LAGOA DOS PATOS (COSTA DOCE)

Luis Alberto Cibils

Introdução

Proclamada a República, sua consolidação foi tumultuada em face da crise política então operante.

Organizado o Governo Provisório, os republicanos rio-grandenses indicaram para interinamente governar o Rio Grande do Sul o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara (1824-1893), 2º Visconde de Pelotas, como Governador Político. Entre esse primeiro governo de Câmara e o segundo de Castilhos em 1893, governaram mais de dez dirigentes.

Diante da impossibilidade de entendimento e acordo entre Castilhos e Silveira Martins no 1º semestre de 92, membros do antigo Partido Liberal e os simpatizantes do Regime Monárquico se uniram, fazendo frente ao regime dominante. O desenrolar dos acontecimentos tornou-se uma grande disputa política.

O meio de comunicação da época era a imprensa escrita que, distribuída em duas posições antagônicas, orientava seus seguidores, além da comunicação telegráfica que, instalada na região em 7 de abril de 1871, igualmente transmitia diretrizes urgentes a serem adotadas.

O Governo enfrentava a oposição utilizando-se dos instrumentos oferecidos pela Constituição Estadual em vigência, redigida por Castilhos, tornando-se a única Constituição positivista existente. Os presidentes realizavam as nomeações de seus substitutos e demitiam-se. A Chefia de Polícia sugeria aos Intendentes e Delegados de Polícia as medidas a serem tomadas. O confronto era enorme, onde atuaram, de um lado e de outro, experimentados veteranos da Guerra do Paraguai, inclusive na luta armada.

Examinemos o desdobrar desses acontecimentos com base do fundo documental deixado pelo líder republicano civil desde a propaganda, às margens da Lagoa dos Patos, Ten.-Cel. Manoel da Cunha Vasconcelos (1851-1910), do 11º Corpo de Guardas Nacionais, nomeado a 14 de julho de 1891, quando foi demitido o Ten.-Cel. Antônio da Silva Crespo. Delegado de Polícia desde 10.12.89 e primeiro Intendente de Dorcas de Camaquã a contar de 4 de novembro daquele ano, conservou-se nessas funções por sucessivas reeleições até 1908, quando trans-

mitiu o cargo a seu substituto, passando a exercer a advocacia e continuando na liderança política. Durante todo o período da Revolução de 1893, manteve-se no exercício cumulativamente das duas funções civis.

Dissolvido o Congresso Nacional por Deodoro da Fonseca, em 3 novembro de 1891, como decorrência de sérios desentendimentos, Júlio de Castilhos abandonou o governo, sob pressão do povo liderado pelo leiloeiro Ernesto Paiva, em 12 de novembro, sem entregar o governo a ninguém.

Nesse mesmo dia assume um triunvirato popularmente chamado "Governicho". Integrante desse governo, Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), nessa mesma ocasião, dirigiu às guarnições, autoridades civis, imprensa, autoridades oficiais, a seguinte mensagem: "Tendo o Presidente do Estado resignado o cargo, obedecendo reclamos da opinião pública foi pelo povo acalmada Junta Provisória composta do Gen. Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil cujo fim é: manter e aclamar a revolução; sustentar a oposição movida por todo Estado contra a dissolução do Congresso; exercer o governo civil e sem preocupação partidária, presidir a eleição do novo Presidente que será feita com a maior liberdade".

Eram chefes federalistas na região Inácio Xavier de Azambuja, Antônio da Silva Crespo, Bento Gonçalves da Silva F^o (1820-1897) e Francisco Luis Pereira da Silva. Como se vê, o filho de Bento Gonçalves, com o mesmo nome do pai e que exerceu várias funções e cargos militares no Império, inclusive o de 1.^o Vereador-Presidente da 1.^a Câmara Municipal de Camaquã, tornou-se oposição.

— 1892 —

O Partido Federalista foi criado a 31 de março de 1892, em Bagé, por Gaspar Silveira Martins (1834-1901), reunindo as oposições. Silveira Martins seria o Chefe Civil da Revolução de 1893.

Em 17 de junho, Vitorino Monteiro anuncia ter assumido o governo, contando com integral apoio de Floriano Peixoto. Seu Chefe de Polícia Manuel Telles de Queiroz recomenda a prisão dos chefes sediciosos, para assegurar a vitória da revolução.

A Comissão Central em P. Alegre informa que causa republicana retorna ao poder, declarando ter havido sério conflito em Livramento, resultando 13 mortos e muitos feridos entre os adversários, inclusive o Delegado Vargas. Em Cachoeira houve 3 mortos e em Conceição do Arroio (Osório), 2.

Frota, Abbott e Castilhos alertam que adversários induzem o povo a atacar os republicanos. Diante disso Vasconcelos previne que comissão adversária guarda o telégrafo, não havendo segurança com os telegramas da Capital que passam por Dorcas, recomendando aguardar o correio direto de P. Alegre.

Em 18 de junho, Rafo, de S. João em festas, comunica a volta de Castilhos ao poder. Este nomeia Vice-Presidente Vitorino Monteiro e renuncia. Monteiro no poder, alerta que adversários pretendem estabelecer simulacro de administração em Bagé e que seu governo representa a concórdia da família rio-grandense.

José Antônio Neto (Zeca Neto) e Patrício Vieira Rodrigues F^o sugerem união, diante de notícias alarmantes. Patrício assume o Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca e solicita que os demais o façam em seus cargos, enviando próprios com urgência por Pedras Brancas (Guaíba).

Patrício Vieira Rodrigues F^o foi nomeado Comandante Superior das G.N. da Comarca de Camaquã por Abbott (1857-1924), então no governo do Estado, em 30.03.91, quando, pelo mesmo ato demitira desse cargo o Cel. Bento Gonçalves F^o. Na ocasião também fora nomeado Neto Chefe do E.M. da Guarda Nacional, além de já ser Delegado de Polícia. Na condição de Delegado de Polícia de Camaquã, Neto informa que segue para Pelotas e necessita do concurso de gente para guarda de seu município.

De Pelotas, Adolfo Ferrugem noticia que a legalidade triunfou, sendo empossadas autoridades e que o Gen. Isidoro, com forças superiores, marcha para Bagé, onde se encontra a coligação no poder.

Patrício determina que quaisquer pessoas que se reúnam com o fim de perturbar a tranquilidade, sejam presas até segunda ordem.

Neto, a 25, declara que Cassal saiu de P. Alegre na “Marajó” e tenta desembarcar em qualquer costa. Aconselha vigilância em Tapes, pois ele o fará na Barra do Velhaco (Arambaré).

No dia seguinte, Vitorino Monteiro e Abbott asseguram que “Marajó” após forte bombardeio, respondido de terra pela artilharia e fuzilaria fugiu precipitadamente, sendo apreendida em Rio Grande, não sabendo do destino de Cassal. O Cel. Patrício anuncia que “Marajó” se rendeu em Pelotas e que se empenham em procurar Cassal. Cmt. da 4^a Brigada de Pelotas, Gen. Luis Alves ordena vigilância e empenho em prender Cassal e Aníbal Cardoso. A canhoneira “Marajó” que bombardeou P. Alegre dia 24 estava sob o comando do Cap.-Ten. Cândido dos Santos Lara, falecido como Almirante em 1929. Atingiu, entre outros prédios, o Edif. Malakoff, o Quartel General, a Beneficência Brasileira e a escadaria da Igreja das Dores.

Neto teria recebido ordem de Castilhos para reunir gente e seguir até Pelotas de onde, ao comando do Gen. Luis Alves, marchariam para prender ou expulsar o Gen. Tavares.

Dias depois Vitorino Monteiro assevera que a Revolução republicana está vitoriosa, sendo dispensável enviar armamento e declara que se deviam dissolver as forças, pois o Estado está pacificado, com Tavares e outros cabecilhas emigrados no Uruguai.

Fernando Abbott, no exercício da Presidência, cria a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, através do Ato n^o 357, de 15 de outubro de 1892.

A Comissão Central do Partido Republicano, constituída por Protásio Alves, João Ernesto da Fonseca Guimarães e Antônio Soares de Barcelos, dia 20-10-92, pedia todo o esforço nas eleições de 20 e 21 de novembro para ratificar pelas urnas, a vitória de junho, pelas armas.

De Camaquã, a 21, o Delegado Francisco Tavares dá a conhecer que recebera naquele dia telegrama de S. Lourenço (do Sul) avisando haver movimento para atacar Camaquã e que o Dr. Piratinino de Pelotas, prevenira que estivessem alertas.

A Comissão Executiva, constituída por Barcelos, Pinto e Protásio, sugere a não dependência do telégrafo, em face de ameaças de Revolução e de corte de linhas, o uso de próprios.

O Chefe de Polícia Antunes Ribas, dia 30, de ordem do Presidente do Estado, determina imediata prisão de Chefes federais, comunicando à Chefatura e recomendando máximo de proteção, em nome da pátria e honra do partido, exigindo supremo respeito às famílias dos adversários. Abbott a 1º de novembro faz saber do sufocamento da rebelião, quando sucumbiram três adversários, fugindo os principais.

Ribas anuncia não estarem os revolucionários presos amparados por habeas-corpus que mesmo concedidos não devem ser cumpridos. Abbott ordena a prisão dos chefes federais.

Ainda recomenda vigilância e apreensão de próprios, cuidando-se de estradas e passos, mantendo-se reunidos os amigos, diante da ameaça do inimigo na fronteira oriental. Informa pouco depois que há tranquilidade no Estado e sugere a criação de Guarda Municipal para exercer vigilância, prendendo boateiros e evitando o uso do telégrafo.

O mesmo Chefe de Polícia refere que o 3º Regimento estacionado em S. Borja foi sublevado pelo Alferes Molina que no dia 1º se apoderou da cidade, saqueando diversas casas e fugindo para S. Tomé dia 2, onde foi preso pela polícia argentina, junto com o Sargento Pavão. A polícia argentina procura afastar qualquer suspeita de cooperação.

Dia 6, aconselha reunir gente organizando defesa por força da invasão da fronteira, para tanto usando mensageiros. A referida autoridade determina resistência em todo Estado, porque federais organizados saqueiam fazendas. Esclarece que o 3º Regimento de S. Borja está sob controle, havendo pedido de extradição de presos e anuncia organização de Corpos Provisórios. Solicita se mantenham reunidos os partidários de república, como regime único das duas Américas. Pede evitar divergências, mágoas, ressentimentos e desgostos e obter a unidade do partido, para enfrentar o perigo que o ameaça. É que já surgiam desentendimentos entre os republicanos.

No entanto, anunciava depois boas notícias vindas da fronteira, onde tudo estava marchando para solução pacífica. Governo trata de organizar corpos destacados, dispensando os demais, para suas ocupações.

Como última mensagem do ano, o Chefe de Polícia dirige-se ao Delegado Vasconcelos, dia 27 de dezembro, recomendando a preparação da defesa do Estado porque estavam criados os Corpos Provisórios. O policiamento local, de acordo com o Intendente, deve ser feito pela Guarda Municipal, efetuando vigilância dos adversários, proibindo reuniões e efetuando desarmamento. Sugere a organização de uma Companhia de 100 homens, com um Capitão, um Tenente

e dois Alferes, para defesa do Município. Os oficiais devem reunir a Cia. aos domingos para fazerem alguns exercícios, tendo o auxílio do Intendente e da Comissão Organizadora, evitando violência contra a propriedade e direitos dos cidadãos.

O Desembargador Antônio Antunes Ribas (1844-1905) foi Chefe de Polícia de 30.09.92 a 20.02.95.

— 1893 —

Chega o ano de 1893 e, com ele, José Antônio Neto (1854-1948), dia 2, alerta que a hora se apresenta grave. Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) assume a 25 de janeiro a direção do Estado, como Presidente eleito.

Antunes Ribas, dia 30, também alerta que é provável o começo da Revolução. Com a posse de Castilhos, efetivamente se inicia a Revolução de 93.

Dia 5 de fevereiro o Gen. João Nunes da Silva Tavares (1816-1906), antes Barão de Itaqui, na divisa de Bagé com o Uruguai, lança uma proclamação aos rio-grandenses contra o governo tirânico, apelando pela reconquista da liberdade. Júlio de Castilhos comunica que na tarde do dia 11 de fevereiro, forças civis do Estado bateram completamente bandos capitaneados por Gumercindo Saraiva e Vasco Martins, na linha divisória de Bagé, em ação que durou uma hora. Tem início a 1ª fase da Revolução.

O Chefe de Polícia, dia 17, informa que a fronteira foi invadida em diversos pontos, temendo sublevação do interior, uma vez que grupos armados percorrem a campanha, tornando-se urgente reunir pessoal para a luta.

A partir de então intensificam-se a movimentação de pessoal de ambas facções políticas e conseqüentes entendimentos.

De Camaquã, o Delegado Cristóvão Gomes de Andrade declara que as linhas de S. Lourenço estão interrompidas, acusando os federais em campo com incrível atividade e ousadia. Castilhos determina ao Intendente Vasconcelos envie próprio ao Dr. Bento Ribeiro, que está a três léguas da Vila, com telegrama do Gen. Comandante do Distrito.

Dia 22, Castilhos comunica ao referido Intendente que Camaquã está ameaçada por grupos inimigos. Aconselha auxílio, também solicitado a Encruzilhada. Avisa ter remetido armas via Pedras Brancas (Guaíba), recomendando todas as cautelas para evitar extravio ou subtração. Esclarece que das 200 clavinas com munição, deve ser entregue a metade ao Intendente Cristóvão, de Camaquã.

Este Intendente diz a Vasconcelos que os federais de Camaquã, de São Lourenço e S. José, estão acampados na Estância Cordeiro e que Neto ainda não chegou de Pelotas, sendo a luta iminente. Por isso pede auxílio de Dores. Ao chegar, Neto renova o pedido de ajuda para atacar o inimigo.

S. José era cachoeira e passo no rio Camaquã, no Município de Encruzilhada.

João da Silva e Azevedo informam: “Pelas 4 horas da manhã de 26 de fevereiro de 1893, os federalistas, em número superior a 400, atacaram de surpresa a vila, que foi defendida por 30 republicanos dirigidos pelo Ten.-Cel. José Antô-

nio Neto, existindo 80 republicanos completamente desarmados que nada puderam fazer. Durou o fogo uma hora, não havendo mortos ou feridos dos republicanos. Os federalistas tiveram alguns feridos. Nesse memorável dia, nossos patrícios (os federais) mancharam-se mandando assassinar o Capitão Antônio Flores Reinaldo e Estácio Garcia, que, dias antes do combate, tinham sido presos e assim conduzidos foram mutilados no passo do banhado, quando se retiraram os atacantes. Foi também ferido nas costas por lança o Capitão Bibiano José Rodrigues, não sendo morto, por intervenção de um federal. Este Capitão tinha sido preso dias antes do combate”.

Foram apontados, em inquérito policial, como tendo dirigido o ataque a S. João: Antônio da Silva Crespo, Inácio Xavier de Azambuja, Francisco Luis Pereira da Silva, João Luis da Silva, Felisberto Ribeiro de Barros e Abilio Gomes de Oliveira, auxiliados por João Azambuja Gonçalves, Francisco Gonçalves Centeno e Isaias Rodrigues Mendes.

Andrade, a 26, avisa Vasconcelos que a Vila de Camaquã foi atacada por 500 homens, tendo havido combate e mortes. Anuncia, depois, que os inimigos foram rechaçados diante da bravura republicana. Eles seguiram em direção à Barra do Velhaco (Arambaré) e outra pequena força foi em direção ao Passo do Pacheco. Deixaram arreios, 3 cavalos mortos, lanças e fugiram, matando os prisioneiros que há dias haviam detido, inclusive o amigo Nico Flores. O Passo do Pacheco, no Camaquã, deve esse nome a Manuel da Silva Pacheco (1790-1869), um dos precursores de Camaquã.

Andrade ainda insiste junto a Vasconcelos para que o armamento chegue no dia seguinte, a qualquer hora da noite, pois foram avisados de que na madrugada do dia 28 serão novamente atacados. Patrício e Neto pedem a Vasconcelos que o armamento vindo de vapor até a Barra do Ribeiro seja remetido em carro tirado por cavalos.

Solicitam que mande a Tapes prevenir Divino e sugerem vigiar Barra do Velhaco onde chegará barco com gente amiga armada, pois inimigos estão acampados nas imediações.

Ainda nesse dia o Secretário do Interior Possidônio da Cunha previne Vasconcelos que segue no dia seguinte armamento escoltado por 20 praças. Solicita maior reforço possível ao receber na Barra do Ribeiro 100 miniés para Dore e outro tanto para São João, tudo com a respectiva munição. Reforça que urge auxílio a essa vila, pois o Cel. Bonifácio, de Encruzilhada, também o fará.

Andrade insiste junto a Vasconcelos em que avise a remessa do armamento porque mandará força esperar no caminho. Acrescenta que a vitória republicana produzirá grande abatimento nos inimigos, dos quais desertaram 100 homens. Os adversários estão acampados na Estância da Coxilha, havendo 4 feridos no combate e 3 cavalos mortos, deixando ponches, arreios e algumas armas. Nesse dia teve pomposo enterro o companheiro Nico Flores, cujo cadáver estava muito mutilado.

Neto empenha-se com Vasconcelos para que Manoel Crescêncio e Manoel Inácio Evangelista sigam para lá, pois adversários ontem divididos, hoje podem

estar juntos. Entende que o melhor trajeto é pelo banhado Chico Vicente, para onde mandará duas praças. Solicita, ainda, quando for a gente com armamento traga Monte Negro, com a música.

Dia 2 de março, Andrade informa que Manoel Inácio, a força e o armamento chegaram e que os adversários seguiram para Camaquã, no Passo do Pacheco, prometendo voltar com novo ataque, ainda esclarece que Zeca Soares tomou S. Lourenço. Neto havia reclamado, acicamente, de Vasconcelos a entrega ao Cap. Florêncio Evangelista Tavares e a força que o acompanha, das carabinas e munições vindas de P. Alegre para perseguir o inimigo. Depois, desculpa-se e informa que recebeu reforço de S. Lourenço e Canguçu. O Cap. Florêncio pertencia ao 27º Corpo Provisório de Cavalaria de Camaquã.

Dia 5, Cristóvão noticia a Vasconcelos que adversários dispersaram quase toda força, havendo pequeno grupo se entranhado nos matos do Camaquã e que S. Lourenço foi retomada por força de Pelotas.

Reclama notícias de Quincas Ribeiro e diz que segue para P. Alegre declarando que Zeca Soares foi batido por forças de Pelotas, no Arroio Grande, quando perdeu muita gente e munição. Arroio Grande ou Turuçu é divisa entre os Municípios de S. Lourenço do Sul e Pelotas.

Nesse dia, Joaquim da Cunha Vasconcelos faz saber ao Intendente, seu irmão, que segue para o rio Camaquã a fim de atacar o inimigo, junto com o Cap. Joaquim Barbosa.

Cristóvão comunica, dia 4, que sua gente, na Charqueada do Camaquã, auxiliada por forças de Pelotas e Encruzilhada bateu os inimigos, ficando as casas de Crespo reduzidas a taperas. Agradece a participação de Inácio.

Antunes Ribas refere ao Delegado de Dorés que o Cap. Joaquim Ribeiro de Barros está oculto em casa de Manuel Inácio Evangelista e que Inácio Xavier de Azambuja também se encontra no Município de Dorés, solicitando captura de ambos. Neto, comandante de S. João, dirige-se ao Intendente Vasconcelos interessado em providenciar guardas para seu lado do Velhaco. O Arroio Velhaco era, ao tempo, divisa entre os municípios de Dorés e de S. João de Camaquã.

O Subintendente de Camaquã, Adolfo José Castro, dá a conhecer ao Delegado Vasconcelos que cruzaram no Passo do Jacaré, naquele município, atropeladamente, cerca de 300 cavalos sob responsabilidade de condutores, dos quais pedia prisões, caso estivessem sem as formalidades da lei. O Cap. Adolfo J. de Castro pertencia às forças de Cristóvão.

Avelino Py, de Pedras Brancas (Guaíba), empenha-se junto a Leão Garcia nas cartas que ficara de mandar por próprio, na inexistência de correio.

Dia 17, Antonio Ribas pede ao Delegado de Dorés notícia de canibalismos que teria sido praticado pelos inimigos. Informa ser boa a situação e estarem os adversários enfraquecidos.

Dias depois o Intendente Andrade pergunta se a guarda do Velhaco prendeu Inácio Azambuja e José Butes.

Ribas, Chefe de Polícia, dirige-se ao Delegado de Dorés comunicando que horda de mercenários estrangeiros invadiram o Estado praticando roubo, assas-

sinatos e violando lares rio-grandenses, vilipendiando o brio e a dignidade do povo. Empenha-se, mais, em que os republicanos se unam e tomem armas em defesa dos lares e da autoridade. Devem manter a tradição gloriosa dos heróis de 35, contra os monarquistas, representados pelos caudilhos Gaspar e Tavares. O Exército está firme no cumprimento de seus deveres.

Castilhos determina ao Intendente dispensar das forças em operação João Damaceno de Almeida. O Intendente Andrade avisa Vasconcelos que saíram para Barra do Ribeiro cinco carretas de gêneros de Maria Amalia Soares para abastecer as tropas, solicitando proteção na passagem por seu município. Rodrigo faz chegar de São Lourenço a notícia de que estão bem e que Neto seguiu para Pelotas, tendo fugido Canelas.

O Comandante Patrício, dia 26, dirige-se ao Delegado de Dores, empenhado na prisão e remessa de praças desertoras, refugiadas na Fazenda Santo Antônio. O Delegado Andrade, em missiva de 29, diz da existência de grupo no Cerro Grande (do Sul), pretendendo batê-los.

Inicia-se o mês de abril com a comunicação do dia 5, do Chefe de Polícia Ribas ao Delegado de Dores com estes dizeres: "Forças invasoras derrotadas dia 26 passado junto a Alegrete, repetiram combate dia 27 e, devido surpresa de nossa gente, tiveram vantagens, perdendo, entretanto, 600 homens". Efetivamente, a 27.03, nas imediações de Alegrete travara-se o combate da Jararaca, sendo vitoriosos os rebeldes de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, contra os legalistas de Chachá Pereira.

O Cel. Patrício Vieira Rodrigues Filho, no Comando da Guarnição de Camaquã, a 23 de abril, telegrafa ao Chefe de Polícia comunicando que "Joaquim Gonçalves da Silva, hospedado af casa Emílio Ferreira ou Ana Rafaela Azambuja emissário federal, prenda, passe bolsas malas". Não foi encontrado.

Ordem do Dia nº 60, de 27 de abril de 1893, assinada por Pantaleão Teles de Queiroz, Comandante da Brigada Militar, dá a conhecer a criação do 27º Corpo Provisório de Cavalaria, no Município de Camaquã, sob o comando do Ten.-Cel., antes o Alferes honorário do Exército, Joaquim Antônio da Rocha.

O Chefe de Polícia Antunes Ribas dirige-se, em telegrama, ao Intendente de Dores dizendo: "Penso termos chegado ao momento agudíssimo de nossa luta. Forças invasoras formam duas colunas, uma comandada por Tavares e composta de 3.500 homens; outra, comandada por Salgado, com 5.000 homens. A 1ª, acampada em Ponche Verde e a 2ª, nas proximidades de Quaraf; Tavares marcha para fazer junção com Salgado. Forças republicanas também compostas duas colunas expedicionárias, uma, comandada pelo Gen. Hipólito. Ambas marcham sobre o inimigo, a 1ª, em Bagé, e a 2ª, em Uruguaiana. Notícia oficial de hoje diz que vanguarda coluna Teles, comandada pelo Cel. Portugal, derrotou retaguarda coluna Tavares, comandada por Antero Cunha e a Coluna Salgado foge precipitadamente, perseguida por forças a mando de Hipólito. Esperam-se importantes acontecimentos, pois serão os revolucionários obrigados a ferir batalha geral, logo que reunidas suas colunas, fiquem acossados pelos republicanos. Resultado do choque será infalível em nosso favor, devido ardor patriótico

nossos combatentes e superioridade de nossas forças composta das três armas. Convém exercer aí suprema vigilância, a fim de impedir qualquer movimento local que seria reanimador para a Revolução.

Dia 6, o mesmo Chefe de Polícia envia mensagem à Comissão Executiva informando: “Colunas invasoras efetuaram junção e na margem direita do Inhanduí deram batalha coluna Gen. Hipólito. Bravura e denodo forças republicanas levaram de vencida adversários Gen. Tavares, Cel. Luis Salgado com seus fugitivos correm protegidos pela noite, picados na retaguarda, estraçalhados na vertiginosa corrida. Combate iniciado às 11 horas manhã terminou ao escurecer. Saúdo heróicos republicanos rio-grandenses; felicito leais republicanos brasileiros pela vitória republicana, alcançada em pugna gloriosa, nas campinas da terra gaúcha. Viva Rio Grande do Sul! Viva Gen. Hipólito!”

No dia seguinte, os Intendentes Municipais receberam este telegrama de Júlio de Castilhos: “Os rebeldes invasores acabam receber prêmio sua falta patriotismo. Procedente de Montevideu acabo de receber ao meio-dia o seguinte telegrama: “Viva República! Inimigo foi encontrado e vencido. As glórias Inhanduí celebradas pelos farrapos de 35 reverdeceram ontem onze horas manhã. Sobre margem direita aquele rio alcançamos, após rápida marcha Cel. Salgado. Ao estendermos linha combate, Salgado operou junção suas forças com Tavares e Gumerindo. Éramos 4.000 e batemos completamente 6.000. Pelejamos 6 horas. Inimigo foi rechaçado todas suas investidas. Esmagados flanco e centro, retirou-se precipitada fuga, aproveitando noite. Revolução estrangulada. Seguimos perseguição. Mais tarde outros pormenores. Viva República! Campo de Batalha, 4 de maio 1893. Assinados Gen. Hipólito Ribeiro Gen. Rodrigues Lima”.

O combate de Inhanduí, em 3 de maio, contou com a participação de vários oficiais do Exército, entre eles. Na Divisão do Oeste do Gen. Hipólito Ribeiro (1830-1904), comandou a artilharia o Cap. Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947), comissionado Ten.-Cel. Na Divisão do Norte, do Gen. Francisco Rodrigues Lima, quase toda composta de forças provisórias, entre outros, figurou o Cap. Ernesto Dornelles, comissionado em Ten.-Cel.

Neto estava sob o comando do Gen. Xavier da Câmara. Esse combate, por alguns chamado batalha, pelos efetivos empregados, é considerado o mais importante da Revolução. A alegada vitória dos republicanos é hoje discutida.

A 12 de maio os chefes federalistas, com exceção de Gumerindo, resolveram internar-se no Uruguai para reorganização e reequipamento.

A 2ª fase se inicia com a atuação de Gumerindo que, com 1.100 homens, procurava manter a Revolução, no período de inverno.

De Camaquã, o Subintendente Adolfo J. Castro relata que no Pontal dos Gomes existe grande número de animais furtados do Município, convindo verificar.

O Intendente Cristóvão Gomes de Andrade (1851-1937), estava afastado do governo municipal por ter de substituir Neto no comando das forças. Antigo Promotor Público no tempo do Império, propagandista da República, além de Dele-

gado de Polícia, desde 1891 e de Ten.-Cel. do 104.º de Cavalaria da G. N. e do 34.º Corpo Provisório, foi o primeiro Intendente de São João de Camaquã desde 1891, sendo titular do cargo até 31 de outubro de 1904.

A 19 de maio, Antunes Ribas faz ver ao Intendente Vasconcelos a necessidade de urgente observação do movimento dos inimigos de sua Vila, em direção de Lavras, Caçapava e Encruzilhada.

Recebeu do Subintendente Casado, de Pelotas, a informação do Delegado de Canguçu de que Luis Fernando Vaz F.º e Francisco Silveira são desertores das forças do Cel. Mota e que a cavallhada é furtada, encarecendo a necessidade das prisões desses militares e a apreensão dos cavalos.

O Chefe de Polícia envia comunicado lembrando que revolução terminada não significa ordem restabelecida e, por isso, fazia uma série de recomendações para evitar novos núcleos revolucionários. Pediu a unidade do partido, sem ressentimentos. Alerta depois, diante das informações por ele prestadas, a precisão da remessa dos desertores do Cel. Mota, conservando, entretanto, os animais apreendidos. O desentendimento entre os homens continuava uma realidade.

Posteriormente, a 29, Castilhos previne o Intendente de que o inimigo invasor, em desespero de causa e em golpe de mão, tenta apoderar-se de alguns municípios, razão por que insiste na máxima vigilância e energia.

O Delegado de S. Lourenço, Francisco Viana, busca informações sobre o Cap. Machado que apareceu com escolta do município, dizendo seguir para Jaguarão, razão por que deseja saber se é a serviço do governo.

No dia 8 de julho, Castilhos avisa que invasores dirigidos por Joca, Salgado e outros foram atacados por forças leais na fronteira com o Uruguai.

Em Passo Fundo, os federalistas teriam praticado depredações e correrias, sendo desbaratados por força de Eleutério Santos, da Brigada Militar. O Governo teve 3 mortos e 6 feridos e os rebeldes somaram mais de 80 mortos. Os federalistas enaltecem esse feito.

Rodrigo, de S. Lourenço, informa que foi violentamente preso por ordem do Intendente Guimarães a 7 de junho. Continua incomunicável e o governo nada resolve. Refere depois que segue preso para Pelotas e, dia 11, é mandado para casa do amigo Antônio Vieira Braga, um dos chefes daquela cidade, sendo depois posto em liberdade.

O Delegado de Polícia de Canguçu, Francisco Antonio Medeiros solicita dia 13, ao Intendente de Dorcas, ponha em liberdade os indivíduos Luis Fernando Vaz F.º e Francisco de Paula Silveira, com a aquiescência do Chefe de Polícia, pois nada consta sobre furtos de cavalos de parte deles, sendo apenas desertores. Dia 15, Castilhos se comunica com o Intendente, determinando não dissolver força sem sua ordem.

Em julho, dia 9, Ribas afirma que situação revolucionária renasce, recomendando resistência e vigilância nos passos dos adversários, policiando estradas e chefes contrários.

Castilhos, em data de 14, faz saber ao Intendente que “Vapor Júpiter sob comando Wandenkolk, ao aproximarem-se forças iam batê-lo, fugiu barra à fo-

ra. Pelotas e Rio Grande, completa tranqüilidade. Flotilha, mantém posto honra fiel governo”. Informa dia 18 “Cruzador República, aprisionou no Desterro (Florianópolis) vapor Júpiter, seu comandante Wandenkolk e toda tripulação. Apreendida grande quantidade de armamento”. Dia 21 “Comunica que, conduzido Rio Wandenkolk foi recolhido preso à fortaleza Santa Cruz. Vapor Júpiter ficou sob baterias na fortaleza Villegaignon. Continuai alerta. Viva República!”.

Antônio Ribas lembra ao Del. Vasconcelos que sendo rigoroso o policiamento, devem ficar preenchidos todos os cargos.

Em agosto, dia 2, Vasconcelos dirige-se a Castilhos para dizer que Miguel Nunes Rabelo se encontra preso na Chata “Helena”, por gesto de traição de seu tio, por ocasião da tentativa de tomada de Rio Grande por Wandenkolk.

Caçapava além de ter sido ocupada por força rebelde de Laurentino Pinto Fº, a 12 de agosto, foi tomada pelo Cel. Inácio Cortez. Seus 32 homens foram aprisionados pelo Cel. Gaspar Barreto, a caminho de Cachoeira.

A 20 daquele mês, Castilhos noticia ao Intendente e mais autoridades que o Ten.-Cel. José Antônio Neto foi incumbido de realizar a defesa dos municípios de Dorcas e S. João de Camaquã, solicitando todo auxílio necessário.

O Subdelegado Joaquim Roiz Barbosa, informa ao Delegado que Neto lhe deu ordem para reunir os inspetores de quartirão. Este diz, a Vasconcelos da conveniência de com sua saída para lá mande gente pela divisa do Município, na costa da Serra, prendendo os que de um lado passam para o outro.

Em 27 de agosto, Neto acusa recebimento de telegrama e autoriza organizar corpo, pois mandou vir armamento para o mesmo. Informa que inimigo se retirou de Encruzilhada, deixando ali partido reunido. O grosso da força está em Capané, Canguçu, com grande entusiasmo. O arroio Capané é afluente do Jacuí.

Castilhos recebe telegrama de Vasconcelos a quem diz que “deve proceder de acordo com Neto, sem suscetibilidades e convindo deixar em casa Manuel Machado Almeida Fº, urge debelar últimos grupos inimigos”. Percebe-se que perdurava a competição entre os líderes.

No mês de setembro, a 3, Batista, de P. Alegre, assevera ao Delegado que segue em diligência e Castilhos aplaude Int. Vasconcelos pela decisão de marchar no sentido de junção com a Brigada de Neto.

Dia 14, Ribas avisa que inimigos tentam intensificar forças com o fim de reustar a monarquia. Pede máximo empenho em sufocar pontos rebeldes que revoltam alguns navios da esquadra e bombardeiam a Capital Federal. De Camaquã, Neto indaga quando vem gente, pois lá está tudo bem.

O Comandante Joaquim Vasconcelos, de Camaquã, telegrafa ao Intendente relatando estarem os amigos em plena harmonia e sem deserções. Previne que Inácio Machado e Quincas Barbosa seguiram para “Sutil”, vindos pela serra, com 60 homens, ignorando seus fins. Arroio Sutil, afluente do Rio Camaquã, faz limite entre D. Feliciano e Camaquã.

Em data de 25, o mesmo militar, comunica ao irmão Intendente ter recebido ofício de Cristóvão, Comandante Interino das forças civis, determinando marchar com sua força para o “Sutil”. Informa depois que ao seguir para lá, desertaram 3 praças.

No mês de outubro, dia 7, Vasconcelos, em Porto Alegre, encarece a Castilhos providências sobre elementos que se infiltram no Município desorganizando a vida local e as relações com Camaquã, supondo sejam ordem de Neto.

Joaquim dirige-se a Manuel insistindo em urgente diligência, da qual foi encarregado o Ten. Genuíno, "para acabar de reduzir a zero o Machado, pois Neto quando seguiu para Encruzilhada ordenou ao Comandante Interino das forças civis, que se fosse apreendida qualquer cavallhada pertencente às forças, em poder de algum oficial, mande reunir a tropa e arrancar os galões a esse oficial, pelo soldado mais ralé".

O Intendente Interino Pavão Fº, assegura ao de Dorez que seguiu para a Barra do Ribeiro o cidadão Laufer, com carroça, acompanhado de 6 praças ao mando do Ten. Genuíno, para buscar artigos bélicos destinados às tropas de Neto, contando com auxílio, se necessário.

Andrade, avisa de Camaquã a Vasconcelos ter recebido seu ofício e que nada fez por não estar no Comando das forças. Lamenta o ocorrido e diz que Neto providenciará. Transmite que no dia seguinte estará no Velhaco e, se ocorrer algum incidente, o auxiliará. Neto refere ao Intendente ter recebido o ofício, lamentando o ocorrido pois pensa da mesma forma, devendo chamar Machado.

A 30, Castilhos leva ao conhecimento de Vasconcelos, para publicação, que por Decreto do dia anterior o Governo da União prorrogou até 30 de novembro Estado-de-Sítio no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em novembro, dia 1º, Joaquim dá a conhecer ao Intendente, seu irmão, que lhe chegou ordem do Comandante para organizar corpo a seu comando e, a fim de preparar a nominata de militares a ser proposta ao Governo, seguirá para tratar do assunto.

O Intendente Pavão Fº, solicita ao de Dorez apreender cavalos levados por Custódio Barbosa e José Luiz, caso não levarem portaria e bilhete de imposto e, bem assim, uma arma de 12 tiros, enviando tudo para as forças daquele município.

Andrade noticia ao Intendente que consta se encontrarem carretando no Potreiro Grande, as praças João Porto Carreiro, Claro Carneiro e Marcos Farias, genros de Chico Pacheco, os quais deverão ser aprisionados e conduzidos para seu município. Carretar era realizar transporte de mercadorias, em carretas de boi.

O Cel. federalista Francisco Barros Miranda, "Lalau Miranda", a 20 de novembro, em seu campo, junto ao Arroio Teixeira, venceu o legalista Cap. João Crescêncio que morreu em combate.

Cristóvão, dia 25, avisa ao Intendente que segue para P. Alegre e que domingo ficará em Dorez, levando um piquete. A força daí está organizada, conforme proposta, havendo contentamento geral. Solicita informar o Cap. Cezar de sua ida, porque necessita falar-lhe. Joaquim refere ao irmão que a nominata proposta foi aprovada por Neto. Este, pergunta ao Intendente se existe grupo inimigo em Matias Carvalho.

Dia 27 de novembro, o Gen. Izidoro Fernandes perde o combate do Rio Negro, estação em Bagé, para os rebeldes federalistas, verificando-se degola.

Em dezembro, dia 3, Castilhos noticia que foi prorrogado Estado-de-Sítio, nas unidades já referidas.

No acampamento das forças em marcha, na margem esquerda do arroio Cordeiro, dia 4 de dezembro, é apresentada a relação nominal dos oficiais que compõem o 29º Corpo Provisório de Cavalaria, de Dolores de Camaquã. O Ten.-Cel. Comandante desse corpo, Joaquim Cunha Vasconcelos participa ao irmão Indente que na noite naquele dia desertaram 13 praças. O arroio Cordeiro é afluente do rio Camaquã, à margem esquerda. Os oficiais que integraram este 29º Corpo são os mesmos do 35º Corpo de Cavalaria, também sob o comando do Ten.-Cel. Joaquim C. Vasconcelos.

De S. Lourenço, envia mensagem a Manuel relatando que estão sem deserções e seguirá para Pelotas, insistindo em pronto envio de gente. O mesmo oficial comunica de Pelotas que do piquete a seu comando no Passo Pacheco, desertaram 3 praças. Estão acampados no Retiro e no dia seguinte seguem para Piratini, com objetivo de serem incorporados à Coluna do Gen. João César Sampaio, comandante da Divisão Sul.

O Intendente Pavão Fº informa ao colega de Dolores que Eurico segue para P. Alegre levando cavalos, convindo fiscalizar na passagem, se o destino é a revolução.

Com a Ordem do Dia nº 116, de 16-12-1893, o Gen. Pantaleão Teles de Queiros, Comt. da Brigada Militar, faz saber que o Presidente do Estado em Ato de 13 daquele mês, criou dois Corpos Provisórios de Cavalaria, parados no Município de Dolores de Camaquã, sendo o 34º Corpo comandado pelo Ten.-Cel. Cristóvão Gomes de Andrade, e, o 35º, pelo Ten.-Cel. Joaquim da Cunha Vasconcelos.

Andrade, de P. Alegre, conta a Vasconcelos que viaja adoentado pelas Pedras Brancas (Guaíba). Quer que disto avise os oficiais e praças que desejam seguir para incorporação na Brigada.

Dia 21, Joaquim, de Maria Gomes, passo no rio Piratini, hoje Pedro Osório, diz que o 29º Corpo está bem armado e vestido. Recebeu 48 barracas e espera mais. Sampaio deu-lhe um oficial de cavalaria para Instrutor do 29º Corpo.

No dia de Natal, em Maria Gomes, Joaquim informa que o destino é Cerro Chato e que no dia anterior Hipólito Ribeiro e Aparício Mariense seguiram de Livramento com mais ou menos 3.000 homens sobre Bagé, procurando fazer junção com os mesmos. Hipólito Ribeiro comandava a Divisão Oeste das forças governamentais e Aparício Mariense era líder republicano e chefe de forças. Cerro Chato era estação ferroviária em Erval, na linha Cacequi-Rio Grande.

Castilhos faz saber que por Decreto foi prorrogado até 31 de janeiro Estado-de-Sítio. Dois dias depois, Andrade requisita a entrega das ovelhas depositadas na Taperá, em Dolores. Viajará dia 3, para reunir-se à Brigada, sendo conveniente levar cavalos.

Surge o ano de 1894. Com ele, prossegue a revolução. Dia 2 de janeiro, Cristóvão anuncia de Camaquã a Vasconcelos que efetivamente foi chamado por Neto com urgência. Nesse mesmo dia Joaquim, de P. Alegre, leva ao conhecimento do irmão Intendente que marcha para Bagé. O citado militar anuncia sua chegada a Maria Gomes, dia 4. A força inimiga está à vista, ignorando o número. Há três dias seus piquetes tiroteiam com os piquetes do inimigo. No dia seguinte, marcha para Bagé.

O cerco de Bagé que durou de 04.11.93 a 08.01.94, onde se encontrava resistindo o Cel. Carlos Maria da Silva Teles (1848-1899) foi levantado. A 10 de janeiro chegou a Bagé a Divisão Sul de Sampaio.

O Intendente Pavão Fº, de Camaquã, envia mensagem a Vasconcelos, informando que os inimigos foram destruídos em Bagé, dividindo-se em grupos. Uns se dirigiram a Canguçu e outros, possivelmente, a Camaquã. Pedirá auxílio, se necessário. Andrade faz igual comunicação, interessado em reforços para o Duro, arroio que banha Camaquã.

Pavão esclarece que José Anastácio assaltou S. Lourenço (do Sul), dia 28, marchando, talvez, para Camaquã. Em fevereiro o citado Intendente, dia 2, passa ao colega a informação de que, de Dorel, tem vindo alguns dos imigrantes para se juntarem a Crespo que se encontra reunido do outro lado do Camaquã, com probabilidade de atacar a vila.

Patrício Vieira Rodrigues Fº, então como Delegado de Polícia de Camaquã, relata ao de Dorel que Bento Passos, com 6 homens, fugidos de Rio Grande por terem furtado armas nacionais, vêm em direção da Barra, convindo vigiar Capivaras, Araçá e Carvalho. Patrício tinha o mesmo nome do pai que era amigo do Império, havendo prestado enormes serviços e recebido várias condecorações. Enfiou para o Uruguai, na Revolução Farroupilha, para não lutar contra Bento Gonçalves, seu amigo.

A Divisão Sul entrou em Alegrete em 01.02.1894 e em S. Gabriel dia 14, retirando-se o rebelde Cel. Marcelino Pina de Albuquerque.

Andrade, dia 17, declara de Rio Grande, a Vasconcelos que força a seu comando recebeu ordens para voltar a Cerro Chato, aguardando o Cap. Genuíno e algumas forças desertoras.

O Delegado Patrício, dá conhecimento ao de Dorel da necessidade de busca no campo de Custódio Barbosa, para apreender cavalos e mulas entregues por Quincas Barbosa e, também, outros animais levados sem a marca de Barbosa.

O mesmo Delegado, a 3 de março, refere que espera ser atacado a qualquer momento por mais de 500 federais, convindo evitar que os de Dorel se reúnam. Ainda nesse dia Andrade, de Rio Grande, reclama a Vasconcelos a ida do Cap. Genuíno para poder licenciar Venâncio. Conta que pagou o fardamento de Genuíno e lhe resta um saldo de 150\$000. Notícia que Sampaio se encontra em Bagé.

O Cap. Genuíno Pereira de Albuquerque e o Ten. Venâncio Antonio Lopes pertenciam às forças do Ten.-Cel. Joaquim da Cunha Vasconcelos.

O Delegado Patrício, ainda, nessa data, transmite ao colega de Dores que piquetes inimigos entraram no dia anterior na Colônia S. Feliciano e que Avelino Borges marcha para lá. A força inimiga está calculada em 500 homens. Rogou auxílio de Pelotas. Se não fosse possível, não disporá de elementos para resistência.

Castilhos informa, dia 2, que o Governo decretou novo Estado-de-Sítio até 30 de abril.

Patrício, dois dias depois, esclarece que possui 100 homens de Infantaria sob o comando de um Capitão e que os federais em S. José contam com 500. Espera forças de Canguçu para fazer junção. Recomenda vigiar refugiados e os Passos. Em data de 12, o referido Delegado comunica que inimigos em número de 600, na Cordilheira, foram, atacados pela coluna de Cachoeira. Avelino segue com 130 homens para proteção.

Ainda dia 12, o Chefe de Polícia Antunes Ribas, informava a completa derrota de Luis Alves Salgado da Serra do Oratório, pela brava Divisão do Norte, do Gen. Lima. O inimigo perdeu mais de 100 homens, entre 35 mortos, vários prisioneiros, armamento, munição, cavalcada, gado e muita bagagem de toda espécie. Disse que era mais uma força revolucionária acabada e inutilizada. Começa a 3ª fase da Revolução.

De Pedras Brancas, dia 14, o Subintendente Guilião, dá a conhecer ter requisitado tropa do revolucionário Inácio Azambuja, por ordem do Delegado de Camaquã.

Castilhos, na mesma data, comunica ao Intendente Vasconcelos que “chegando ao Rio de Janeiro Esquadra legal, intimou rendição dos navios rebeldes com prazo de 48 horas, antes das quais rompeu hostilidades, depois de Governo haver recusado proposta Capitulação feita por Saldanha. Este e oficiais refugiaram-se então em navios estrangeiros, abandonando marinheiros na Ilha. Navios já ocupados nossas forças. Esquadra legal dominando toda baía do Rio. Revolta terminada”.

Dia 15, o Chefe de Polícia anunciava: “O resultado das armas pronunciou-se definitivamente favorável à República. O esforço restaurador nada conseguiu. A vitória de Sarandi, a derrota de Salgado em Santa Catarina, a rendição da esquadra revoltosa na baía do Rio de Janeiro, parecem dar provas evidentes de que a revolução está terminada. Agora é preciso restabelecer em toda sua plenitude o princípio da autoridade abalada por tão cruel e longa luta. É para ação do glorioso partido republicano rio-grandense que apelo neste momento. Urge preencher aí todos os cargos policiais e fazermos sacrifício, reunindo amigos para repelir qualquer pequenos grupos que perturbem ainda a paz do município, dando a todos garantias de propriedade. Recomendo máxima energia contra maus elementos e suprema moderação em favor daqueles que manifestem intenções ordeiras. É tempo de ir a sociedade rio-grandense voltando às suas condições normais. Isso muito depende do patriotismo e critério das autoridades e influências locais, que devem evitar o mais possível as violências e perturbações inúteis. A responsabilidade do Governo é extraordinária neste momento, cabendo-lhe dar exemplo de cordialidade e justiça”.

A propaganda era enorme de parte dos republicanos. Entretanto a paz ainda não era para aquele momento.

Andrade, em 19 de março, faz chegar a Vasconcelos a informação de que foi nomeado pelo Gen. Comandante do Distrito para organizar uma Brigada, como está fazendo em Maria Gomes. Será composta de três corpos e operará entre Camaquã, Encruzilhada e Canguçu. Capitão Genuíno e Venâncio estão com ele, devendo este, talvez levar dinheiro para sua gente em Bagé. Genuíno diz a Vasconcelos que Venâncio viaja para Piratini e ele se reunirá à tropa em Canguçu.

O Delegado Patrício, a 24, de Camaquã, telegrafia ao colega de Doros: "Antero Cunha e outros caudilhos em número superior a 1.000 atacam Apolinário e Avelino, obrigando-os a se retirarem sobre Jacuí, com prejuízo de 12 homens. Seguiram forças Rio Pardo e em Canguçu batidos, esperamos venham este município. Tenho Vila mal guarnecida e municada para resistir tal número. Conserve na Vila 14 carretas para auxiliar a retirada das famílias, caso formos atacados. Nossa situação é grave".

No mês de abril, dia 12, Castilhos anuncia ao Intendente: "Dia 6 corrente entraram Rio Grande cinco navios sendo expedição comandada por Custódio de Melo (1840-1902). Ataque cidade do Rio Grande feito por mar e terra, foi vantajosamente repellido pelas forças legais que conseguiram bater inimigos, obrigando-os à vergonhosa fuga, efetivada ontem à tarde. Soldados da República mais uma vez mostraram valorosa dedicação com que a defenderam contra seus perversos desafetos. Heróica República exalta méritos intrépidos Gen. Bacelar, Cel. Carlos Teles e seus leais comandados. Esquadra legal saída do Rio, aproxima-se para operar no sul. Viva República". O Gen. Antônio Joaquim Bacelar (1832-1899), exerceu o Comando do 6º Distrito Militar de 01.05.93 a 23.09.94.

Custódio esperava o auxílio por terra de parte de Gumerindo, o que não houve.

Genuíno e Venâncio dia 13, de Rio Grande, informam a Vasconcelos que "dia 10 tiveram combate e derrotaram o inimigo". Andrade, da mesma cidade, dia 17, diz que "esquadra rebelde se entregou em Buenos Aires. Aquidaban foi aprisionado no Desterro, tendo forças legais retomado Santa Catarina e Paraná. Os chefes revoltosos que estavam a bordo desembarcaram em Buenos Aires, depondo as armas, entregando navios ao Governo Argentino. Cidade delira em festas".

Naquele dia, Castilhos participa ao Intendente que: "Telegramas de Montevideu transmitem notícias a que deveis dar pronta publicidade: "Navios rebeldes fundearam hoje Buenos Aires. Custódio dirigiu nota Governo Argentino pedindo hospitalidade, entregando navios que serão tripulados pessoal Esquadra Argentina até serem entregues ao Governo Brasileiro". A esse tempo Sanz Peña governava a Argentina.

O Ten.-Cel. Joaquim, dia 20, de Pelotas, conta ao irmão que no dia anterior desertaram, do 29º Corpo, 8 praças e, dias depois, de Rio Grande, relata que chegou de Aceguá, onde foi preso por piquete inimigo, o Alferes Belinho, constando estar com guarda de vida.

O Intendente de Camaquã narra ao colega e a Manuel Inácio que Zeca Tavares e outros se acham na Barra do arroio Sapato. Esse arroio é afluente do rio Camaquã e fazia divisa entre os municípios de S. Lourenço e Canguçu.

De Pelotas, dia 22 de maio, Joaquim previne o irmão de que o rebelde Marcelino Pina com força de 1.500 homens se dirige para Dorés, convindo emigrar para Porto Alegre.

O Intendente Pavão Fº, dia 24, de Camaquã, noticia que inimigos estão deste lado do Camaquã em número de 600. No mesmo dia o Delegado Patrício refere ao colega de Dorés que Camaquã está invadida por forças inimigas recomendando que se acautelem e mencionem o fato a Manuel Inácio.

Castilhos, no dia seguinte, manifesta que “existe alarme sem motivo, recomendando calma e vigilância e devem mandar com urgência bombeiros de confiança observarem as divisas do município de São João onde até agora nada há de grave. A retirada prematura será dasairosa. O Governo está forte e os rebeldes vencidos por toda parte. Estão reduzidos a bandos salteadores”.

Em data de 27, Pavão Fº, faz saber ao colega de Dorés que forças inimigas, depois de rebanharem cavalos no 2º Distrito de S. Lourenço, retiram-se ao Passo da Guarda para fazer junção com forças que se acham em Encruzilhada.

No dia 5 de junho, o mesmo Intendente avisa que forças seguiram em direção de Encruzilhada a fim de bater inimigos que lá se encontravam. Respondendo solicitação de Vasconcelos, dia 11, Pavão Fº esclarece que consta ter havido combate adiante de Encruzilhada com forças de Sampaio e Pina, não sabendo resultado.

Como Encruzilhada tivesse sido tomada, falecendo vários líderes e preso o Cel. José Ferreira da Silva Porto, líder republicano, Neto recebeu ordem de Castilhos de organizar força com pessoal de Dorés, Camaquã e Encruzilhada. Ao passar pela Colônia S. Feliciano, convidou Apolinário Meireles a organizar um corpo de 200 homens. Apolinário assumiria o posto de Ten.-Cel. e indicaria os oficiais. Chegado Neto a Encruzilhada com as forças, os inimigos já haviam se retirado, libertando o Cel. Porto.

Castilhos, a 15 de agosto, expõe ao Intendente de Dorés: “Senador Pinheiro Machado acaba de comunicar morte de Gumercindo em consequência de ferimentos recebidos em combate dia 10 entre força revolucionária numerosa e dois regimentos da Brigada Militar do Estado que faziam vanguarda Divisão Norte. Cel. Firmino de Paula desenterrou cadáver do caudilho que encontrou sepultado entre Itacurubi e Camaquã, região missioneira. Resto força inimiga foge espavorida, sendo de perto perseguida pela referida divisão. Dái publicidade este comunicado. Viva República!”

Na informação de Carlos Reverbel a cabeça de Gumercindo Saraiva foi trazida a P. Alegre em uma chapeleira pelo então Maj. Ramiro de Oliveira e levada até o Hotel Lagache, sendo enterrada em Porto Alegre na ladeira do Liceu, hoje próximo ao Colégio Seigné.

O Comando das forças expedicionárias da Divisão Norte, no Acampamento no Capão do Carovi em 11 de agosto de 1894, com a Ordem do dia nº 8, assina-

da por seu Comandante Cel. Manuel do Nascimento Vargas dá notícias sobre o combate. Salientaram-se “os Tenentes Coronéis Fabrício Pilar e José Bento Porto, aquele comandante da vanguarda, ambos dignos do maior louvor, bem como o major Francelino Rodrigues Cordeiro, Capitães Emilio Alves de Menezes, Manuel Gregório dos Saptos e Nicolau Antonio dos Santos. Tenente Teodoro Silveira, Alferes Armando Silveira do Regimento da reserva e os Capitães Jordão Alves de Oliveira e Hermenegildo, do 1º Regimento da ativa. Perdemos 14 leais servidores da República, mortos no campo da honra. Viva República! Viva Marechal Floriano Peixoto!”

Angelo Dourado, do lado dos maragatos, descreve: “Gumercindo seguiu pela coxilha, para assistir à carga quando do mato partiram os tiros que o feriram, matando-lhe o clarim e o cavalo, sendo conduzido depois pelo Major Pianeli, tendo os primeiros curativos sido feitos pelo Dr. Hungria, médico da armada”. Dourado noticia sobre o ferimento: “Um pequeno orifício entre a 6ª e 7ª costelas esquerdas, próximo ao esterno, por onde saía o ar na expiração. Portanto fora intessado o bordo do pulmão. A palidez da face indicava que não havia asfixia. Tomei-lhe o pulso, era miserável quase imperceptível, portanto pensei que a bala penetrou no pericárdio e talvez mesmo na parede do coração e a assistolia em pouco o matará”. Perguntou pelos arreios e quando o transportavam para a padiola disse: “Ah! meus filhos, vocês estão sem mim eles me mataram”. Conta-se que teria sido alvejado por 2 inimigos do cerco da Lapa que o seguiram.

Gumercindo, como diz Arthur Ferreira Fº, havia conduzido sua coluna do Passo do Mariano (RS) a Jaguariáva e, dessa cidade paranaense até Carovi, percorrendo mais de 2.500 km e realizando, assim, uma das maiores caminhadas militares americanas. Outros autores referem 4.500 km.

Gumercindo Saraiva teve o assentamento de seu batismo realizado a 14 de setembro de 1853, na Paróquia de Arroio Grande, onde figura seu nascimento ocorrido em 13.01.1852. Destacou-se o maior dos caudilhos nessa revolução. Enfrentava com tranqüilidade experimentados veteranos da Guerra do Paraguai.

Com a morte de Gumercindo se inicia a 4ª fase do movimento revolucionário.

Dia 31, Gaspar Guimarães, de Porto Alegre, pede ao Intendente Vasconcelos faça seguir alimentos aos imigrantes até à colônia, pois Patrício remeterá a S. Feliciano.

Apesar da luta armada, não era esquecida a política. Antonio Ribas, Chefe de Polícia, a 18 de setembro lembra ao Delegado que na eleição de 10 de outubro, deve ser garantida a liberdade individual, no sentido de obter votos sem constrangimento. Há domínio pleno das autoridades em zonas perturbadas, devendo agir de acordo com influências republicanas, policiando estradas para evitar formação de quadrilhas de salteadores. A 9 de outubro, de Palácio, Abbott dirigindo-se a Vasconcelos diz que sendo impossível percorrer círculo eleitoral qualquer dos candidatos do glorioso partido, insiste junto ao correto e prestigioso Chefe, em todo esforço para que seja muito concentrada a próxima eleição, sem dispersão de sufrágio.

O raio de influência da região era muito grande, tanto que comunicação de Jaguarão informa que do “Hiate Nacional” é solicitado o pagamento de próprio para conduzir telegrama urgente de Sezefredo.

Andrade, de Camaquã, faz saber que seguem forças licenciadas acompanhadas de portarias. Acrescenta que segue na Diligência do dia 22, para combinarem serviço militar.

Integrante das forças, Laurindo, dia 10 de novembro, de Bagé, avisa que espera trem do Rio Grande para receber vencimentos. Já em Pelotas dá vivas à data republicana e pede que informem se seu Cmt. está em Dorés. O Ten. Laurindo Santos Soares F.^o pertencia às forças do Ten.-Cel. Joaquim da Cunha Vasconcelos.

Estando findo o mandato de Floriano Peixoto em 15 de novembro, assumiu a Presidência da República Prudente de Moraes, ex-Presidente da Assembléia Constituinte, o qual conseguiu que o Gen. Moura, ex-Ministro, continuasse no comando das operações.

Naquele momento surgem vários desertores nas forças republicanas. De Camaquã, a 27, Andrade, no Comando da 2.^a Brigada, menciona que solicitou a Guilião prisão dos desertores que estão na Fábrica de Papelão Pedras Brancas e que dia 2 irá dinheiro pela Diligência. O mesmo comandante, dia 1.^o de dezembro, se dirige ao Intendente dizendo que consta que na casa de João Nogueira, na Serra Velha, existem 6 armas de guerra diversas e que Antonio Constante tem uma Winchester, pedindo fossem apreendidas, inclusive munição. Ainda esse Comandante empenha-se em que sejam presos os desertores João Maria, em casa de Firmino Santa Cruz e outro, em casa de Frido, o qual possui uma clavina Comblaim. Conta que seguirá sua escolta até Faxinal dos Ramires em perseguição de alguns fugitivos. Acrescenta que para Tapes seguiram desertores da Barra do Velhaco, encarecendo a necessidade de prendê-los. Vitor, filho de Tomazinho, é desertor.

O Alferes João Gonçalves esclarece que no Araçá existem 27 indivíduos em condição de servir, inclusive um irmão seu.

Cristóvão afirma que tudo fará em benefício da reunião em que estão empenhados, apelando ao patriotismo e dedicação à causa da República.

Continuam os fugitivos de S. João infestando Dorés, razão por que se interessam em que telegrafem às autoridades de S. Jerônimo e Pedras Brancas, solicitando capturarem os fugitivos que lá se encontram. Seria conveniente a ida de uma escolta em direção de Cerro Negro para bater os desertores fugitivos. Dias depois, Antônio Coutinho, Intendente de Triunfo, informa que o refúgio de desertores é a Colônia Maria na Pimentel, em Pedras Brancas, para onde se evadem de lá os perseguidos. Tinham de agir como verdadeiros capitães-de-mato...

O Cmt. Andrade da 2.^a Brigada, dia 7 de dezembro, esclarece ao Intendente que talvez necessite de 20 homens armados, para auxiliar em diligência de S. José. No mesmo dia ainda informa que o Presidente do Estado comunicou que “força inimiga entrou ontem de madrugada em Encruzilhada, tendo antes sua gente se retirado para Rio Pardo, recomendando vigilância”. O referido Coman-

dante diz da possibilidade de o Major Felisberto vir a penetrar no Faxinal dos Ramires, pois grande número de desertores tem passado para lá, convindo também percorrer a Costa do Velhaco. O Major Felisberto Evangelista Tavares era das forças de Cristóvão.

Antonio Candido Coutinho, Intendente de Triunfo, requer permissão para o Subintendente de Barão do Triunfo realizar perseguição a desertores, inclusive a prisão de Antonio Amador, criminoso de morte.

— 1895 —

No ano de 1895, dia 7 de janeiro, Andrade, Cmt. da 2.^a Brigada, refere ao Intendente de Dorés que chegou de Encruzilhada no dia anterior e recebeu carta dia 30. Solicita, ainda, a ida do Ten.-Cel. Joaquim com sua gente o mais breve possível, havendo dinheiro para ele. Dia 14, diz que na casa de Osório, no Potreiro Grande, perto da casa de Andradino, estão os desertores Jorge e Antonio Cordeiro e pede suas prisões. Informa que o Cap. Idelfonso provavelmente fará várias diligências, inclusive na Costa do Velhaco. O Cap. Idelfonso Antônio Pereira pertencia à G. N. de Camaquã.

O Intendente de Dorés noticia ao Comandante que sabe da existência de vários desertores seus em Pedras Brancas, designando, de acordo com Joaquim, o dia 28 para marchar até lá, porquanto vem aumentando o número de desertores nos últimos dias.

Dia 20 o Intendente e Delegado de Dorés, necessitando de cavalos para 60 homens seguirem até à fronteira, para defender a ordem, solicita aos fazendeiros e criadores que cedam esses animais que serão pagos pelo governo.

Este Delegado recebeu, dia 28, do Cmt. da 2.^a Brigada, comunicação de que chegara de Canguçu e reclama o envio de praças armadas para a defesa do país. Diz que o Dr. Epaminondas Piratinino de Almeida (1844-1899), de Pelotas, telegrafou informando que Carlos Chagas e Estácio Azambuja marcham de Canguçu, em sua direção, com 300 homens.

Andrade se dirige aos irmãos Vasconcelos agradecendo o envio de pêsames pelo massacre de 10 valentes companheiros que pereceram em luta heróica em defesa da República.

Cunha Vasconcelos, em 1.^o de fevereiro, pede a Andrade esclarecimento sobre boatos acerca de inimigo que estaria se aproximando. O Cmt. da 2.^a Brigada, no mesmo dia, responde que nada sabe, estando alerta. Acrescenta que recebeu pedido de Joaquim Elias Amaro, Cmt. das forças civis de Jaguarão, não podendo, entretanto, mover-se sem auxílio de gente de Dorés. Joaquim Amaro foi um dos fundadores do P. Republicano de Jaguarão em 1882 e Delegado de Polícia logo depois da proclamação da República.

A 2 de fevereiro, Castilhos avisa Vasconcelos que está a par de tudo, não possuindo força suficiente para socorrer a Vila e atacar o inimigo. Estão providenciando cortar-lhe a retaguarda e realizar ataque: “Deveis acautelâr famílias,

cofres municipal e estadual. Fazei o que estiver em vosso alcance para defesa da Vila, de combinação com Cristóvão e Avelino, operando retirada somente no momento extremo, quando resistência for impossível”.

João da Silva e Azevedo, referindo-se ainda a S. João diz: No dia 2 de fevereiro de 1895, foi a vila “novamente atacada por mais de mil revolucionários, que se apoderaram dela depois de renhido combate, quando escassearam as munições aos 250 republicanos defensores da vila, alguns mal-armados. Mataram o pardo Tomás, que se ofereceu e estava na linha de fogo, mais um pobre rapaz e feriram o Capitão João Ventura da Rocha. Dos federais morreu um tenente-coronel, que foi sepultado no cemitério, havendo bastante feridos. Serviu de hospital de sangue a estação telegráfica. Os federais estiveram senhores da vila 14 dias. Queimaram o arquivo municipal, estragaram o arquivo e utensílios do telégrafo e levaram grande quantidade de cavalos, carros, carretilhas, carroças e outros objetos”.

Ainda dia 2, os Tenentes-Coronéis Cristóvão Andrade, Avelino Borges, Manuel e Joaquim Vasconcelos explicam que, em virtude do combate no Velhaco, onde terminaram a munição e por falta de elementos para defenderem a Vila, foram obrigados a se retirarem para Pedras Brancas (Guaíba).

O Cel. Cláudio do Amaral Savaget chegou a marchar em socorro de Camaquã, tendo a vanguarda de suas tropas guerrilhada com a retaguarda de Guerreiro Vitória, quando já estava em retirada.

Júlio de Castilhos, com referência ao ocorrido, diz: “Prevalendo-se das fáceis condescendências de certas autoridades orientais, foi que o caudilho Guerreiro Vitória, capitaneando aquele mesmo pessoal que meses antes havia sido abandonado por Custódio de Melo nas praias de Maldonado, donde fora depois conduzidos para Montevidéu, estendendo a mão à caridade, conseguiu transpor a fronteira entre Bagé e Jaguarão na segunda quinzena de janeiro e trazer sua incursão devastadora até a vila de Camaquã. Não tardou, porém, a ação eficaz das forças legais, que correram até linha divisória, infligindo-lhe sucessivos revezes. Desde então retirou-se da luta o mencionado caudilho, que se foi abrigar no país vizinho”. José Maria Guerreiro Vitória era Cel. honorário do Exército, como veterano do Paraguai. Foi líder político em Erval. Suas forças e as do Cel. Estácio Azambuja, com 800 homens, estiveram acampados em 2 fazendas de Neto, em Camaquã.

Vasconcelos dia 5 de fevereiro avisa que soube, pelo Cel. Alencastro, que os inimigos se dividiram em três grupos, ameaçando atacar. Acresce, outrossim, que retorna a Dorcas a fim de restabelecer o prestígio da autoridade.

Do acampamento na Estância da Figueira, dia 6, Estácio X. Azambuja, Cel. federalista, pede às forças amigas e ordena às de seu comando que respeitem a pessoa e bens do cidadão César Augusto Moreira Pantaleão (1831-1899), líder republicano em Dorcas.

Avelino Borges, dia 20, de P. Alegre, solicita a Vasconcelos notícias sobre as ocorrências dos maragatos em Camaquã. O Intendente dia 22 responde que inimigos passaram por Camaquã e confrontaram-se com forças republicanas em

Guatemi. O citado Intendente nesse mesmo dia esclarece a Andrade, em Pedras Brancas, que consta encontro de forças inimigas em Guatemi e com Neto, em seu regresso. Guatemi é arroyo em Canguçu.

A 2 de março o Intendente Interino de Camaquã Major GN Alvaro César Macedo dá a conhecer que Anastácio se acha em S. José e quadrilha de Longarai, em número de 13 homens, percorre a serra.

Neto, de Porto Alegre, encarece ao Intendente de Dolores enviar para S. Antônio seus animais que seguem. Ainda de P. Alegre, Joaquim, a 15, roga ao irmão remeta com urgência todas as contas de seu contingente.

Neto, dia 16, de Camaquã, solicita seja enviado o contingente até dia 20, porque é necessária pronta organização, devendo o pessoal estar reunido na Barra do Velhaco (Arambaré). De S. Lourenço informa que para preenchimento da ala não é preciso alistamento, por isso que está provida a unidade.

Avelino Borges, em 8 de abril, empenha-se em que Vasconcelos envie cavalo encilhado em poder de Quincas Barbosa, pois recebeu ordem para comandar guarnição de Venâncio Aires. Segue de vapor para Pedras Brancas.

Joaquim Vasconcelos, de P. Alegre, comunica ao irmão que seu pessoal de Pedras Brancas desertou sem razão, porquanto tem officio do Gen. Francisco Antônio de Moura mandando-o requisitar praças pertencentes ao 35º Corpo, com destino à fronteira. Castilhos, ciente do fato, determina a Vasconcelos apresse quanto possível esse trabalho. O serviço deve estar concluído até dia 15 e apela à sua tradicional dedicação.

A 21 de abril, Vasconcelos, em Edital, faz saber que por deliberação do Gen. de Divisão, Comandante do 6º Distrito Militar e Chefe das operações de guerra no Estado, o Ten.-Cel. Joaquim C. Vasconcelos, tem ordem de reunir o pessoal qualificado no Corpo Provisório do Município a fim de viajar para a respectiva Divisão Sul, à época, 3ª Divisão, devendo estar reunidos na Vila dia 2 de maio, sob pena de serem considerados desertores.

A 5 de maio, o Intendente Cristóvão Andrade, depois de deixar as atividades militares, volta ao cargo de Intendente de Camaquã informando ao colega de Dolores que a praça que acompanhou o Cel. Avelino para sua vila, apanhou nas proximidades do Passo do Velhaco 3 cavalos, sendo um gatiado, um picaço e um malacara. Encarece a necessidade de apreender esses animais. O cavalo era o meio de transporte mais rápido.

Avelino Borges na mesma data, de Camaquã, diz que Neto lhe dirigiu cartão manifestando não ser simpático a seu comando da guarnição. Em vista disso solicita apoio ao Presidente do Conselho e ao Intendente junto ao governo porque teme rompimento. Pede, outrossim, prisão de refugiados que se encontram no município.

O Intendente Andrade, dia 8, em contato com o colega de Dolores, faz conhecer que Neto deflagrou oposição a Avelino. Encarece providências junto ao Presidente do Estado no sentido de ajuda para derrubar o mandão. Nesse dia o Intendente Vasconcelos e o Presidente da Comissão Executiva César Augusto Mo-

reira Pantaleão, em mensagem ao Presidente do Estado, diante da atitude de Neto, oposta à nomeação de Avelino Borges para o comando da Guarnição de Camaquã, comunicam que o partido em Dorés manifesta-se favorável à mesma, elogiando o caráter do indicado. Talvez resida neste fato um dos motivos que levaram mais tarde Neto para a oposição.

A 21, o Intendente Andrade diz ao colega de Dorés que José Francisco Butes e José Cardoso estão presos à sua disposição. Avelino Borges, já Comandante da Guarnição de Camaquã, relata haver refugiados no outro lado do Velhaco, solicitando suas prisões.

Dia 7 de junho, Andrade informa Vasconcelos que não há inimigos nas proximidades. Em S. Lourenço um grupo de 10 homens, sendo 5 negros, com espetos feito lanças fizeram a guarnição fugir, dormindo uma noite a bordo do "Camossim", ali ancorado.

A 8 de junho, Inocêncio Galvão de Queiróz (1841-1903), assume o Comando do 6º Distrito Militar, substituindo o Gen. Moura.

Castilhos, dois dias depois, elucida ao Intendente de Dorés que há erro em publicação da Lei 35/92, no Cap. 3º, que trata da Comissão Municipal, e sugere seja obedecida recomendação do Ministério do Interior, tendo o art. 24 a seguinte redação: "A comissão Municipal se reunirá no Edifício do Governo Municipal no dia 10 de junho para dar princípio aos seus trabalhos", conforme publicação no Diário do Congresso de 13.01.92.

De Pelotas, a 23, Joaquim informa ao irmão que se apresentou nesse dia ao Gen. Galvão e foi muito bem tratado. Dia 25 segue no "Mercedes" para P. Alegre onde embarcará em trem, para integrar a Divisão Mena Barreto, nas imediações de Umbu, S. Gabriel.

Em julho, dia 27, noticia ao irmão Intendente que Saldanha da Gama foi morto em Quaraí, pela vanguarda do Gen. Hipólito Ribeiro, que o vigiava junto à fronteira, pois estava no comando das forças rebeldes.

Angelo Dourado conta que Luis Felipe Saldanha da Gama (1846-1895), isolado no Campo Osório, foi morto em combate, depois que o inimigo o percebeu. Conta mais que Saldanha da Gama recebeu os republicanos com bravura e calma incomparáveis. Ordenava o fogo passeando de um lado para outro, sempre risinho e recomendando calma. Refere o Ten. Silvio Belico Belchior, ajudante-de-campo do Almirante, que estava ao lado deste, que a posição era a mais estratégica possível. O Almirante mesmo deliniara a trincheira e, com suas próprias mãos, trabalhava nela. O terreno desigual ocultava a cavalaria inimiga. O Almirante montara a cavalo, determinando cessar-fogo para não sacrificar os companheiros. Deram-lhe um lançasso que o fez oscilar na sela. Deram-lhe um outro e ele agarrado na lança que o tinha atingido disse: "Basta, miserável". E caiu.

Os telegramas de Joaquim a seu irmão se sucediam de P. Alegre. Dia 2 de julho, esclarece que Joca Tavares pediu armistício, o que Galvão o concedeu, trocando correspondência. No dia seguinte avisa que o Gen. Mena Barreto viaja para Umbu, determinando permanência em P. Alegre, aguardando ordens.

Joaquim Vasconcelos, dia 5, narra que assistiu a imponentes exéquias a Floriano Peixoto. A consternação era geral, Castilhos chorou muito. O Centro Republicano promove sessão solene.

Em seguida, transmite ao irmão que não sabe para onde vai, pois o Gen. Mena Barreto continua determinando que aguarde suas ordens. Na ocasião de embarcar, informou ao Cel. Belo Brandão que o mandaria comandar um Corpo, em Cima da Serra. Henrique Duarte, de Camaquã, refere que chegaram 10 companheiros.

Joaquim faz saber, dia 9, que Orlando Faro, Procurador da República, telegrafou ao Gen. Galvão pedindo que, se Joca Tavares entrasse no Estado, fosse preso. No dia seguinte comunica que assassinaram Orlando Faro em S. Leopoldo.

Dois dias após, diz que, pela "Federação", soube que revolucionários estão prontos a depor as armas perante Governo Federal, pedindo apenas garantias de vida e propriedade. Assinaram-se as condições a serem levadas ao Presidente da República. Joaquim, em eleição procedida a 19.12.1910, por unanimidade, tornou-se Chefe do Partido Republicano de Dorés.

O Intendente Andrade relata ao colega que anda capitaneando grupo de bandidos, Antoninho Barcelos, af residente, integrante do bando de Longarai.

Paralelamente, a preocupação política era constante. Em data de 5 de agosto de 1895, Castilhos ordena ao Intendente de Dorés o máximo esforço para o comparecimento de grande número de eleitores nas eleições do dia 9, muito importante naquele momento.

O relevo político de Dorés e S. João de Camaquã era enorme na época e, como se vê, aparecia como líder civil incontestado Manuel da Cunha Vasconcelos, um dos fundadores do Partido Republicano de Dorés em 1866. Foi o único signatário da região em 21.06.89 da célebre Ata da Fazenda da Reserva.

Nasceu a 21.06.1851, em Dorés de Camaquã, onde casou e também faleceu a 19.11.1910, tendo sido sepultado na mesma localidade, no cemitério projetado em 1868 pela Repartição de Obras Públicas da Província. Com sua morte, em 1910, se inicia movimento no sentido de transferir a sede do município de Dorés de Camaquã para o porto de Tapes. Depois de muitas lutas, essa transferência só ocorreu em 1928. Em reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados por este líder republicano e primeiro Intendente do Município, o Governo do Estado com o Dec. 7.589, de 29.11.1938, deu à antiga Dorés o nome de Vila Vasconcelos. Em P. Alegre também é nome de rua. Vila Vasconcelos, 2º Distrito de Tapes, acrescida de outras áreas, com a Lei 9.584, de 20.03.1992, passou a Município com a denominação de Sentinela do Sul.

A Pacificação

O Gen. Hipólito Ribeiro (1830-1904) recebeu do Gen. Inocêncio Galvão de Queiróz ordem de suspender as hostilidades em vista de ter concertado armistício com o Gen. João Nunes da Silva Tavares (1816-1906), até então ausente no Uruguai, desde 1894. A revolução durara aproximadamente três anos.

Na Conferência de Piratini, o Chefe Silva Tavares, além das garantias dos direitos individuais, tentou como condição para depor as armas, revisar-se a Constituição do Estado, tida por ser contrária à Federal.

Castilhos interfere e se dirige ao Presidente Campos Sales manifestando que considera "inaceitável semelhante cláusula, a qual além de ser ofensiva ao poder público da União, envolvia uma afronta ao sistema federativo e importava a submissão completa do regime constitucional rio-grandense, que lhe cabia zelar e defender".

O Presidente da República, em decisão de 31 de julho, aceitou as ponderações de Castilhos, tendo sido assinada a Paz, a 23 de agosto, no Comando do 6º Distrito Militar, em Pelotas, com o compromisso de submissão dos rebeldes às autoridades constituídas, recebendo estes as garantias dos direitos individuais e de propriedade.

Rodrigo, de S. Lourenço, comunica dia 24 ao Intendente Vasconcelos que as pazes foram feitas em Pelotas, com muitas festas e presença de Avelino Borges, Comandante da Guarnição de Camaquã. Em setembro de 1918, Avelino era Subchefe de Polícia da 5ª Região, em Caçapava, abrangendo, entre outros, os municípios de Dorés e Camaquã.

Nesse mesmo dia, Castilhos telegrafia ao Intendente de Dorés, com o seguinte teor: "Foi ontem assinado cidade de Pelotas, protocolo estabelecendo pacificação Estado mediante submissão rebeldes, aos quais o Presidente da República assegura plenitude garantias constitucionais. Dando-vos conhecimento desse fato que põe termo à luta sustentada contra tentativa subversão regime republicano, tenho muito recomendado ao vosso zelo e critério a realidade tais garantias de modo não sofrerem desacato ou violência aos que voltarem a seus lares em disposição pacíficas. Governo tem máximo empenho no cumprimento destas instruções cuja violação acarretaria responsabilidade que tornarei efetiva".

Entretanto, assinada a paz, no mesmo dia os contratantes enviaram ao Congresso Nacional este telegrama: "Pelotas, 23 — Congratulamo-nos com o Congresso Nacional pela pacificação do Rio Grande do Sul que acabamos de assinar. Depende da consideração da paz e o conagraçamento da família rio-grandense da efetividade ou permanência no gozo dos direitos e garantias que o Governo da República prometeu aos que depuserem as armas. A revisão da Constituição que é indubitavelmente contrária à federal, esperam os abaixo assinados do patriotismo e justiça do Congresso Nacional que esta revisão seja tomada na devida consideração. Generais Inocêncio Galvão e Silva Tavares"

Esse telegrama foi rejeitado pelo Congresso Nacional. Os termos em que fora redigida a Ata da Paz, o telegrama enviado ao Congresso Nacional no mesmo dia, pelos generais signatários da Ata e as declarações prestadas pelo Gen. Galvão a um jornal da oposição, acarretaram o conseqüente rompimento de Castilhos com o mencionado general. As relações de Castilhos com o Governo Federal não eram as mesmas mantidas com Floriano.

Eram responsáveis naquele momento pelas Legações brasileiras, em Buenos Aires, Fernando Abbott e, em Montevideu, Vitorino Monteiro, os quais muito exerceram influência do Governo Brasileiro.

Segundo relatório de Castilhos à Assembléia, os encargos com a segurança se apresentaram enormes em 1893 para o Estado. O Governo Federal chamou a si o serviço de numerosos corpos da Guarda Nacional e tomou a seu cargo as despesas da guerra. A Brigada Militar, desde janeiro de 1894, tinha sido posta à disposição do Ministério da Guerra, em virtude de acordo com o Ministro interino Francisco Antonio Moura.

Passaram então a perceber vencimentos pelos cofres da União, com raras exceções, os corpos provisórios e mais forças civis, já que a guerra se iniciara pela invasão de nossas fronteiras e assumira pouco depois o caráter de uma rebelião contra o regime republicano.

O Estado na própria defesa havia despendido 3.244:414\$984. Em 1894, graças à providência tomada, a despesa foi apenas de 276:141\$661. O total elevou-se a 3.520:565\$645. A União entrou com 2.313:000\$000, restando uma diferença de 1.207:556\$645 até setembro de 1895, em favor do Estado que esperava receber.

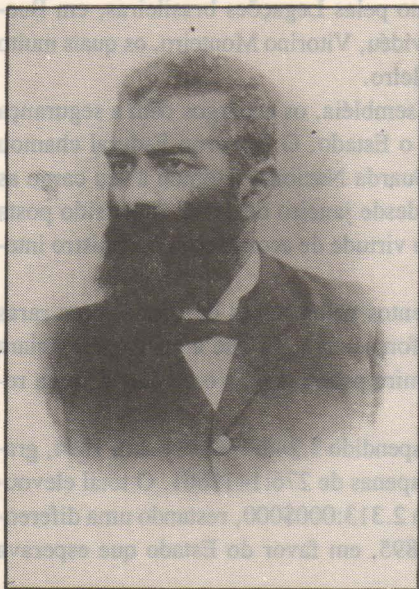
Substituído posteriormente Galvão pelo Gen. João Tomás da Cantuária (1835-1908), no comando do Distrito Militar em 28.01.96, não foram melhores as relações desse Gen. com Castilhos porque em sua opinião as atitudes deste eram "mais próprias de um Interventor, armado de todos os poderes, do que um Comandante de Distrito", pois procurava intervir em problemas administrativos, judiciais e outros, ferindo a autonomia do Rio Grande, tão defendida por Castilhos.

Segundo Júlio de Castilhos, a Revolução de 1893, fora iniciada sob falsas aparências de um levante local, tivera por verdadeiro escopo abalar nos seus próprios alicerces os poderes e as instituições da República, aliando-se depois à Revolta Naval, que desfraldou francamente a bandeira restauradora monárquica pela Consulta Plebiscitária de Saldanha da Gama".

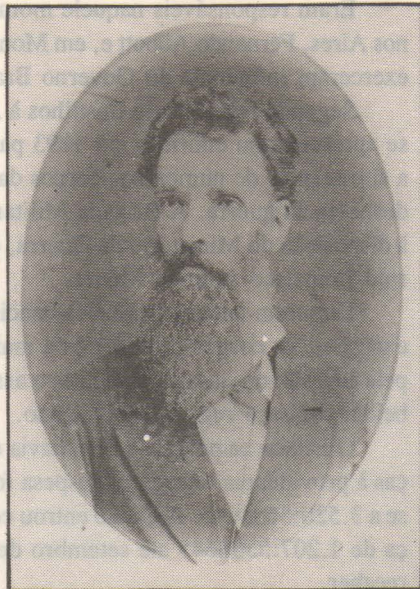
Esta, a seqüência dos principais acontecimentos que envolveram os homens da região, nessa luta pelos ideais políticos que caracterizaram a Revolução Federalista.

Lutaram em S. Lourenço, Pelotas, Rio Grande, Erval, Lavras, Canguçu, Encruzilhada, Piratini, Bagé, S. Gabriel e tantos outros lugares e confrontaram-se também "in loco" com inimigos vindos de várias procedências.

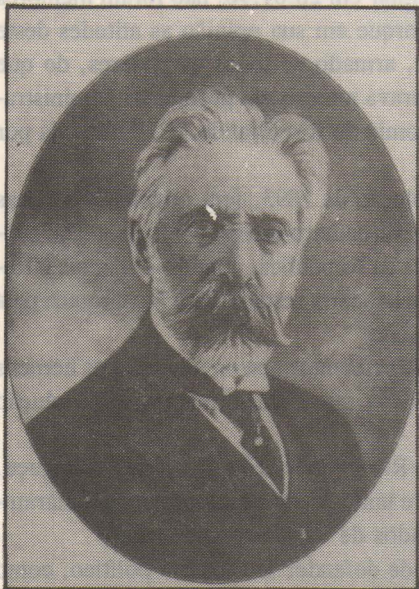
Tinham todos unicamente o anseio de defender seu ideário político, como fizeram outros rio-grandenses que levaram até as fronteiras de S. Paulo suas preocupações revolucionárias, congregando mais uma vez os três Estados do Sul.



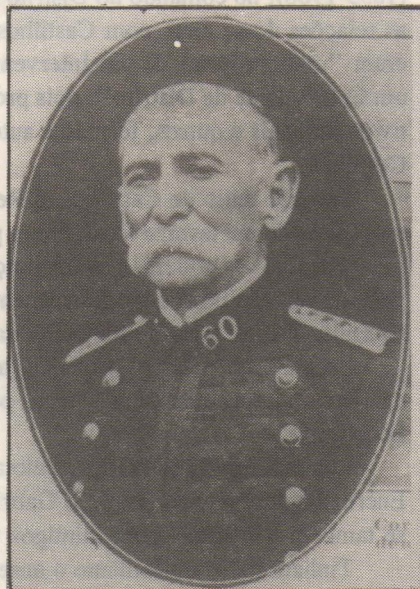
Manuel da Cunha Vasconcelos
(1851-1910)



Cesar Augusto Moreira Pantaleão
(1831-1899)



José Antonio Neto (Zeca Neto)
(1854-1948)



Cristóvão Gomes de Andrade
(1851-1937)

BIBLIOGRAFIA

1. Fundo Documental de Manoel da Cunha Vasconcelos
2. Neto, Zeca. Memórias do General, com Notas de Sérgio da Costa Franco, Martins Liveiro, P. Alegre, 1983.
3. Cibils, Luis Alberto. Tapes, Camaquã e Barra do Ribeiro, Editora Tipografia Champagnat, Porto Alegre, 1959.
4. Coutinho, Albino José Ferreira. Marcha da Divisão Norte, Tipografia do Correio do Povo, Porto Alegre, 1896.
5. Dourado, Angelo. Voluntários do Martírio, Tipografia da Livraria Americana, Pelotas, 1896.
6. Ferreira F^o, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul, Editora Globo, Porto Alegre, 1978, 5^a Edição.
7. Reverbél, Carlos. Maragatos e Pica-Paus, Editora L&PM, Porto Alegre, 1985.
8. Castilhos, Julio Prates. Mensagem à Assembléia dos Representantes de 1895 e de 1896, Porto Alegre, Tipografia Cesar Reinhardt.
9. Fundo Documental Borges de Medeiros. IHGRGS.
10. Duarte, Miguel. Quem é quem na Revolução de 1893. In Caderno Porto & Vírgula. Revolução de 1893. SMC. Porto Alegre. 1993.

1893 — VIVÊNCIAS HUMANAS

Lothar Hessel

É humano e natural que pesquisas, estudos e considerações sobre a sangüínea Revolução Federalista de 1893 — 1895 se concentrem sobre a vida e a morte de seus participantes, voluntários ou não.

Com isso outros aspectos que afetam o viver humano, como o medo, a ansiedade, a aflição, os gritos de ira ou de horror, os roubos, os saques etc., raramente ascendem à letra de forma. Contudo foram incontáveis incontáveis, mesmo, no sentido próprio do termo: não é possível contá-los, nem mesmo ao som dos mais sofisticados supercomputadores deste planetinha.

À guisa de recordação sejam aqui registrados dois episódios sucedidos àquela época no Alto Taquari, um em Estrela, outro em Bom Retiro (do Sul). Ambos relatados por testemunhas oculares, a este articulista, em 1961 e 1963, respectivamente.

Assim depôs Jacob Horn ¹⁾, referindo-se à terceira invasão de Estrela ²⁾: Mais uma vez Estrela se viu em palpos de aranha com as forças maragatas de José Altenhofen. ³⁾365 maragatos foram desta feita dispersados por Frontino Augusto ⁴⁾, comandante da guarda republicana, com apenas 12 soldados; dessa vez, porém, Altenhofen não estava com suas tropas. As autoridades haviam fugido em Canoas para Taquari, de onde dias após subiram as forças de Maneco Lautert, afugentando em definitivo os revoltosos. Anteriormente, assim que as forças republicanas se retiravam, a vila ficava à mercê dos ataques maragatos.

Os homens se refugiavam nos matos ou em casas de colonos; as mulheres e crianças buscavam as moradias dos subúrbios, como a própria casa dos Horn que uma vez chegou a abrigar 50 pessoas. O dono da casa, Pedro Horn era calombo e, segundo estava revelando o filho nonagenário, perdeu mais bens para os republicanos do que para os maragatos, contrários. O velhinho contou ainda, que anualmente a 8 de agosto havia grandes festejos no pátio da grande casa, em torno do local do antigo ranchinho de palha e barro, moradia inicial de seus pais ao imigrarem para Estrela. Fato que, obviamente, não se relacionava com a sangrenta Revolução.

O segundo depoimento foi prestado por dona Aurélia Ribeiro Franco em Porto Alegre, em sua residência, hoje demolida, à Avenida Independência, 187, a 21 de maio de 1963.

Nascera ela na paróquia de Taquari a 26 de abril de 1885, sendo pois, uma meninota de 8 a 10 anos à época em que republicanos castilhistas (picapaus ou calombos) e federalistas gasparistas (maragatos) se engalinhavam por todos os quadrantes do Rio Grande do Sul.

Era seu pai o fazendeiro Antônio Israel Ribeiro Filho, “tenente-coronel da Guarda Nacional” e possuidor da imensa Fazenda dos Barros. ⁵⁾A sede desta erguia-se junto à foz do Arroio Ribeiro, em local hoje integrante da cidade de Bom Retiro do Sul que era então um significante povoado, pois fora fundado há apenas seis anos. Antônio Israel Ribeiro Filho, como todo bom fazendeiro de Taquari, Rio Pardo ou da Campanha, possuía residência na sede do município, de cujas festividades religiosas, cívicas ou teatrais, participava ativamente.

As declarações de sua filha Aurélia, feitas há 30 anos e a 70 anos da luta entre picapaus e maragatos, conservam algo do vocabulário da época, inclusive o regionalismo calombo, epíteto aplicado aos republicanos no Vale do Taquari. **Calombo**, segundo o dicionarista, coronel Luiz Carlos de Moraes, nascido na zona, é uma “descendência degenerada do gado zebu”, tendo, pois, um pescoço curto e dotado de uma volumosa giba ou corcova.

— Na Fazenda, como em Bom Retiro, nunca estiveram os maragatos (Informe de importância, pois a localidade situa-se entre Taquari, base forte dos republicanos, e Estrela, que foi invadida e tomada por três vezes). Estiveram, sim, os calombos, e por diversas vezes.

Antônio Israel Ribeiro Filho era republicano, mas resistiu tanto aos convites de seu cunhado Maneco Lautert ⁶⁾para entrar nas forças republicanas, como aos do seu vizinho e compadre, Kienering, maragato para integrar-se nos grupos maragatos. “Seu” Kienering era “alemão da colônia” e falava mal o português. ⁷⁾

Uma vez estiveram os calombos na Fazenda. Ribeiro Filho e sua família não estavam em casa, pois tinham sido buscados num vaporzinho mandado por seu cunhado Maneco Lautert, refugiando-se em Taquari.

Essas fugas ocorreram por diversas vezes naqueles anos. Na Fazenda ficava o Sr. Tito Barbosa, primo do Sr. Ribeiro e muito seu amigo, tropeiro que tropereava até o Estado Oriental ⁸⁾, bem como os seus familiares. Tito e sua gente refugiaram-se no morro próximo, no mato, ficando em casa somente um negro forro.

Os calombos roubaram tudo dentro de casa, até a lingüiça dos varais, estragando o milho, as abóboras, etc. O último cavalo, velho, que puxava água para a família, foi carregado por um soldado republicano que o vendeu para um conhecido do Sr. Ribeiro, nas Águas Boas, por 5\$000 rs. Esse homem mais tarde restituiu o animal ao Sr. Ribeiro que com esse cavalo recomeçou a vida.

Se os maragatos nunca estiveram na Fazenda, muitas vezes andaram pelas imediações e possivelmente pertenciam aos grupos de José Altenhofen. Numa dessas ansiosas vigílias, esperando a chegada dos maragatos é que se deu o episódio familiar do “leite fervendo”. Alguém gritou: “Lá vem ele!” o leite subia e o pessoal saiu fugindo, correndo ou escondendo-se. Na Fazenda havia umas 25 armas Comblain e outras.

“Seu” Kienering, vizinho, era maragato e amigo de José Altenhofen. Foi morto em Santa Rita por um soldado calombo que se escondera numa carroça de quatro rodas, cheia de pasto, e que o alvejou cereteiramente através de uma fresta larga da cozinha de uma casa. Nessa cozinha o “seu” Kienering estava enterrando um vidro com dinheiro roubado; estava com a pá numa das mãos, vigiando o vidro, quando foi alvejado. 9)

Um Avô, uma Avó

Nunca se falaram. Não se entendiam. Ele não sabia falar alemão; ela desconhecía o português. À época da “gloriosa” Revolução Federalista viviam na mesma região: ele em Taquari, ela em Estrela. Ele era músico, compositor, e “bom no tiro”; ela, dona de padaria. Ele mereceu um acróstico de Lobo da Costa; ela nem conhecia tal poeta. Ele vira a luz do dia entre os pinheirais de Ponta Grossa; ela, em plena colônia alemã do Rio Grande do Sul. Ele participou ativamente da Revolução, de armas na mão; ela nem as possuía. Contudo, tiveram netos comuns, entre os quais este articulista.

Identificando-se: ele, Laurindo Paraná¹⁰⁾; ela, Carolina Schweitzer Hessel.

Laurindo, durante a Revolução, serviu nas forças castilhistas, no posto de capitão e sob o comando do coronel Manuel Lautert, residente também em Taquari. Sendo maestro, foi incumbido de organizar uma Banda Militar que acompanhou as forças “legais” em Santa Maria e outros pontos do Estado.

A seu respeito Arnaldo Azevedo¹¹⁾ relatou em julho de 1956:

— Terminada a luta, em 1895, as forças do governo, vitoriosas, trataram de eliminar os elementos bárbaros que numa ou noutra facção tinham servido de carrascos e degoladores. Alguns deles, avisados, fugiram e foram perseguidos. Entre eles, (nome?), que se retirou.

Dias mais tarde o grupo perseguidor chegou à casa de um camponês que indicou como o fugitivo, um homem subindo uma colina próxima.

Laurindo assentou sua arma sobre os arreios de seu cavalo e apontou para o fugitivo; parou, voltou-se para o camponês e perguntou-lhe:

— O Sr. garante que aquele homem é realmente o ... (nome?), sem nenhuma dúvida?

À confirmação do camponês, remeteu ele a bala e lá, ao longe, o homem cambaleou e caiu, morrendo.

Laurindo disse aos companheiros que fossem lá verificar e indicou a região do corpo atingido pelo valázio. Foram e verificaram a exatidão de suas indicações. O degolador estava morto.

— Este episódio, que não deve ter sido o único no Estado, revela um aspecto pouco focado por historiadores. Em si, pertenceria a um capítulo que poderia ser intitulado de “Pós-Revolução”.

Essa espécie de caça às bruxas parece ter sido intensa e generalizada, incentivada pelo governo dos republicanos. Algo sobre essa atmosfera pode ser sentida no livro de José Alfredo Schierholt (pag. 184 e outras), o qual afirma que

“Júlio de Castilhos impunha rigor desde o início do seu governo” e que “o rigor da lei para os adversários e os favorecimentos para os companheiros era um princípio maquiavélico muito em voga”.

Já o episódio em que foi envolvida a avó “alemã”, foi menos destrutivo, ou melhor, foi antidestrutivo.

Sabe-se que o grande líder “alemão” dos maragatos no Alto Taquari foi José Altenhofen, sobre cujas atividades já fornecemos amplos informes em **O Município de Estrela. História e Crônica**.

Pois na segunda invasão federalista e queda de Estrela em poder dos rebeldes, alta madrugada bateu Altenhofen à porta da padaria da viúva Carolina 12) que com suas filhas estava fazendo os pães que ao clarear do dia os filhos-homens iriam depositar nas janelas das casas dos estrelenses daquele fim de século.

À distância, parece que à cabeça daquele caudilho “alemão” que aliás nem sabia ler em português, aflorava a “bela” idéia de incendiar o sólido prédio da Intendência de Estrela. Seria a suprema glória da maragatada da região, eis que Estrela era o mais antigo município do Alto Taquari e o município-mãe de todos os demais. Que o digam as mulheres estrelenses e o vigário da paróquia na época, o jesuíta alemão P. Eugênio Steinhardt 13) que nessa mesma invasão de maragatos serranos, ervateiros e “alemães da colônia”, tiveram de se empenhar a fundo no sentido de aparar os piores excessos em termos de mortes, incêndios e destruições 14).

Pois na padaria da viúva Carolina, Altenhofen pediu-lhe em alemão, como é obvio, que lhe entregasse o querosene que tivesse, para ir incendiar a Intendência. Foi então que a Senhora padeira lhe aplicou uma “piedosa” mentira alemã, respondendo-lhe que só tinha o querosene do lampião que os alumia. Sabendo que no depósito tinha um ou duas latas do combustível (provavelmente da “marca Jacaré” que em dupla eram comercializadas, acondicionadas nas conhecidas caixas de querosene).

Altenhofen saiu dali de “mãos limpas” e assim o bom prédio da Intendência pôde subsistir por bem mais de meio século, até ser demolido em 1953 para dar lugar ao atual, já sob o nome de Prefeitura Municipal. 15)

Isto posto, ou isto lido, não é necessário ao gaúcho deste fim de milênio ter grande imaginação para perceber que as vivências pelas quais passaram seus antepassados de há um século, — os roubos, os gemidos, as espreitas, as dores, os estampidos, as correrias, os estragos, as ansiedades, as perdas, os choros, as dúvidas, as emboscadas, os gritos, os saques, os ais, as estratégias, as insônias, as vinganças, os soluços, as coações, os auxílios, as perseguições, as aflições — tantas e tais vivências foram de fato incontáveis.

Pensamento “consolador” poderia ser o de que tudo isso aconteceu com outras pessoas que, aliás, já se foram “desta para a melhor”.

Em contrapartida, é inquietante saber-se que a maldade humana continua viva, bem viva, manifestando-se ininterruptamente em vários pontos do plane-

ta. Após esse 93-95 as nações mais “civilizadas” da Terra promoveram dois gigantescos festivais de sangue (1914-1918 e 1939-1945), incomparavelmente superiores aos desenvolvidos pelos adeptos dos falecidos Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins.

A própria mensagem “amansadora” trazida e pregada por Jesus Cristo, tem encontrado muita dificuldade para conseguir amenizar essa ruindade humana, com a amplitude que se desejaria.

Notas

- 1 — A entrevista foi concedida em 1961 quando Jacob já era nonagenário, pois nascera a 8 de agosto de 1871 em Estrela no ranchinho de barro de seus pais Pedro Horn nascido no (Hunsrück, Alemanha, 12 de junho de 1823) e Elisabeth Knippel, casados em Dois Irmãos em 1851. Por falar em irmãos, Jacob teve 9 irmãos, entre os quais 2 gêmeos e 4 mulheres.
- 2 — Estrela foi invadida e tomada por três vezes pelos maragatos: a 27 de maio de 1893, a 30 de outubro desse mesmo ano e, por último, talvez a 17 de março de 1894.
- 3 — José Altenhofen nasceu provavelmente após 1861, filho de João Altenhofen e de Cristina Matte Altenhofen, sendo esta alemã nata. Casou-se com Carlota Guilhermina Ribeiro, deixando sete filhos. Foi inumado no cemitério de Beija Flor/Costão. Em abril de 1965 constatamos que seu túmulo estava descuidado e da inscrição só se lia ainda: “Aqui jas... Os restos mortais do finado Co... José Altenhofen, que foi ...”. *Sic transit glória mundi!*, se é que glória houve...
- 4 — José Frontino Augusto. De sua atuação em Estrela resultou o seu casamento (e isso por mediação “inconsciente” de um equino) com a jovem Cristiana, filha da viúva Carolina Schweitzer em seu primeiro casamento com Carlos Dexheimer. A jovem chamou a atenção do alferes (se não por seus dotes pessoais) pela posse de um lindo cavalo de montaria que ela ocultava em matos de picada, preservando-o da cobiça tanto de calombos como de maragatos. O problema da língua deve ter sido resolvido pela noiva, eis que ela e seus irmãos tinham estreito contato com os muitos filhos do taquariense João Ubaldo Neri, seus vizinhos e que só falavam português. Mais tarde o casal Frontino Augusto — Cristiana emigrou para o município de Erechim (Picada Saracura), onde espalhou larga descendência. Observe-se que naqueles tempos sangüíneos, bovinos e eqüinos eram de excepcional importância, aqueles para alimentação e estes para locomoção.
- 5 — Fotografia da casa-grande dessa Fazenda pode ser vista à pág. 63 do livro **Bom Retiro do Sul. Sua História... Sua Vida**, de Ellen Walkyria Eifler (1992).
- 6 — Pelo nome de Maneco Lautert era mais conhecido Manuel Lautert, nascido em 1851, irmão de Estefânia (“Fany”), nascida em 1859, esposa de Antônio Israel Ribeiro Filho. Ambos eram filhos dos europeus Friedrich Lautert e Philippine Schmidt.

Segundo a situação, Maneco mandava buscar os parentes para Taquari, para a casa da avó Leocádia, e isso por intermédio do vapor "Bismarck" que na Volta da Úrsula soltava 3 apitos, às vezes altas horas da noite. Parava acima da Cachoeira do Israel, um pouco acima da Fazenda e um pouco abaixo da foz do Arroio Ribeiro. Iam nele uns seis soldados republicanos armados. Certa feita levaram uma enorme gamelada de guisado de carne, já temperado para lingüiça, que seria enchida no dia seguinte, posto em latas de banha e destinado ao seu batalhão aquartelado em Taquari. Sempre levavam comida, pães, lingüiça, banha, etc., segundo relembra sua sobrinha Dona Aurélia ainda em 1963.

7 — Sobre esse personagem oscilam as grafias e os nomes: além de Kienering, pronúncia da declarante, aparecem Felipe Pedro Keniering, F. P. Knierim ou só Pedro Knerim. Morava na Pedreira, localidade ao sul de Bom Retiro do Sul, onde era negociante, isto é, tinha uma "venda". Era filho de Adão Knierim que, segundo Leopoldo Petry em *Carvalhos e Palmeiras* (1944), pág. 31, morreu em Estância Velha, assassinado pelo "Menino Diabo" (extrema antítese de "Menino Deus").

8 — O Uruguai.

9 — O soldado castilhista que o matou, era de origem alemã, moço e ruivo; por pouco não pagou com a vida esse acionar de galtilho.

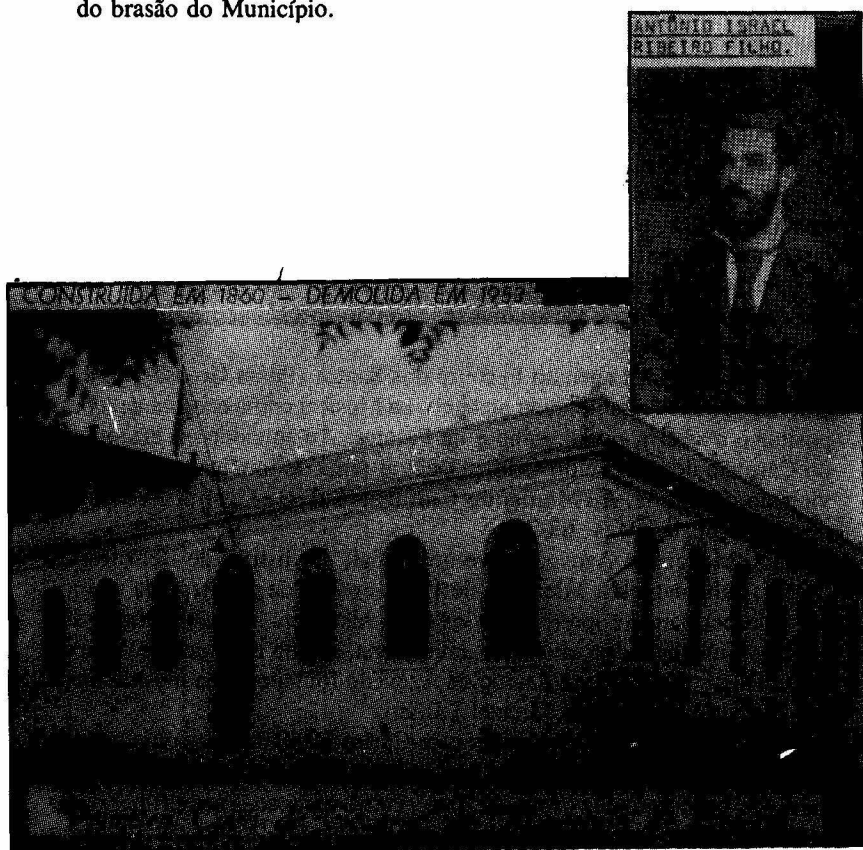
Mais tarde, ia a cavalo naquela região, quando foi surpreendido pelos magratos. Como não lhes obedecesse em algo, foi fortemente amarrado com cordas de linho molhadas, nos pés e nas mãos, perto de uma árvore. Horas mais tarde conseguiu desvencilhar-se das ligaduras, queimando-as num fogo que uma criança fez perto donde estava. Fugiu a pé até a Fazenda dos Barros onde bateu à 1 hora da madrugada. Ficou vários dias lá, curando-se à salmoura, já que estava terrivelmente inchado.

10 — Seu nome real era Laurindo Ferreira dos Santos (Ponta Grossa, 1858 — Estrela, 1901). Versátil, atuou no circo, na Música, como executante, compositor e maestro, no Desenho e na Pintura. Ao suicidar-se, era oficial do Cartório do Cível e do Crime. Deixou fama de inteligente, valente e violento. Biografia, em *Momentos Culturais Sul Rio-Grandenses* (1990) deste articulista, págs. 68-71.

11 — Arnaldo Moacir de Azevedo vive no Pinhal, 3º distrito de Bom Retiro do Sul, onde nasceu a 3 de julho de 1908. Senhor de privilegiada memória e de permanente interesse pelos fatos históricos, mesmo tendo sido simples trabalhador na lavoura e em atafona, reuniu considerável acervo documental. Seu pai José Sabino de Azevedo foi tenente na mesma força comandada pelo coronel Manuel Lautert.

12 — Carolina casou-se sucessivamente com Carlos Dexheimer e com Gustavo Augusto Hessel, este vindo do Grão-ducado de Baden como artesão. Ao enviuvar pela segunda vez, coube-lhe criar e educar seus nove filhos, quatro do primeiro e cinco do segundo matrimônio. Faleceu a 24 de março de 1923, aos 81 anos de idade.

- 13 — Fotografia desse ativo Padre jesuíta pode ser vista no livro **Revolução Federalista no Vale do Taquari**, de José Alfredo Schierholt, pág. 174. Em 1887 ele era membro da Comissão Abolicionista local; em 1892 trabalhou como bom enfermeiro, atendendo os atacados pela epidemia de varíola. Foi o 2.º vigário da paróquia de “Santo Antônio da Estrela”, onde esteve de 1880 a 1894.
- 14 — Os serranos e ervateiros procediam em geral do município de Soledade e de seus contornos; eram chefiados por José da Rocha que o cronista Irmão jesuíta Joseph Grones (Alemanha, 1865 — Florianópolis, 1947) classificou como “einer der schlimmsten Maragatos” (“um dos piores maragatos). Sobre essa sinistra figura, veja-se a citada obra de Schierholt, que o menciona em nada menos de 22 páginas,. tamanha foi sua movimentação.
- 15 — Fotografias do antigo prédio podem ser vistas no **Álbum Comemorativo do Cinquentenário do Município de Estrela**, editado pela municipalidade em 1926, págs. 52 e 86. Em desenho, figura num dos quadrantes do brasão do Município.



SEGUNDA PARTE

A INCORPORAÇÃO DO SUL

Raphael Copstein

Os horizontes geográficos, a partir do século XV, passaram a ampliar-se por iniciativa européia. Foram necessários, desde então, quatro séculos para que o globo ficasse totalmente conhecido e o apreendido à disposição de todos os homens.

O desvendamento de caminhos que permitiram conhecimento terrestre não correspondeu apenas à satisfação da curiosidade humana. Por trás dele, esconderam-se também interesses materiais fantasiados, quase sempre, de humanitários. Em nome da fé verdadeira foram subjugados os não contemplados pela redenção divina — os mais fracos — que com seus territórios vão engordar o poder de outras soberanias. Sede de riquezas e de domínio foram os móveis dos fortes. Uma falsa comparação transubstanciada em superioridade racial retalhou territórios e escravizou autóctones. Formaram-se impérios coloniais atendendo pretensões metropolitanas alicerçadas em medidas adotadas a grandes distâncias. A força, mascarada ou não, justificou o domínio de terras e de homens. Iniciativas de súditos, algumas apoiadas pelos tronos, também serviram subseqüentemente para argumentar a favor de novas absorções territoriais.

Governos e governados por atos e ações construíram a geografia das fronteiras coloniais.

A sucinta introdução registra tanto o aumento do saber geográfico como o surgimento dos grandes impérios coloniais modernos iniciados pelos ibero-americanos.

Os limites das respectivas posses foram desenhados com habilidade, subterfúgios e outras panacéias que constituíram e constituem, em todos os tempos, a farmacopéia diplomática. Quando necessário — e como o foi — realizou-se a política por outros meios como bem mais tarde a definiria Clausewitz.

Os portugueses menos fortes militarmente do que os castelhanos, mas mais sagazes, souberam garantir o maior e melhor quinhão da América Tropical. Já então tinham conhecimento do que mais tarde afirmaria o Vice-Almirante Gonçalves Caminha: (6)

(...) o homem de estado, ao conduzir a política exterior, só pode levar em conta os valores da justiça, equidade e tolerância na medida em que contribuam para o objetivo visado com o emprego do poder, enquanto não interferirem na sua conquista

Os rivais também não ignoraram esse comportamento.

Buscaram os ocupantes europeus o que se considerava a riqueza das nações: ouro e prata. Conseguiram. Limparam as consciências com muitas conversões, muita mortandade e aprontaram uma América Latina ainda hoje a procura do seu verdadeiros caminho.

Das bulas papais distribuidoras de terras nada restou de prático. Uma aldeia espanhola imortalizou-se ao emprestar o sítio e o nome ao tratado ali assinado a revelia dos pré-colombianos dividindo-lhes os territórios.

Portugal garantiu parte do futuro Brasil. Nem por isso, o Tratado deixou de ser apagado pelo tempo.

Os espanhóis foram, inicialmente, mais felizes na consecução dos objetivos visados. Bem a oeste da Linha de Tordesilhas, os metais nobres logo surgiram das entranhas da terra abocanhada para satisfação da teoria econômica vigente. Portugal teve que plantar para obter o pretendido. Tarefa bem mais ingrata. Muita água correria até que as GERAIS revelassem os seus tesouros. Durante a espera compulsória, a agroindústria açucareira, iniciada em São Vicente, desenvolvendo-se com sucesso, iria adoçar europeus, enriquecer o Nordeste agrário e o comércio luso-holandês.

A ocupação portuguesa na América processou-se lentamente. A Índia absorveu os esforços lusos nos primórdios do século XVI. Não seria possível, ao pequeno reino, expansão mais rápida. O Oriente exigia muito menos do que as terras brasileiras. Prometia riquezas na hora. O Brasil era uma incógnita.

Expedições portuguesas exploraram a costa brasileira, desde cedo, batizando acidentes geográficos e expulsando concorrentes. A linha de Tordesilhas manteve-se imaginária no terreno. No papel os pontos extremos variaram. Frei Vicente do Salvador, citando famoso cartógrafo, diz (20)

A terra do Brasil (...) começa além da ponta do rio das Amazonas (...) até a baía de São Matias, Por quarenta e quatro graus pouco mais ou menos para sul (...) (...) na prática é não chegar o Brasil mais que até o Rio da Prata.

No Esmeraldo Sito Orbis, Duarte Pacheco Pereira coloca o Brasil por 28º de latitude contra o polo Antártico (24) o que segundo Cortesão estenderia o Brasil de Marajó a Santa Catarina (24). Já os espanhóis andaram querendo riscar o traçado bem mais para leste, entre a foz do rio Parnaíba e o Rio de Janeiro.

As diferenças de posição da linha demarcatória, que poderia ser ampliada por outros exemplos, mostra a imprecisão do acordado. Mas não é de esquecer a observação de Tasso Fragoso (13) também espousada por Rio Branco (19):

Tratando-se de uma linha cujo traço na superfície terrestre só a resolução de um problema ainda hoje difícil, qual a determinação precisa de uma longitude, permite achar, compreende-se desde logo a possibilidade de invasões recíprocas aos territórios limítrofes, ainda que os dois países conquistadores timbrassem em proceder invariavelmente com mais escrupulosamente honestidade.

As melhores opções traçam o indemarcado limite entre Belém e Laguna. Durante muito tempo não houve registro de povoações lusas a oeste.

Um século após o estabelecimento dos europeus na América, as lindes da ocupação efetiva do Brasil segundo Fleiuss (12) iam;

desde o rio Potengi, no Rio Grande do Norte, até a primeira barra do Paranaguá ao Sul. A conquista do extremo setentrional atraiu todos os esforços do governo geral em detrimento da colonização do Sul, em cuja capitania de São Vicente, o povoamento da região marítima havia apenas atingido ao distrito de Cananéia e Iguape, até Superagi. O número mais interior era o de São Paulo, sendo marítimas todas as outras vilas e cidades.

Mestre Capistrano (1) registra:

(...) quando Simão de Vasconcelos publicou, em 1668, sua Crônica da Companhia de Jesus, a ocupação efetiva esbarrava em Cananéia.

A morte do rei Cardeal Dom Henrique (1580) sem deixar descendência e indicação de herdeiro, levou os presuntivos a uma disputa pelo trono. Venceu-a o Habsburgo Filipe, segundo deste nome na Espanha e primeiro em Portugal.

A alteração dinástica não eliminou o Estado português como, entre muitos outros autores, deixa transparecer confusamente Vernhagem: (23)

A metrópole vencida pela astúcia de Filipe II e pelo apoio de uma nobreza egoísta e pouco patriótica, sujeitou-se a este rei, apresentando mui pouca resistência, e nas Cortes de Tomar se resolveram as cláusulas de anexação, Portugal, aclamado o dito rei, seguiria estado independente, (...) (Não grifado no original).

As expressões destacadas, sem dúvida são contraditórias. Hélio Vianna (24) percebeu a contradição:

(...) basta recordar qual foi a situação jurídica de Portugal e de seus domínios ultramarinos, durante os reinados espanhóis de Filipe II, III, e IV estabelecida nos chamados capítulos do Duque de Ossuna (...).

Hans Albert Steger (21) abordando o assunto deixa-o claro:

Os Habsburgos espanhóis sempre olharam o Novo Mundo bem dentro da idéia do Imperador Carlos V como parte integral de seu império, o que brotava do fato de que as novas regiões de além-mar recebiam um estatuto jurídico análogo ao existente no Velho Mundo. Do ponto de vista jurídico tratavam-se de Impérios de além e aquém do Atlântico cujas coroas cabiam ao rei da Espanha. (Não grifado no original).

Com as duas coroas sobre a mesma cabeça, pretenderam os portugueses licença para exercerem atividades em territórios pertencentes à Espanha. A solicitação nesse sentido, respondeu Filipe II com evasivas aos súditos de Filipe I. Os portugueses continuaram estrangeiros naqueles territórios pertencentes ao seu rei.

Legislação não consentânea com a realidade social sempre esteve fadada a não ser cumprida. Os portugueses, estrangeiros em terras das coroas espanholas

e proibidos de lá se fixarem, nem por isso deixaram de ali se estabelecer e negociar como revela Alice Canabrava (7):

Em Buenos Aires vai-se encontrar, no início do século XVII, numerosos portugueses exercendo profissões manuais (...) a favor deles interveio a população da cidade quando Saavedra se dispôs a aplicar a cédula de expulsão de estrangeiros entrados sem licença.

A segunda fundação de Buenos Aires (1580) propiciou o comércio entre este porto e as regiões produtoras de prata de Potosi. O metal nobre atraiu, legal e ilegalmente, mercadores lusos. Escravos, gêneros alimentícios, produtos manufaturados constituíram as mercadorias dos negociantes brasileiros comercializadas com vantagem para ambos os lados.

O porto de Buenos Aires, contudo assemelhava-se, no meado do século XVII a uma colônia lusitana, tal coeficiente da população portuguesa lá radicada (7).

As relações Brasil-Rio da Prata desapareceram momentaneamente quando Portugal passou a ser dirigido pela dinastia nacional de Bragança. Ordens reais espanholas proibiram-nas terminantemente em 1641. Canabrava (7) cita um relatório holandês do ano seguinte aonde é registrada a extinção desse comércio platino.

Portugal bragantino não nasceu rico. Pelo contrário. Livre dos Habsburgos, suas dificuldades jogaram-no no ano seguinte, nas garras inglesas. Pobre, fraco militarmente, quase sem marinha em época em que o poder naval era vital ao sucesso das nações, restou-lhe viver a custa do Brasil que com esforço próprio expulsou os batavos.

A Insurreição Pernambucana livrou os senhores de engenho nordestinos das dívidas para com os holandeses, mas não da concorrência do açúcar antilhano produzido pelos expulsos do Brasil.

O açúcar, principal riqueza luso-americana sustentadora do Reino viu os preços derruírem com a entrada do produto caribenho no mercado internacional. A arroba que custava 3\$800 em 1650, valia apenas 1\$300 em 1688, segundo Mauro (16).

A busca de novos recursos impunha-se. Não necessitavam primar pela legalidade. Provavelmente, a situação não permitia.

Em todos os atos administrativos emanados de Lisboa, sente-se a presença de um governo interessado em apurar dinheiro para arrumar a sua casa e restituir-lhe o prestígio seriamente abalado em sessenta anos de monarquia dual. (8)

Bem ao sul dos domínios portugueses da América, até pouco antes, havia-se sustentado um comércio regular, às vezes, de contrabando, normalmente. Revivê-lo carrearia prata espanhola às burras bragantinas.

O contrabando materializou a Colônia do Santíssimo Sacramento. Caspistrano de Abreu não deixa qualquer dúvida quanto à finalidade da Colônia: (1)

(...) este ninho antes de contrabandistas que de soldados (...) que planos nutriam seus fundadores? Pode-se apenas dizer que não

lhes interessavam ligações territoriais com o resto do Brasil, pois a colonização do Rio Grande do Sul começou mais de meio século após a catástrofe de Dom Manuel Lobo. Para as populações platinas a Colônia fez época. O contrabando português minou pela base a arquitetura fiscal de Castela (...).

Há explicações diferentes para a fundação da Colônia.

Alcides Lima (15) assim se expressa:

(...) os portugueses reputavam-se legítimos senhores daquelas paragens e (...) consideravam o Rio da Prata como divisa natural ao sul dos seus domínios americanos.

É de Pedro Calmon (5) o seguinte raciocínio:

Quisera o governo português reparar o erro de não se ter aproveitado da desídia espanhola para ocupar uma das bandas daquele estuário. Havia nessa política coincidente com a expansão paulista, a idéia de dar ao Brasil, no sul, um limite análogo ao do norte — estendendo os domínios lusitanos ao ponto que a natureza lhes deu, como haveria de recomendar, em 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Fernando Nobre (17) pensa que:

A simples razão geográfica bastaria para indicar um importante motivo pelo qual buscavam eles essa larga linha divisória (...) (...) o vasto caudal do Prata e o seu limite sul.

Antônio Luiz Porto Albuquerque (2) justificou a busca do limite platino nestas razões:

a. manter a continuidade dos pampas, assegurando integridade no território sulino sem qualquer grande obstáculo de natureza geográfica;

b. garantir melhor a fronteira do sul por aquele limite contra as eventuais (e depois freqüentes) investidas de estrangeiros indesejáveis; e assegurar pelo domínio de uma de suas margens, o acesso aos rios navegáveis afluentes do Prata que levam ao interior do Brasil, sendo, durante muito tempo, a melhor maneira de chegar às terras de Mato Grosso.

As razões dos últimos citados não resistem à análise. Em Calmon vê-se em primeiro lugar um erro de não se ter aproveitado a desídia espanhola. Ora, isto não é argumento convincente como não o é a citação de Dom Rodrigo de Souza feita 117 anos após a fundação da Colônia.

Das afirmações de Porto Albuquerque a improcedência começa com a manutenção da continuidade dos pampas. No começo do século XVII, Portugal não ocupava pampa algum. O Rio Grande era, então, um vazio demográfico, ou melhor dito, fracamente povoado por indígenas. O domínio português mal chegava a Laguna e, finalmente, as terras citadas só passaram a pertencer legalmente a Portugal em 1750.

Alguns estudiosos não deixam, no decorrer de suas argumentações, de reconhecer a importância do comércio ilegal.

Parece que em assomo de injustificada moralidade busca-se esconder o ocorrido, seja porque comerciar não foi, durante muito tempo, uma tarefa nobre ou por ser o contrabando uma atividade ilegal. Independentemente da razão, a verdade nunca esteve muito preocupada com a legalidade ou nobreza do ocorrido. Ademais, nada do praticado diminuiu a ação portuguesa e nem se verificou atentado à ética política dos estados do século XVII. Difícil é defender um limite separado por mil quilômetros (Laguna à Colônia) alegando prioridade do descobrimento do Prata, preferência de lindes naturais e efetivação, em 1680, do que não fora feito em 1531, como quer Hélio Vianna (24). É este mesmo autor que, ao citar o Tratado de Lisboa de 1681, mostra a legalidade de Tordesilhas em fins do século XVII, sem nomeá-lo. Não será isto o que quer dizer:

Novamente resultaram inúteis os trabalhos desses técnicos (...) que inicialmente discutiam sobre qual das ilhas de Cabo Verde deveria partir a contagem das léguas, em seguida divergiam quanto às cartas a serem utilizadas, e afinal diferentemente localizavam o meridiano divisório aquém ou além do ponto disputado no Rio da Prata.

Oficial e legalmente, o fantasioso Tratado de Tordesilhas só foi derogado pelo de Madri, como é por demais sabido e pouco dito. O que marca o reconhecimento dos Braganças no trono português pelos Habsburgo não trata de limites coloniais.

O mais contundente argumento contra a busca do limite natural está não na Geografia, mas na História.

É de Charles Hugounet ⁽¹⁴⁾ o seguinte trecho:

Toutefois, l'esprit de frontiere et celui des limites naturelles n'est vraiment venu qu'avec la Revolution Française et avec les nationalismes européens du XIX siecle. (Não grifado no original).

Da mesma linha é Harm J. Blij:

The doctrine of natural boundaries was a product of the Age of Reason and of nationalism chafing at old restraints. Its origin, according to Ponds, was largely French Philosophers of Age of Reason appealed to Nature for guidance, at least when it was convenient.

Portugal quando aspirou estabelecer-se no Prata, não deixou de providenciar uma legalidade formal. A diplomacia obteve do Papa Inocêncio XX, em 1676, o reconhecimento do limite sul do Bispado do Rio de Janeiro à margem norte do Prata. Sua Santidade, sem o poder papal do Medievo, provavelmente, fez mais jus ao seu nome do que a conhecimentos geográficos...

Foi nesse ato que se baseou Dom João V, em 1736, para expressar-se no item 12 das instruções a Abreu Prego: ⁽³⁾

E porque não é menos importante a de segurar a baía do Rio Grande de São Pedro e campanhas circunvizinhas que igualmente pertencem aos meus domínios (...)

A posse de metais preciosos, fonte da riqueza das nações, na concepção mercantilista então dominante, explica a atitude portuguesa. Um Portugal economi-

camente arruinado que trocara um rei espanhol pela férrea influência inglesa, sem perspectiva de entesourar ouro e prata através de comércio exportador, lançou-se na aventura platina não sem receio.

O interesse oficial por metais nobres encontra testemunho na documentação. O pedido de Salvador Correa de Sá (1646) de 100 léguas de terras despoçadas entre São Vicente e o Rio da Prata recebeu parecer favorável do Conselho Ultramarino. Em reunião datada de 4 de janeiro do ano seguinte, quando foi tratado o pedido, salientou-se a fertilidade da terra e o Conselheiro Marcos Correa de Mesquita frisou haver ocasião de: *se meter ouro e prata nestes reinos de que tanto carece* (22).

É evidente que não se pretendia extrair riqueza metálica da capitania dos Asseca, apesar de vagas referências a sua existência e nem do solo da Colônia fundada, mais tarde às margens do Prata. A menção à fertilidade da terra, mais um palpite do que um conhecimento efetivo das possibilidades, seria outro escamoteamento da verdadeira intenção portuguesa. A potencialidade agrícola rio-grandense não satisfaria uma exportação carreadora dos recursos tão necessários ao tesouro luso. A terra subtropical não tinha o que oferecer à Europa temperada. Somente o gado a valorizaria, respondendo principalmente à necessidade de um mercado interno. Isso, porém, ocorreu mais tarde.

Vários anos passaram-se entre a reunião do Conselho e a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento. O interregno explica-se pela fraqueza militar do Reino Bragantino.

A reação espanhola ao estabelecimento luso fundado por Dom Manuel Lobo, à margem platina, em 1680, selou o destino das terras que se interpunham entre a novel possessão e o sul das então ocupadas no Brasil.

A fundação da Colônia ocasionou uma série de lutas — *as Lutas do Sul* — espelhou rivalidades peninsulares e ensejou mostras de valor militar luso-brasileiro. Foco de contrabando, no Portugal agitado de Pedro II, não foi abandonado pela Lusitânia rica de Dom João V. As terras intermediárias, por sua vez, adquiriram importância econômica com a expansão de um rebanho alçado. A exploração mineira nas Gerais exigiu alimária de tiro e de corte, o pampa, vazio humano, era mina de gado.

Curioso destino o da infeliz Colônia do Santíssimo Sacramento, propulsora de contrabando, foi a responsável pelo crescimento da inimiga Buenos Aires.

No mesmo ano em que o Bispado do Rio de Janeiro passou a abranger em sua jurisdição terras limitadas pela margem platina, fundava-se Laguna **por ser muito do gosto do Rei Dom Pedro II** (...). (10) no sítio onde, posteriormente, os historiadores reconheceram o limite sul dos domínios portugueses traçados em Tordesilhas. O restante da diocese estava sujeito a ser apossado pelos espanhóis com as conseqüências decorrentes.

As costas dessas terras eram percorridas, também desde, o século do descobrimento por franceses, ingleses e holandeses. Os primeiros

...não se cansaram de ambicionar, nessa época (sec. XVIII), a conquista do sul do Brasil (...) haviam ali ricas minas capazes de rivalizar com as do Brasil Central. (8)

Nenhum daqueles povos criou empórios na região. Ao sul andaram, por algum tempo, os franceses nas Malvinas. Também as quiméricas minas não deram o ar de sua graça...

Comércio de escravos, contrabando de mercadorias diversas, hipotéticas minas em terras indefinidas ao sul de Paranaguá, foram motivos para despertar ambições e ameaçar pretensões portuguesas.

A temível atitude castelhana para com a Colônia impôs ao aparelho militar português, a criação de pontos de apoio à precária e difícil defesa do enclave platino. Laguna servia de bastião ao Prata lustrada. A grande distância exigiu postos mais próximos. A resposta foi o presídio à margem sul do Canal do Rio Grande.

Nessa ocasião, 57 anos após a fundação da Colônia do Sacramento, a presença de Portugal no Prata seria mais uma questão de prestígio do que de necessidade. As Gerais haviam revelado as riquezas de seu subsolo e os quintos da coroa garantiam as extravagâncias de mau gosto de Dom João V.

Apreciáveis contingentes brasileiros e reinóis transferiram-se para as regiões auríferas. Cedo a fome lavrou naquele meio. Escassos eram os animais destinados ao transporte.

A mineração brasileira para ser levada a bom termo passou a depender da abundância animal das terras do sul ainda vazias de europeus.

Nas terras que constituíam o Continente de São Pedro, nos primórdios do XVIII século, vagavam pelos campos do sul enormes manadas que foram direcionadas para suprir as carências mineiras.

O Rio Grande, relegado durante muito tempo pelos ibéricos, adquirira fonte de riqueza com os rebanhos alçados pouco valorizados até então. Sobre a importância dos mesmos nas Gerais, descontando o evidente exagero, é de se considerar as palavras de Alfredo Ellis Júnior: *sem o muar não teria sido possível o ciclo do ouro. (25)*

Exigências de ordem militar no Sul e de abastecimento para o Centro, proibição lisboeta de exercício de atividades não ligadas à mineração, vão justificar a ocupação do espaço rio-grandense. Coincidentemente, tanto as razões estratégicas como as de provimento animal encontraram possibilidades de satisfação na terra gaúcha. Diferenciam-se, porém, as proposições responsáveis pelos assentamentos dos contingentes humanos.

As necessidades militares materializaram-se em iniciativa oficial e satisfizeram-se com o sítio e posição à margem sul do Canal do Rio Grande. Já a ocupação do Litoral norte, escoadouro da riqueza rio-grandense, correspondeu à iniciativa particular e é anterior ao estabelecimento oficial do Presídio.

Houve, é verdade, uma expedição de caráter oficial no Litoral Norte antes da fundação de Rio Grande. A frota de João de Magalhães, proveniente de Laguna em 1725, de permanência efêmera, não deixou marca na paisagem da Restinga.

A alimária selvagem do pampa foi o atrativo inicialmente para uma sociedade de europeus e mestiços ambos nômades e caçadores de gado. Em tempo relativamente curto, por volta da metade do segundo decênio do século XVIII, a posse da terra fixou brancos e seus escravos no Litoral Norte sem a benemerência estatal. O Estado chegou depois.

Houve, portanto, quanto à ocupação da província meridional brasileira, dois momentos distintos, um oficial de cunho militar e outro espontâneo, fixador dos povoadores no Litoral Norte. De ambos os sítios, quando a circunstância propiciou, partiu a ocupação da hinterlândia gaúcha.

Bibliografia

- 1 — ABREU, Capistrano — **Fragmentos de um prólogo**. In **Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro, Soc. Capistrano de Abreu, 1930.
- 2 — ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto, — **O último episódio — A Cisplatina**. In **Navigator** n. 4, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1971.
- 3 — BARRETO, Abeillard — **Aspectos políticos da fundação do Rio Grande**. In **O Rio Grande de São Pedro**, Palestra. Rio Grande, FURGS, Editora, 1985.
- 4 — BLIJ, Harm, — **Systematic Political Geography**. New York, London, Sydney. Wiley Sons Inc., 1967.
- 5 — CALMON, Pedro — **História da Civilização Brasileira**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.
- 6 — CAMINHA, João Carlos Gonçalves, — **Delineamentos da Estratégia**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1982.
- 7 — CANABRAVA, Alice — **O comércio português no Rio da Prata 1580-1640**. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1948.
- 8 — CESAR, Guilhermino — **Antecedentes da Fundação de Rio Grande**. Separata da **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, 1970.
- 9 — — **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801**. Porto Alegre, UFRGS/Ed., 1981.
- 10 — DALL'ALBA, João Lenoir — **Notícia da povoação e fundação da Vila de Laguna** por Francisco de Brito Peixoto, in **Laguna antes de 1880**. Florianópolis, Ed. Lunardelli/UDESC, 1979.
- 11 — DOMINGUES, Moacir — **A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil**. Porto Alegre, Sulina/IEL, 1973.
- 12 — FLEIUS, Max, — **História administrativa do Brasil**. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1925.
- 13 — FRAGOSO, Tasso — **A batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1951.
- 14 — HUGOUNET, Charles — **La Géohistoire**. in **L'Histoire et ses methodes**. Encyclopédie de la Pléiade. Paris, Galimard, 1961.

- 15 — LIMA, Alcides — **História popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1931.
- 16 — MAURO, Frederic — **História e Novo Mundo**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1969.
- 17 — NOBRE, Fernando — **As fronteiras do Sul**. São Paulo, Of. Graf. Monteiro Lobato, 1922.
- 18 — REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa — **A Colônia do Sacramento**. Porto Alegre, Of. Graf. Livraria do Globo, 1937.
- 19 — RIO BRANCO, Barão de — **Questões de limites — República Argentina**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, s/d.
- 20 — SALVADOR, Frei Vicente do — **História do Brasil 1500-1627**, São Paulo, Melhoramentos, 1931.
- 21 — STEYGER, Hanns Albert — **As universidades no desenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1970.
- 22 — TEIXEIRA Soares, — **Diplomacia do Império no Rio da Prata**. Rio de Janeiro, Ed. Brand, 1955.
- 23 — VARNHAGEM, Francisco Adolfo, — **História Geral do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1975.
- 24 — VIANNA, Hélio — **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1948.
- 25 — ELLIS JUNIOR, Alfredo — **O ciclo do luar**. In *Revista de História*. Ano 1, janeiro/março. São Paulo, 1950.

CARTAS DE SESMARIA INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO

Helio Moro Mariante

“Temos sido um povo de agricultores e pastores,” escreve Oliveira Viana, em 1922, ao estudar o POVO BRASILEIRO E SUA EVOLUÇÃO.

Tal afirmativa tem validade até nossos dias, muito embora o evidente progresso técnico-industrial por que a nação vem atravessando.

Tendo por base os produtos primários, advindos da utilização e exploração da terra é, ainda, na agricultura e na pecuária, que o RS carrega grande parte de suas divisas. E lavoureiros e pecuaristas figuram o que há de mais representativo, economicamente, no status pátrio.

Para uns e outros, quer na agricultura, quer na pastorícia, representa a terra elemento de vital importância, pois, sem o seu concurso, impossível seria a produção.

Acompanhando o progresso, várias foram as modalidades de aquisição e posse da terra em nosso país.

Logo após a descoberta, D. João III instituiu o regime das **donatarias**, dividindo a Colônia em doze partes. Historicamente, tal divisão ficou conhecida como o regime das Capitânicas Hereditárias.

Não obteve o almejado êxito tal sistema, visto que somente três capitânicas apresentaram sucesso: Pernambuco, São Vicente e Santo Amaro.

Essa modalidade de repartição de terras, transplantada da experiência efetivada nas ilhas dos Açores e da Madeira, visava o povoamento da nossa colônia à custa da iniciativa particular, segundo afirmativa de abalizados historiadores e sociólogos.

Os donatários possuíam poderes quase idênticos aos do soberano, para o qual remetiam parte das taxas e dos créditos que cobravam no âmbito de suas imensas propriedades, verdadeiros macrolatifundiários, quase virgens como no dia-da-criação.

Variada a extensão dessas donatárias, chegando algumas delas a alcançar oitenta léguas de frente, ou seja, cerca de 528 quilômetros de testada.

A capitania concedida aos Correia de Sá, doada na Repartição do Sul, dentro da qual esitaria grande parte do atual Estado do Rio Grande do Sul, media 75 léguas. Seu limite meridional alcançava as imediações da atual metrópole gaúcha — Porto Alegre.

Como sabemos, tal doação restou só nos documentos, visto que os donatários jamais tomaram posse efetiva desse imenso latifúndio, que se tornou, precisamente por isso, conhecido como Continente ou Capitania d'El Rey.

Verdadeiros senhores feudais, possuíam os donatários poderes, dentre inúmeros outros, de conceder mediante cartas de sesmaria, sem foro, nem direito algum, a não ser o dízimo de Deus, as terras incultas de suas donatárias.

Segundo os filólogos, o verbete sesmaria derivou-se de sesma, do latim antigo *sex*, que significava a sexta parte de qualquer coisa. Conforme Ferreira e Souza, em seu Dicionário Jurídico, as terras concedidas na época pagavam "foro e pensão do sexto", daí o chamar-se de sesmaria as ditas terras e de sesmeiros seus usuários.

Classicamente, sesmaria é um semantema que significa "terra cuja cultura foi abandonada e que se tira ao proprietário presuntivo, para entregar a um cultivador ou sesmeiro; antiga medida agrária"

Como no Brasil, nos seus primeiros tempos, as terras eram virgens e realengas, a acepção clássica de palavras sofreu alteração, passando realmente a significar uma extensão de terras incultas pertencentes à Coroa e que eram recebidas em doação para cultivo ou pastoreio. Encontrando-se desaproveitadas, por extensão, passaram a ser chamadas de sesmaria, conforme explica Cândido Mendes.

Os documentos referem-se a duas espécies de sesmarias: as sesmarias de campo e as sesmarias de mato.

Aquelas, precisamente as que foram adotadas na distribuição de terras no território do Continente de São Pedro, correspondiam a uma gleba medindo uma légua brasileira de testada por três de fundo.

A sesmaria de mato era menor, pois media uma légua de frente por duas de profundidade. Quando da instituição do regime das sesmarias no Brasil, as doações eram feitas com glebas medindo três léguas em quadro, isto é, três léguas quadradas. Já a Carta Real de 1697 restringiu-as a uma légua de testada sobre três de fundo.

A Ordem de 3 de março de 1704 fixava em meia légua quadrada as sesmarias em terras de minas e nos caminhos para estas. Tal ordem foi complementada pela Resolução de 15 de março de 1731, que rezava: "as sesmarias que se houverem de dar nas terras donde houverem minas de ouro e nos caminhos para elas sejam somente de meia légua e que no mais sertão sejam de três léguas como está determinado..."

Como se depreende a Coroa legislava a respeito das sesmarias de conformidade com o seu interesse, não permitindo que se transmitisse a particular terras auríferas, ou de outro mineral nobre.

A área de uma sesmaria de uma légua de testada por três de fundo, corresponde a uma superfície de 13.068 hectares.

A légua brasileira vale 6.600 metros.

Dividia-se a sesmaria em quadras. Estas, subdividiavam-se em braças que, por sua vez, partilhavam-se em palmos.

Uma sesmaria tinha 150 quadras. Cada quadra equivalia a 60 braças, ou 132 metros e cada braça media 2,20 metros e continha 10 palmos.

Os palmos mediam 22 centímetros. Era corrente, à época, a expressão palmo craveiro, correspondendo a uma braça de sesmaria.

Muito usuais nos documentos coevos os verbetes datas e dadas, significando ambos o ato de dar, doação. As expressões **uma data de terras** ou uma dada de terras, comumente encontradas nas cartas de sesmaria correspondem a uma espaço físico doado pela autoridade governamental a um cidadão, mediante requerimento e conseqüente aprovação real, através de seu representante nos tempos do Brasil Colônia e dos presidentes da província já no Império.

Uma data de terras, oficialmente, representava uma propriedade menor do que uma sesmaria. Entretanto, com o correr dos tempos, tal definição foi abandonada, passando a ter o mesmo significado que sesmaria, pois existem várias cartas que rezam: “concedo uma data de terras em sesmaria...”

A instituição do sistema de sesmarias no Brasil que perdurou por mais de três séculos, de 1530 a 1870, diferiu um tanto do preconizado pela Lei das Sesmarias, vigente no reino desde D. Fernando (1345-1383). No entanto, dessa lei, como não poderia deixar de ser, extraíram os legisladores coevos a sua essência, como as indispensáveis adaptações à nova terra.

A partir de 1548, pelo regimento de 17 de dezembro desse ano, o governador geral ficou investido dos poderes de conceder sesmarias a quem as solicitasse, cumpridos, naturalmente, certos e determinados preceitos.

Por alvará de 5 de outubro de 1795 ficou reservada aos vice-reis a faculdade de conceder sesmarias, situação que perdurou até 1808, quando os governadores e capitães-generais voltaram a ter poderes de concessão.

Sempre e em todos os casos o documento final de concessão e de confirmação dependia da sanção real, por intermédio do Conselho Ultramarino.

A maneira de sua obtenção, regulada pelas Ordenações e complementada por uma série de Cartas Régias, Alvarás, Provisões, Bandos e Regimentos, a fim de se adaptarem às contingências brasileiras, iniciava com a petição do pretendente, indicando nome, residência, localização, extensão, limites ou confrontações das terras pretendidas.

Ouvindo o Procurador-mor da Fazenda Real, e, por vezes, a Câmara do Distrito Federal das Terras e o Procurador das Casas, era lavrada a Carta de Sesmaria, que recebia a assinatura da autoridade que a firmava em nome do rei governante.

O aquinhado deveria demarcar sua propriedade no prazo de um ano, raramente dilatado.

A medição e demarcação era da competência do Juiz das Sesmarias, que designava peritos para tal, respectivamente Piloto e Ajudante. Tempo houve, no Rio Grande do Sul, em que a medição e a demarcação encontravam-se a cargo do Guarda-mor, que nomeava o respectivo piloto.

Utilizavam-se, a princípio, de uma ampulheta para fazer tal demarcação, método que se revelou ineficiente visto que, como não poderia deixar de ser, era muito impreciso, pois a légua de sesmária jamais teria as dimensões oficiais, visto que influíam os obstáculos naturais encontrados no caminho, obrigando a voltas para se atingir, muitas vezes, pequenos espaços de terreno em linha reta. Entrementes, a areia da ampulheta continuava escorrendo, sem que muitos medidores dessem desconto às inúmeras dobras de rios e ou de outros acidentes topográficos, dificultando, assim, uma real e certa demarcação, pois o tempo decorrido no percurso não expressava a autêntica grandeza da medição.

Por Carta Régia de 3 de fevereiro de 1810 foi mandado adotar, oficialmente, o sistema de corda e rumo de agulha. Por este método a medição era efetivada por uma bússola “sevada e capaz” e uma medida linear com um instrumento conhecido por corda. Tal prática já vinha sendo adotada, extra-oficialmente, há tempos, dada a imprecisão do método da ampulheta.

A bússola era conhecida por “agulhão”. A corda, ordinariamente um cadarço branco de linho, media dez braças de comprimento.

A partir de então os medidores passaram a chamar-se “piloto de corda” e “ajudante do piloto da corda”. O piloto dava o rumo e o ajudante esticava a corda e “cantava” a medição.

Método já bem mais preciso que o da ampulheta perdurou até 1850 e são desse tempo as expressões encontradas em várias cartas de sesmária: “fará demarcar por rumo de corda”.

Já o regulamento de 1850 ordena que a medição e a demarcação sejam feitas por cadeias de ferro graduadas (cadeias de agrimensor) e teodolito.

A cerimônia de posse se constituía num ritual pitoresco para os nossos dias, dado o aparato de que se revestia.

Exigia a presença física das testemunhas e, além do requerente, dos proprietários, caso houvessem, das sesmarias convizinhas e que eram conhecidos por confrontantes.

Indispensável o comparecimento do tabelião e do meirinho. Este apregoava em “bem alta, clara e inteligível voz”, auscultando, em nome de Sua Majestade, se havia algum cidadão que pudesse, por qualquer razão, embargar a posse requerida. Se houvesse, que se aproximasse do tabelião, para que esta autoridade tomasse as devidas providências.

Não havendo quaisquer embargos, após várias apregoações, como acima ficou descrito, o meirinho passava a “cortar ramos, cavando a terra, lançando-a no ar e nesta forma tomou e eu lhe dei a dita posse natural, civil e corporal tanto quanto devo em razão do meu ofício.”¹

Essa cerimônia deveria ser realizada em horário diurno, “sendo dia claro, sol fora”.

O cortar de ramos, o cavar da terra e o lançamento desta ao ar em plena luz do dia, produziam nos circunstantes uma visão real da propriedade concedida, materializando-se assim a posse.

A confirmação era ministrada pela Mesa do Dezembargo do Paço.

Transpostas todas essas formalidades o requerente tornava-se um sesmeiro. Já era um senhor de terras.

Nos primeiros tempos só se concediam glebas em sesmária a pessoas que provassem ser homens de bem e de posses. Para tal, o pretendente justificava-se declarando “que hé home de muita posse e de família”. Ou então, “que hé home de posse assim de gente como de criasões q’ha um morador san pertencentes”. Ou, ainda, “que tem muita fabrika de guados de toda a sorte e escravos como qualquer morador”.³

Muitos credenciavam suas pretensões afirmando “achar-se estabelecido com sua fazenda de gado assim vaccum como Cavallar, já há varios anos...” É este um registro comumente encontrado em petições solicitadas no território do Rio Grande do Sul.

Durante a vigência do regime de concessões de cartas de sesmária no Brasil, várias foram as alterações introduzidas nos regulamentos que disciplinavam a matéria, tendo em vista os freqüentes erros cometidos pelas autoridades, a má interpretação dos textos legais, nem sempre explícitos, ou, principalmente, pela necessidade de adaptação às características do meio ambiente e o inevitável progresso, principalmente nas regiões auríferas.

No que diz respeito a impostos, taxas e outros emolumentos, ao princípio, as sesmarias não pagavam foro algum, “a não ser o dízimo de Deus, ou ao mestrado da Ordem de Cristo,” como consta de várias cartas.

Variada foi a preocupação e legislação a esse respeito.

Desde a sua instituição até o ano de 1695 os sesmeiros só tinham a obrigação de pagar o ônus do usufruto. Dessa data em diante, por Real Ordem de 27 de dezembro desse ano, viram-se obrigados ao pagamento de um imposto referente ao foro, que variava em razão da área da sesmária e da melhor ou pior qualidade das terras.

No que diz respeito à concessão de sesmarias no Rio Grande do Sul, forçoso é reportarmos-nos às atividades dos lagunenses. Oswaldo Cabral, in LAGUNA E RIO GRANDE, afirma: “E não tardaram a obter no Continente de São Pedro, onde a vida já se esboçava mais intensa do que na terra mãe, e assim uma nova onda de lagunenses abalou para o sul, conquistando cada um uma sesmária.”⁴

Estudiosos do assunto, em suas pesquisas, verificaram que até o ano de 1733 só existiam quatro sesmarias concedidas ao meridão de Laguna, então último bastião português ao sul, exceção da longínqua e conflitante Colônia do Sacramento, fundada meio século antes, em 1680.

A primeira dessas sesmarias foi a concedida pelo governador Antônio da Silva Pimentel a Jerônimo de Castro, situada nas terras catarinenses de hoje município de Urussanga.

As outras três, já em terras hoje sul-rio-grandenses, foram as de Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier, nas proximidades de Tramandaí e a de Francisco Vicente Ferreira, nos campos de Itapuã.

Essas são as mais antigas registradas no Volume 38 dos Documentos Interessantes de São Paulo.

Histórica e documentadamente, a primeira sesmaria concedida oficialmente em território gaúcho foi a obtida pelo capitão Manuel Gonçalves Ribeiro, que a requereu alegando que “há quatro anos tem metido gado no Tramandaf”. Como se vê, pelo menos desde 1729 o capitão Ribeiro encontrava-se fixado nas terras que requereu.

É pois esse capitão de ordenanças lagunense o decano dos sesmeiros no Rio Grande do Sul.

Sua propriedade situava-se onde hoje se encontram os balneários marítimos de Capão da Canoa e Atlântida.

A petição foi dirigida ao Conde de Sarzedas, então governador de São Paulo, a quem estava subordinado administrativamente o Continente de São Pedro.

Ouvidos o Senado da Câmara de Laguna, bem como o capitão-mor do Rio Grande Francisco de Brito Peixoto e Ouvidor do Paraná, a 24 de outubro de 1732 a petição foi despachada favoravelmente, expedindo-se-lhe a competente carta.

A propriedade ficou conhecido como a Paragem das Conchas, ou Estância das Conchas. Esta denominação deve ter provindo da quantidade de sambaquis existentes naquela região, ainda em nossos dias.

Francisco Xavier e Vicente Ferreira obtiveram despachos favoráveis respectivamente em 9 de novembro e 2 de dezembro desse mesmo ano, 1732, aquele junto à sesmaria de Manuel Gonçalves Ribeiro e este no atual distrito de Itapua, município de Viamão e imediações da capital sulina.

Desde então, inúmeras sesmarias foram sendo concedidas, principalmente a militares, como prêmio pelos serviços prestados à Coroa e ao Império. Era uma fórmula especial de aposentadoria, com a qual o governo premiava seus servidores. Examinando-se as doações feitas verifica-se que com elas foram contemplados desde oficiais das mais altas patentes até simples soldados.

As peculiaridades do tempo, a indecisão do Tratado de Tordesilhas, com as constantes lutas entre espanhóis e portugueses no afã de posse desse território, induziram os governantes a tal procedimento.

Esta prática, pelo menos ao que se observou na Capitania D’el Rey, veio contrariar a tese esposada por Frei Vicente do Salvador, ao estudar o assunto em outras partes do Brasil, ao afirmar que o objetivo, quer da metrópole, quer dos primeiros povoadores, “não era tanto colonizar a terra, mas sim colher suas rendas e direitos, pois, por mais arraigados que na terra esteja, tudo pretendem levar a Portugal; porque tudo querem para lá, e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem, a deixarem destruída.”⁵

Concedendo sesmarias a velhos lidadores, no sul da Colônia, procedeu Portugal, de maneira inteligente, promovendo o povoamento de grande parte do território hoje ocupado pelo Rio Grande do Sul. Tal medida ensejou, com sua efetivação e com o correr dos tempos, a figura jurídica do “uti possidetis”, que tão

eficiente se tornou, pois além de criar excelentes condições de posse de fato de vasta área de terras, então conflitantes, propiciou a Alexandre de Gusmão e ao Barão do Rio Branco poderosos elementos para a defesa de suas brilhantes teses que terminaram por incorporar ao território nacional, pacificamente, enormes extensões de terras.

Doando-as a esses velhos servidores, além do justo prêmio aos serviços prestados, promoveu o povoamento e progresso da região, passando a contar Portugal com "braços às armas feito", isto é, com homens experientes das coisas e lides da guerra, perfeitamente aptos a defender suas propriedades cujo somatório, de sesmaria lindeira com lindeira sesmaria, ensejou a defesa de vasta área, de importância geo-política indiscutível, neste pedaço do pampa, cenário físico de atrito secular entre as duas grandes coroas ibéricas nos séculos XVII e XVIII, representadas pelas bandeiras das quinas e do leão de castela.

Já pelos idos de 1797, somente ao sul de capitania, existiam 539 estâncias perfeitamente localizadas, conforme nos mostra Souza Docca.

Até a extinção do Instituto das sesmarias, em 17 de julho de 1822, quando Resolução dessa data declara suspensas as suas concessões, foram doadas, no Rio Grande do Sul, cerca de quatro mil sesmarias.

Ao analisar-se os termos das cartas de sesmaria impressiona-nos o seu caráter de importante instrumento jurídico-administrativo.

A par do óbvio de sua finalidade, qual seja a de conceder determinada área de terra, mediante doação, as cartas em referência propiciam aos seus sesmeiros uma certa e relativa autoridade, à melhor maneira dos baronatos feudais, estendendo-lhes poderes e deveres inerentes ao poder público.

Fácil o depreender-se o espírito dos governantes da época. A imensidade do território, os precários, ou melhor, os inexistentes meios de comunicação, a dispersão dos povoadores na hinterlândia quase ignota, dificultavam o estalecimento da autoridade.

Concedendo ditos latifúndios, com a fixação do sesmeiro à sua gleba, iniciava-se o povoamento não à custa do erário público, mas sim da iniciativa particular. A implantação dos estabelecimentos rurais fixava o homem à terra que, paulatinamente, ia sendo desbravada.

No caso do Rio Grande do Sul, concedida uma sesmaria, esta começava a se subdividir em invernadas, currais, poteiros e piquetes, dispersando homens que se fixavam nos seus pontos estratégicos, como posteiros, piões e agregados.

Os órgãos da administração pública não poderiam acompanhar, com a presteza necessária, até essas então longínquas paragens, os novos e dispersos grupos que se iam formando. Sanava, então, o governo, em parte, tal deficiência, outorgando aos sesmeiros poderes que os tornavam uma espécie de seus representantes. Exerciam o poder, se não de direito, pelos menos de fato, nos latifúndios de suas propriedades.

A história nos mostra, com abundância de detalhes, como esse poder foi utilizado pelos estancieiros gaúchos. Cada estância sulina era um bastião português ao meridiano de sua Colônia.

Examinando-se atentamente uma dessas cartas, nela encontramos, de forma indireta, legislação a respeito de obras públicas, religião, justiça, extração de minérios, reflorestamento, povoamento, provimento de água, fontes e caminhos públicos, terra de marinha, construção naval, cultivo, criação e outros que-tais.

Cada carta de sesmária, além da sua destinação específica de certidão de propriedade, se constituía numa espécie de “vade-mecum”, de prontuário, onde se encontram resumidas determinações, obrigações e poderes.

Logo após longo preâmbulo onde se inserem, segundo os tempos, os títulos do monarca governante e do governador da capitania ou presidente da província onde se encontra a gleba a ser concedida, aparece o nome do beneficiário, a localização da terra solicitada, suas respectivas confrontações e outros detalhes que pudessem caracterizar a terra.

A seguir, o documento concede a sesmária solicitada, de ordem de Sua Majestade, “para que haja, logre e possua como cousa própria, que lhe ficará pertencendo de hoje em diante em virtude desta, desde uma vez que dita concessão não prejudique a terceiros.”

Determina que o sesmeiro a fará “medir e demarcar judicialmente, “dando-lhe prazo para tal, ordinariamente de um ano.

Após passa a tratar da herança, permitindo que a terra se transmita aos herdeiros “ascendentes ou descendentes sem pensão nem tributo algum mais que o dízimo de Deus”.

Já aí nesse tópico nota-se a parte atinente atributos, impostos, taxas, etc., voltando a tratar do assunto ao referir que se as terras em questão vierem a passar a pessoas eclesiásticas, estas deverão pagar os dízimos de Deus e os demais tributos “como se fossem possuídos por seculares, adiantando que nelas não poderão suceder Religiões por nenhum título em tempo algum e acontecendo possuí-las também pagarão dízimos como se fossem possuídas por seculares”.

No que tange às obras públicas, dever governamental por excelência, transfere essa atribuição aos sesmeiros que se obrigam “a fazer caminhos de suas testadas com pontes e estivas onde necessário for e descobrindo-se nela rios que necessitem de barca para se atravessar ficará reservada de uma das margens dele meia légua de terras em quadro para a comodidade pública”.

Muitas dessas carta obrigam ainda os sesmeiros a “fazer caminhos particulares e públicos, aonde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras.”

Preocupam-se com o problema que fatalmente surgiria com o povoamento, muitas cartas registravam que “dentro da sesmária deveriam ser reservadas áreas para logradouros públicos, em regra de um quarto de légua em quadro, para fixação da moradia dos trabalhadores livres e dos serviços gerais de utilidade e de interesses públicos.”

Algumas dessas cartas determinavam “que nos rios que fossem navegáveis ficará meia légua de terra livre para uso público” e, neste caso, “ficará de uma e outra banda dele a terra que baste para uso público dos passageiros e de uma das bandas junto à passagem do mesmo rio se deixará livre meia légua para comodidade pública e de quem arrendar a dita passagem”. São as “Terras de Marinha” dos nossos dias.

Alguns documentos reservavam para a Coroa as “vertentes, logradouros e sítios vizinhos com quem partisse”, legislando, assim para o futuro.

Resguardando para o governo quaisquer achados de minerais as cartas de sesmaria declaravam “que não compreenderá esta dada (ou data) vieiros ou minas de qualquer gênero de metal que nela se descobrir”.

O problema do reflorestamento, tão atual, já preocupava os governantes daqueles tempos. Muitas cartas rezam: “e tão bem terá obrigação de conservar e aumentar com plantações de árvores análogas à natureza do terreno os matos compreendidos nas suas divizas, a fim de precaver a grande falta que já se experimenta em alguns lugares de madeira de construção e athe de combustíveis...”

Outras, principalmente nas terras em que existiam matas virgens nas divisas com os confrontantes, determinavam: “se deixará na sua extremidade uma linha de duzentos palmos e, além disso, se conservará a décima parte das matas virgens das referidas terras, sendo a metade desta porção designada junto aos córregos ou rios que por ela correrem para a criação e conservação das madeiras para uso público, porção essa que o concessionário não poderia roçar sem licença do governo, nem impedir que cortassem madeira para os serviços minerais, proporcionalmente, a serviço de bom varão.”

Constituindo-se a navegação marítima o principal meio de transporte e de comunicação da época e possuindo o Estado seus estaleiros oficiais, certas cartas de sesmaria mandavam “reservar todos os paus reais que nas ditas terras houver embarcações”, chegando, muitas delas, a entrar em maiores detalhes, como “será obrigado a conservar os Tapinhaense Parobas que se acharem nesta data deixando de os cortar para algum uso que não seja o da construção das naos de S. Majestade e a cuidar da plantação destas árvores naqueles mesmos lugares em que já os houverão ou forem mais próprios para a produção das mesmas”.

Dessas cláusulas, encontráveis em quase todas as cartas, deve ter se originado a expressão madeiras de lei que se dá à madeiras duras, rijas, com bom cerne e que eram próprias para a construção naval da época e, em todos os tempos, para uso em peças expostas às intempéries. Eram madeiras que, segundo a lei, se destinavam para certos e determinados objetivos.

As cartas de sesmaria obrigavam o sesmeiro a cultivar sua terra, “de maneira que dê frutos”, adiantando, muitas delas, que deveriam “deixar terras para Rocio”.

Muitas cartas de sesmarias doadas no Rio Grande do Sul onde a criação de gado “assim vacuum como cavallar” era a tônica, observavam: “mais com a declaração de que os povoará no termo de dois anos contados desde a data da presente Carta”.

Era a recomendação oficial incentivando a criação intensiva, verdadeira mina de ouro nos pampas brasileiros, onde o armentio naqueles primeiros tempos vagava nômade pelos campos desse novo eldorado e pertencia ao primeiro que o apanhasse.

Do exposto verifica-se que uma carta de sesmaria continha em seu texto um resumo da legislação da época no que diz respeito à distribuição de terras no Brasil.

Entretanto, o que é importante ressaltar-se, os legisladores do tempo aproveitavam-se desse excelente veículo de comunicação para fazer chegar aos recônditos recantos do vasto império brasílico as diretrizes e preocupações do governo na política do povoamento de tão vasto território.

Concomitantemente, como o início do povoamento, possuía o sesmeiro um documento firmado ou mandado dar de ordem de Sua Majestade, no qual se inseriam uma série de disposições que, para se tornarem efetivas, não fora o veículo da carta, exigiram uma multiplicidade de repartições e de funcionários, então impossíveis de colocar na vasta hinterlândia do novo mundo.

E de como o governo aproveitava-se dessa faculdade de prover com serviços públicos os novos grupamentos que se iam formando, servindo-se dos sesmeiros, provam várias cartas de sesmarias concedidas junto aos rios Araranguá, Mampituba e Tramandaí, para só citarmos estes, as quais, em certo ponto, rezavam: “que as terras marginais dos ditos rios, nos pontos de passagem, deveriam ser concedidas por sesmarias aos que se encarregassem do serviço de baldeação e transporte, obrigando-se, em troca do favor da concessão, ater sempre prontas canoas para os mesmos.”

Da mesma forma observam-se em várias cartas de sesmaria disposições a respeito da reserva de espaço físico para a construção de capelas, de caminhos públicos e de outras benfeitorias que, normalmente, fazem parte do elenco de obrigações governamentais.

Fato comum no Brasil é encontrar-se na história de muitos municípios, ao tratar de suas origens, a afirmação, comprovada documentadamente, que os mesmos tiveram início na sesmaria doada a fulano, beltrano ou cicrano de tal.

Sem dúvida, as cartas de sesmaria se constituíram num dos mais importantes fatores da evolução da propriedade no Brasil e representaram um papel de suma importância como instrumento de integração, por que, em largo período de nossa história, na vastíssima hinterlândia brasileira, era o único documento com o qual um senhor de terras podia mostrar e fazer valer sua autoridade.

Notas

- 1 — João Dornas Fº — Aspectos da Economia Nacional. Bib. Ex. Ed. 1958. Fl. 12.
- 2 — Idem, idem.
- 3 — Oliveira Viana. — O Povo Brasileiro e sua Evolução. Recenseamento de 1920. Tip. da Estatística. 1922. Fl. 284.
- 4 — Oswaldo Cabral — Laguna e Rio Grande. Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. 1940. Vol. IV. Fl. 1898.
- 5 — Oliveira Viana — Obra citada. Fl. 284.
- 6 — Oswaldo Cabral — Obra citada. Fl. 1901.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BORGES FORTES, João (Gal.) — CASAIS. Edição do Centenário Farroupilha. Papelaria Velho. Rio de Janeiro. 1932. — RIO GRANDE DE SÃO PEDRO. Povoamento e Conquista. Bib. Mil. 1941. — Povoamento inicial do Rio Grande. 1934. Revista nº 55 do IHGRGS.
- 2 — CABRAL, Oswaldo — LAGUNA E RIO GRANDE. Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia. 1940. Vol. IV.
- 3 — CIRNE LIMA, Ruy — PEQUENA HISTÓRIA TERRITORIAL DO BRASIL. Sesmarias e terras devolutas. Ed. Suluna. 1954.
- 4 — DORNAS Fº, João — ASPECTOS DA ECONOMIA COLONIAL. Bib. Ex.. Vol. 246. 1958.
- 5 — LYRA TAVARES, A. — TERRITÓRIO NACIONAL. Ed. Bib. Ex., 1956. Vol. 218.
- 6 — OLIVEIRA VIANA, J.A. — O POVO BRASILEIRO E SUA EVOLUÇÃO. Recenseamento de 1920. Tip. da Estatística. Rio de Janeiro. 1922.
- 7 — PANDIÁ CALÓGERAS, J. — FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL. Bib. Ex. Vol. 236. 1957.
- 8 — RUDIGER, Sebalt — COLONIZAÇÃO E PROPRIEDADE DE TERRAS NO RIO GRANDE DO SUL. Século XVIII. Cadernos do Rio Grande nº 13. I. EL. — 1965.
- 9 — — REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Senhor Presidente
Autoridades e demais integrantes da mesa diretiva
Senhores membros do Instituto
Caro confrade Gervásio Rodrigo Neves
Senhores e Senhoras.

Sérgio da Costa Franco

Tocaram-me a honra e a satisfação de saudar o novo integrante dos quadros deste Instituto, Professor Gervásio Rodrigo Neves, no momento em que presta seu compromisso de sócio efetivo e inicia sua valiosa colaboração intelectual e material aos trabalhos da Casa.

Houve em sua admissão absoluto consenso, ainda antes que seu nome fosse submetido à homologação pela assembléia geral, e a mim tocou a incumbência desvanecedora de subscrever a proposta oficial para a sua inclusão no sodalício.

Simultaneamente se ponderou a necessidade de ampliar o número de membros ligados à Geografia, dado que, no envolver do tempo, esta instituição cultural quase assumiu a feição de um cenáculo de afeiçoados à História, em desacordo com a inspiração original de seus fundadores, como, de outro lado, a conveniência de enriquecer o elenco de sócios com um professor universitário portador de riquíssimo currículo, todo ele relacionado ao saber geográfico, aplicado em especial ao Rio Grande do Sul.

Gervásio Rodrigo Neves nasceu em Pelotas em 1934, tendo obtido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os títulos de bacharel em Geografia em 1962, e de licenciado em 1967. Pós-graduado na Universidade de São Paulo em 1974, habilitou-se à livre-docência perante a Universidade Federal de Minas Gerais, em 1978. Portador de tais titulações acadêmicas, nosso novo consócio apresenta uma longa fé-de-ofício, talvez rara entre docentes da sua geração, como professor de cursos de graduação na UFRGS, na PUC do Rio Grande do Sul e na Faculdade Canoense; em cursos de extensão universitária promovidos pelas universidades federais do Rio Grande do Sul e de Santa Maria, e pelas universidades de Caxias do Sul, Ceará, Sergipe, Juiz-de-Fora, Pelotas e Passo Fundo; e em variados cursos de especialização e pós-graduação. Além de membro de bancas examinadoras de dissertação de mestrado em nossa Universidade Federal e na USP, o hoje recipiendário apresenta uma farta bagagem de pesquisas e trabalhos acadêmicos, invariavelmente assinalados pela profundidade e a meticulosidade. Além de sua dissertação de mestrado sobre "Mão-de-obra rural na área metropolitana de Porto Alegre" e da tese mimeografada sobre a "Região fronteira do Brasil com a Argentina", contam-se entre seus créditos a participação em trabalhos de planejamento urbano e regional, tais como o Plano Diretor de Pelotas, de Canoas, de São Jerônimo e de Charqueadas e os planos de desenvolvimento integrado de Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Joaçaba-Herval do Oeste.

Entretanto, não se limitou o Professor Gervásio a atividades acadêmicas ou de consultoria eventual. Além de consultor do Conselho Nacional de Pesquisas

e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, exerceu ele, durante vários anos, a árdua função de Chefe do Departamento Regional Sul/1 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E todos vimos, porque a imprensa o noticiava todos os dias, as dificuldades e percalços que superou para a execução do Recenseamento Geral de 1991.

A Geografia é ciência complexa, que tanto participa do elenco das ciências naturais como invade o largo campo das ciências humanas. Por vezes, ela tanto se aprofunda nos desvãos da geologia, da mecânica ou da química dos solos, ou nos mistérios da climatologia, que se distancia completamente da irmandade das ciências humanas. Mas no momento em que retorna à sua vocação original de ver e de explicar a paisagem, em todos os seus aspectos, aí, inevitavelmente, ela precisa aproximar-se do historiador, do sociólogo e do antropólogo. Bicho da Terra, umbilicalmente ligado à mãe-natura, o homem se associou à paisagem, modificou-a ou violentou-a, mas urdiu uma sociedade que jamais conseguirá emancipar-se do contingenciamento natural e das pressões do meio. Embora senhor da mais alta tecnologia, dono de satélites cósmicos e tele-piloto de mísseis quase inteligentes, ainda assim o homem sucumbe aos temporais de neve, à violência dos tornados arrasadores ou das inundações invencíveis. Por outro lado, a intervenção humana na vida do planeta é de ordem a gerar preocupação obsessiva e permanente no “ver” e no “fazer ver” dos geógrafos.

Por tudo isso, a ciência de Ratzel e Vidal de La Blache tem seu lugar assegurado e permanente entre as disciplinas do conhecimento humano.

Os historiadores do Rio Grande do Sul, que sempre necessitaram da Geografia para explicar alguns fatos básicos do desenvolvimento histórico da área — retardamento da ocupação, as dificuldades do acesso marítimo, a carência de portos, a marginalização econômica —, sentem-se fortalecidos pela presença e o convívio dos geógrafos. Honraram esta Casa, Afonso Guerreiro Lima, que foi um dos sócios fundadores, Balduino Rambo e Lourenço Mário Prunes, entre outros cultores e mestres de Geografia. Enriquece-a hoje o meu prezado amigo Professor Raphael Copstein, quase solitário mestre de Geografia Humana. O novo consócio, Professor Gervásio Rodrigo Neves, virá reforçar essa bancada seleta e ilustre. Seja ele bem-vindo a esta instituição cultural.

(Discurso de saudação ao novo membro efetivo, Prof. Gervásio Rodrigo Neves, em 23/6/1993)